



KLABIN S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

**Assembleia Geral Ordinária
a ser realizada em 24 de abril de 2025**

São Paulo/SP, 14 de março de 2025.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	10
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	13
ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA	17
ANEXO II - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	74
ANEXO III - INDICAÇÃO DE CANDIDATOS PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA	82
ANEXO IV - PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS FISCAIS, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 13, I, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22	112
ANEXO V - PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS FISCAIS, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 13, II, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22	114



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

A Administração da Klabin S.A. (“Klabin” ou “Companhia”) vem apresentar as propostas que serão objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em **24 de abril de 2025, às 10h00min**, de modo **exclusivamente digital** (“AGO”), conforme ordem do dia a seguir:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos Pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (iii) definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração para o próximo mandato;
- (iv) eleger os membros do Conselho de Administração;
- (v) eleger os membros do Conselho Fiscal;
- (vi) deliberar sobre a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2025; e
- (vii) deliberar sobre a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025.

Com o fim de disponibilizar de maneira clara, objetiva e concisa as informações necessárias para que os acionistas participem da AGO e exerçam seu direito de voto de maneira devidamente informada, a Companhia preparou a presente Proposta da Administração e o Manual de Participação da AGO (“Manual do Acionista”), contendo as orientações e procedimentos que devem ser observados pelos acionistas para a participação na AGO, incluindo as instruções para a utilização da plataforma digital e as informações e documentos relativos à Proposta da Administração da Companhia para a deliberação dos itens constantes da ordem do dia.

Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Klabin também adotará o sistema de votação a distância na AGO. O procedimento para acesso, preenchimento e envio do boletim de voto a distância estão detalhadas no próprio boletim, bem como no item 2 das “Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária” deste documento.



Os documentos relativos às matérias a serem deliberadas constam como anexos à presente proposta e encontram-se à disposição de V.Sas. na sede social da Companhia e nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (cvm.gov.br), da Companhia: (<https://ri.klabin.com.br/>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (b3.com.br).

Cordialmente,

Horácio Lafer Piva
Presidente do Conselho de Administração



ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Poderão participar da AGO todos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia, inclusive detidas por meio de Units, desde que comprovem, com a documentação apropriada, a sua identidade, poderes de representação e respectiva participação acionária, na forma do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas poderão participar da AGO **(i)** digitalmente, por meio de plataforma digital de videoconferência a ser disponibilizada pela Companhia; ou **(ii)** por meio do envio de Boletim de Voto a Distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22.

Visando a facilitar a participação dos acionistas na AGO, a Companhia dispensará o reconhecimento de firma e a apresentação de cópias autenticadas (bastando cópias digitalizadas) dos documentos de identidade, comprovação de poderes e procurações. Ressaltamos, contudo, que documentos que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução.

A Companhia esclarece, ainda, que optou por realizar a AGO de forma exclusivamente digital por entender que, neste momento, essa modalidade propicia maior comodidade e acessibilidade a todos os acionistas, ao diminuir deslocamentos e despesas correlatas, além de reduzir custos de organização da AGO incorridos pela Companhia, observado que os demais formatos de assembleia poderão se demonstrar mais adequados em outras ocasiões, conforme o caso.

Os tópicos seguintes descrevem os procedimentos a serem observados pelos acionistas e os documentos a serem apresentados para a sua participação na AGO.

1. Participação por meio de plataforma digital de videoconferência

Os acionistas que participarão da AGO por meio de plataforma digital de videoconferência deverão se cadastrar no seguinte portal digital: <https://qicentral.com.br/m/ago-klabin-2025>. No momento de seu cadastramento no referido portal, os acionistas, ou seus representantes, deverão indicar o e-mail para recebimento do convite individual para acesso à plataforma de videoconferência para participação na AGO.

Os acionistas deverão enviar à Companhia, por meio do portal digital acima mencionado, com antecedência mínima de **2 (dois) dias** em relação à data da AGO - isto é, **até às 10h00min do dia 22 de abril de 2025** - cópias digitalizadas dos seguintes documentos:

Pessoas Físicas	<ul style="list-style-type: none">• Documento de identidade válido com foto do acionista ou de seu procurador, neste caso acompanhado da respectiva procuração. <u>Procurações:</u> Verificar item “Procurador(es)” abaixo.
Pessoas Jurídicas	<ul style="list-style-type: none">• Último estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores.• Demais documentos societários que comprovem a representação legal do



	<p>acionista, como atas de eleição e termos de posse.</p> <ul style="list-style-type: none">• Documento de identidade válido com foto do(s) respectivo(s) representante(s) legal(is). <p><u>Procurações:</u> Verificar item “Procurador(es)” abaixo.</p>
Fundos de Investimento	<ul style="list-style-type: none">• Último regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente).• Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação e exercício do direito de voto do fundo.• Documento de identidade válido com foto do(s) respectivo(s) representante(s) legal(is). <p><u>Procurações:</u> Verificar item “Procurador(es)” abaixo.</p>
Procurador(es)	<ul style="list-style-type: none">• Documento de identidade válido com foto do(s) procurador(es).• Procuração outorgada há menos de 1 (um) ano pelo(s) acionista(s) que será representado(s).• Documentos que comprovem a qualidade de acionista ou administrador da Companhia, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira, conforme o caso (vide item 1.1 abaixo).

Adicionalmente, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deverão apresentar comprovante de participação acionária emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central.

Após receber a documentação do acionista por meio do portal indicado acima, a Companhia avaliará a sua validade e completude. Caso haja necessidade de retificação ou complementação da documentação apresentada, o acionista será informado e solicitado a apresentar os complementos ou correções necessárias também por meio do portal indicado acima. Uma vez constatada a validade e a completude da documentação apresentada, a Companhia credenciará o acionista para participar da AGO via plataforma digital de videoconferência e enviará o link de acesso e as instruções detalhadas para a sua utilização ao e-mail informado pelo respectivo participante em seu cadastro no portal. Somente poderão participar da AGO os acionistas devidamente credenciados, em conformidade com o prazo e os procedimentos indicados acima.

A AGO será realizada por meio da plataforma digital de videoconferência denominado “Zoom”. Mais informações sobre as funcionalidades dessa plataforma podem ser encontradas em: <https://zoom.us>. O login e a senha para acesso à plataforma, que serão fornecidos pela Companhia aos acionistas devidamente credenciados, são pessoais e intransferíveis e não devem ser compartilhados com terceiros, a fim de garantir a segurança e a integridade dos trabalhos da AGO.



A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma Zoom, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos para a utilização da plataforma. Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da AGO, acessem a plataforma Zoom com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso de todos os acionistas credenciados em tempo hábil.

Por meio da plataforma Zoom, os acionistas credenciados poderão discutir e votar os itens da ordem do dia, tendo acesso com vídeo e áudio à sala virtual onde será realizada a AGO.

A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais, de compatibilidade ou de conexão, que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer eventuais outras questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio de videoconferência. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação por meio digital não receba o e-mail com instruções para acesso à plataforma de videoconferência até às 18h00min do dia 23 de abril de 2025, deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (11) 3046-8401, até, no máximo, às 8h00min do dia 24 de abril de 2025, a fim de que lhe sejam reenviadas, ou fornecidas por telefone, seus respectivos dados e instruções para acesso.

1.1. Orientações para participação por meio de procurador

O acionista **pessoa física** poderá ser representado, nos termos do Artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia.

O acionista **pessoa jurídica** ou **fundo de investimento**, por sua vez, poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia, em linha com o entendimento da CVM sobre o tema.

As procurações deverão ser outorgadas por escrito e, em cumprimento ao disposto no Artigo 654, § 1º e § 2º do Código Civil (Lei nº 10.406/02), deverão conter a indicação dos respectivos lugares onde foram outorgadas, a qualificação completa do(s) outorgante(s) e do(s) outorgado(s), a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, dispensado o reconhecimento da firma do(s) outorgante(s).

2. Participação por meio de boletim de voto a distância

O acionista poderá também participar da AGO por meio do envio de boletim de voto a distância, das seguintes formas:

- (i) envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância aos seus agentes de custódia ou diretamente à B3, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;



- (ii) envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância ao escriturador das ações de emissão da Companhia, o Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou
- (iii) por meio do envio de boletim de voto a distância devidamente preenchido diretamente à Companhia, por meio do seguinte portal eletrônico: <https://qicentral.com.br/m/ago-klabin-2025>.

O boletim de voto a distância para participação da AGO encontra-se disponível nos endereços eletrônicos da B3 (b3.com.br), da CVM (cvm.gov.br) e da Companhia (<https://ri.klabin.com.br/>).

Envio por intermédio de prestadores de serviços

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia, ao depositário central em que as ações da Companhia estão depositadas (a B3) ou para a instituição escrituradora das ações da Klabin (o Itaú Corretora de Valores S.A.), conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, até 4 (quatro) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até **20 de abril de 2025** (inclusive), **salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia.**

Os acionistas deverão entrar em contato com o prestador de serviço que receberá as instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para verificar os procedimentos por ele estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.

Envio direto à Klabin

O acionista que optar por enviar o boletim de voto a distância diretamente à Companhia deverá encaminhar cópias digitalizadas dos documentos de identidade válidos, de comprovação de poderes e de titularidade de suas ações descritos no item 1 acima, sendo necessária a respectiva tradução caso o documento não seja lavrado em português.

A cópia digitalizada do boletim de voto a distância, acompanhado da respectiva documentação, deverá ser recebida pela Companhia, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, até 4 (quatro) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até **20 de abril de 2025** (inclusive). Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após a referida data serão desconsiderados.

Para que o boletim de voto seja considerado válido, é imprescindível que seus campos estejam devidamente preenchidos e que seja assinado pelo acionista ou seu representante legal, conforme o caso.

Nos termos do Artigo 46 da Resolução CVM nº 81/22, a Klabin comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou, se necessário, os procedimentos e prazos



para eventual retificação ou reenvio. Caso haja necessidade, a retificação ou reenvio do boletim também deverá ser feito em até 4 (quatro) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até **20 de abril de 2025**.

Aos acionistas que optarem por enviar o boletim diretamente à Companhia, ressaltamos que deverão se cadastrar e enviar a cópia digitalizada do boletim e da documentação pertinente exclusivamente por meio do seguinte portal eletrônico: <https://qicentral.com.br/m/ago-klabin-2025>. Os boletins de voto a distância enviados por outros meios, incluindo por correio postal ou eletrônico, serão desconsiderados, nos termos do Artigo 27, § 7º, da Resolução CVM nº 81/22.

3. Orientações finais

Não poderá participar da AGO o acionista que não apresentar, em conformidade com os prazos e procedimentos descritos acima, os documentos apropriados para a verificação de sua identidade e a respectiva posição acionária, conforme indicados nos itens 1 e 2 acima.

O acionista que desejar fazer questionamentos, dirimir quaisquer dúvidas ou obter informações adicionais sobre os procedimentos para participação na AGO, poderá fazê-lo entrando em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Klabin, por meio **(i)** do telefone +55 (11) 3046-8401; ou **(ii)** preferencialmente, do e-mail: assembleia@klabin.com.br.

Destaca-se que os meios de contato mencionados acima servirão apenas para saneamento de dúvidas ou obtenção de informações adicionais. Todos os documentos deverão ser enviados exclusivamente por meio do portal no endereço eletrônico: <https://qicentral.com.br/m/ago-klabin-2025>.



KLABIN S.A.

CNPJ nº 89.637.490/0001-45

NIRE: 35300188349

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na forma da Lei nº 6.404/76 e do seu Estatuto Social, a **KLABIN S.A.** (“Klabin” ou “Companhia”) convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia **24 de abril de 2025, às 10h00min, de modo exclusivamente digital**, com a seguinte ordem do dia:

- I.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos Pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- II.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- III.** Definir o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato;
- IV.** Eleger os membros do Conselho de Administração;
- V.** Eleger os membros do Conselho Fiscal;
- VI.** Deliberar sobre a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2025; e
- VII.** Deliberar sobre a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025.

A AGO será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma de videoconferência, nos termos da Resolução CVM nº 81/22 e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e no Manual do Acionista divulgados pela Companhia.

Os acionistas também poderão participar da AGO por meio do envio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, o qual poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador, do depositário central ou diretamente à Companhia, de acordo com as orientações constantes do próprio boletim de voto a distância, da Proposta da Administração e do Manual do Acionista, que estão



disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (b3.com.br) e da própria Companhia (<https://ri.klabin.com.br/>).

Observados os procedimentos descritos na Proposta da Administração e no Manual do Acionista, os acionistas que optarem por participar da AGO por meio da plataforma de videoconferência deverão enviar previamente à Companhia cópias digitalizadas dos seguintes documentos:

- Pessoas Físicas: documento de identidade com foto do acionista.
- Pessoas Jurídicas: **(i)** último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e **(ii)** documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.
- Fundos de Investimentos: **(i)** último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); **(ii)** estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e **(iii)** documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.

Na hipótese de participação na AGO por meio de procurador, deverá ser apresentada ainda cópia digitalizada da procuração e dos documentos que comprovem a identidade do procurador.

De modo a otimizar o processo de cadastramento dos acionistas na AGO, solicita-se, ainda, aos acionistas o envio do extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central.

Todos os documentos mencionados acima deverão ser enviados exclusivamente por meio do seguinte portal eletrônico: <https://qicentral.com.br/m/ago-klabin-2025>.

Nos termos do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e do Artigo 3º da Resolução CVM nº 70, o percentual mínimo de participação necessário para requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia.

Todos os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na AGO, incluindo a Proposta da Administração e o Manual do Acionista, estão disponíveis nos endereços eletrônicos da CVM (cvm.gov.br), da B3 (b3.com.br) e da Companhia (<https://ri.klabin.com.br/>), bem como na sede social da Companhia, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.600, 5º andar, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.538-132.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram publicados no jornal Valor Econômico, no dia 27 de fevereiro



de 2025, e estão disponíveis nos endereços eletrônicos da CVM (cvm.gov.br), da B3 (b3.com.br) e da Companhia (<https://ri.klabin.com.br/>). Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio: **(i)** do telefone +55 (11) 3046-8401 ou **(ii)** preferencialmente, do e-mail: assembleia@klabin.com.br.

São Paulo, 14 de março de 2025.

Horácio Lafer Piva
Presidente do Conselho de Administração



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 81, a administração da Klabin (“Administração”) vem apresentar as seguintes informações e propostas relativas às matérias incluídas na ordem do dia da AGO (“Proposta da Administração” ou simplesmente “Proposta”):

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos Pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025, a Administração submete à apreciação de V.Sas., o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, que foram publicadas no jornal Valor Econômico, no dia 27 de fevereiro de 2025, na forma da Lei nº 6.404/76.

A Administração propõe a aprovação, sem ressalvas, das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Os documentos acima referidos e as atas das reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que sobre eles deliberaram estão disponíveis para consulta nos endereços eletrônicos da Companhia (<https://ri.klabin.com.br/>), da CVM (cvm.gov.br) e da B3 (b3.com.br), bem como na sede social da Companhia. Os comentários dos administradores da Companhia, na forma do item 2 do Formulário de Referência, encontram-se no ANEXO I à presente Proposta.

2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

A administração propõe aos acionistas a aprovação da destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 conforme segue:



Em milhares de reais

	Controladora	
	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas de Klabin	1.831.011	2.694.538
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais	(5.095)	(145.758)
(-) Constituição de reserva legal (5% do lucro líquido – reserva de incentivos fiscais)	(91.296)	(127.439)
(+) Realização da reserva de ativos biológicos - próprios	186.954	387.226
(-) Constituição da reserva de ativos biológicos - próprios	(332.706)	(174.043)
(+) Realização da reserva de ativos biológicos - controladas	16.934	28.050
(=) Lucro Base para distribuição do dividendo obrigatório	1.605.802	2.662.574
(=) Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social (25%)	401.451	665.644
Lucros distribuídos	1.423.000	1.148.000
(=) Total dos dividendos complementares (i)	54.000	192.000
(-) Constituição da reserva de investimento e capital de giro	(128.802)	(1.322.574)

(i) Dividendos complementares aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2025, com pagamento em 14 de março de 2025.

As informações detalhadas a respeito dessa matéria se encontram do **ANEXO II** à presente Proposta.

3. Fixar o número de assentos do Conselho de Administração para o próximo mandato:

Para compor o Conselho de Administração no próximo mandato, a acionista controladora propõe a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia em 13 (treze) membros efetivos e mesmo número de suplentes. Nada obstante, a acionista controladora preserva o direito de alterar sua proposta, inclusive durante os trabalhos da AGO, de forma a aumentar o número de membros do Conselho de Administração, inclusive em caso de adoção do processo de voto múltiplo ou eleição em separado, observado sempre o limite máximo estabelecido no Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e o disposto no Artigo 141, Parágrafo 7º, da Lei nº 6.404/76.

4. Eleger os membros do Conselho de Administração:

Para compor o Conselho de Administração no próximo mandato, a acionista controladora indicou chapa composta pelos seguintes membros, os quais, se eleitos, cumprirão mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025:

Membros Efetivos	Membros Suplentes
------------------	-------------------



Alberto Klabin	Maria Silvia Bastos Marques
Amanda Klabin Tkacz	Daniel Miguel Klabin
Amaury Guilherme Bier	Victor Borges Leal Saragiotto
Celso Lafer	Paulo Roberto Petterle
Francisco Lafer Pati	Luis Eduardo Pereira de Carvalho
Horacio Lafer Piva	Eduardo Lafer Piva
Lilia Klabin Levine	João Adamo Junior
Marcelo Mesquita de Siqueira Filho	Marcelo de Aguiar Oliveira
Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho	Maria Eugênia Lafer Galvão
Roberto Luiz Leme Klabin	Marcelo Bertini de Rezende Barbosa
Vera Lafer	Antonio Sergio Alfano
Wolff Klabin	Pedro Silva de Queiroz

Em atendimento ao disposto no Artigo 11 da Resolução CVM nº 81, o **ANEXO III** da presente Proposta contém as informações exigidas sobre os candidatos ao Conselho de Administração, na forma do item 7 do Formulário de Referência, bem como informações relativas aos possíveis cenários de eleição do Conselho de Administração.

5. Eleição dos membros do Conselho Fiscal:

Nos termos do Artigo 27, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, o seu Conselho Fiscal funciona em caráter permanente, sendo composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Tendo isso em vista, para compor o Conselho Fiscal no seu próximo mandato, com prazo de 1 (um) ano, a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária que irá aprovar as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, a acionista controladora indicou chapa composta pelos seguintes candidatos:

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Igor Lima	Antonio Marcos Vieira Santos
Pedro Guilherme Zan	Vivian do Valle Souza Leão Mikui
Sergio Ladeira Furquim Werneck Filho	Raul Ricardo Paciello



Adicionalmente, ressaltamos que o Artigo 161, § 4º, alínea 'a', da Lei nº 6.404/76 assegura a eleição em separado de 1 (um) membro titular do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente aos acionistas **(i)** titulares de ações preferenciais; e **(ii)** minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto.

Em atendimento ao disposto no Artigo 11 da Resolução CVM nº 81/22, o **ANEXO III** da presente Proposta contém as informações exigidas sobre os candidatos ao Conselho Fiscal, na forma do item 7 do Formulário de Referência.

6. *Deliberar sobre o montante global da remuneração anual dos administradores para o exercício social de 2025:*

A Administração propõe a aprovação de um montante global de remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025, no valor de até **R\$ 105.856.274,59** (cento e cinco milhões oitocentos e cinquenta e seis mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), nos termos dos **ANEXOS IV e V** à presente Proposta.

7. *Deliberar sobre o montante global da remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025:*

A Administração propõe a aprovação do montante global da remuneração anual do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025 em até **R\$ 1.796.165,81** (um milhão setecentos e noventa e seis mil cento e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos), nos termos dos **ANEXOS IV e V** desta Proposta, sendo certo que a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal não será inferior, para cada membro, a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, é atribuída aos Diretores Estatutários da Companhia (não computados benefícios, verbas de representação e participação nos resultados), conforme previsto no §3º do Artigo 162 da Lei nº 6.404/76.



ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES (ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1. Comentários dos Diretores sobre:

Neste item, são apresentados os comentários dos Diretores sobre os resultados da Companhia, com base na análise da condição financeira e patrimonial, incluindo um panorama relativo às demonstrações contábeis consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração.

Importante ressaltar que as demonstrações financeiras mencionadas foram auditadas e elaboradas de acordo com as práticas contábeis do Brasil.

Para fins desta Seção 2:

- As demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos, exceto quando mencionado de forma diferente, estão expressas em moeda corrente nacional e na unidade de *milhar* (R\$ mil).
- Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas desta seção 2 significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para os exercícios indicados, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado de outra forma.

Ainda, a Companhia destaca que as informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações contidas nas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.klabin.com.br/>) e da CVM (cvm.gov.br). No website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.klabin.com.br/>), clique em “Divulgações e Resultados”, “Central de Resultados” e, por fim, no link em “pdf” correspondente a “Demonstrações Financeiras ITR/DFP” ou diretamente por meio do link <https://ri.klabin.com.br/divulgacoes-e-resultados/central-de-resultados/>. Para acessar resultados referentes a anos anteriores, basta selecionar o ano correspondente, na parte central da página de informações disponíveis e, na sequência clicar no link em “pdf” correspondente ao documento desejado.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a continuidade e desenvolvimento de suas operações e o cumprimento de suas obrigações de curto e longo prazo.



As receitas da Companhia provêm de vendas para o mercado interno e externo de papéis e cartões para embalagens, celulose fibra curta, celulose fibra longa, celulose *fluff*, caixas de papelão, sacos de papel e madeira para serrarias.

A Klabin possui uma gestão ativa de sua estratégia, sempre visando garantir a melhor alocação de seus recursos ou capital. Nesse sentido, a Diretoria avalia de forma constante seus principais indicadores financeiros e patrimoniais, bem como monitora suas obrigações já contratadas ou devidas.

O quadro abaixo demonstra os principais indicadores de liquidez e rentabilidade da Companhia nos 2 (dois) últimos exercícios sociais:

Índices	31/12/2024	31/12/2023
Liquidez corrente	1,93	2,81
Liquidez geral	1,17	1,33
Dívida líquida/ EBITDA Ajustado (alavancagem) em US\$	3,9	3,3
EBITDA Ajustado/ Ativo total	11,40%	12,35%
Resultado Líquido/ PL	27,53%	24,58%

Endividamento (R\$ milhões)	dez-24	Part. %	set-24	Part. %	dez-23	Part. %
Curto Prazo						
Moeda Local	563	1%	625	2%	496	2%
Moeda Estrangeira	1.138	3%	1.020	3%	1.065	3%
Total Curto Prazo	1.701	4%	1.645	4%	1.561	5%
Longo Prazo						
Moeda Local	4.609	11%	4.778	13%	4.043	13%
Moeda Estrangeira	34.517	85%	30.578	82%	25.304	82%
Total Longo Prazo	39.126	96%	35.356	96%	29.347	95%
Total Moeda Local	5.172	13%	5.404	14%	4.539	15%
Total Moeda Estrangeira ¹	35.655	87%	31.597	85%	26.368	85%
Endividamento Bruto ²	40.827		37.001		30.908	
(-) Disponibilidades	7.530		7.498		10.715	
Endividamento Líquido	33.297		29.503		20.193	
Dívida Líquida/EBITDA (UDM - US\$)	3,9x		3,9 x		3,3x	



Dívida Líquida/EBITDA (UDM - R\$)	4,5x	4,1x	3,2x
¹ Inclui swaps de Real para Dólar, assim como valor justo de marcação a mercado desses instrumentos			
² Desconsidera hedge de exposição líquida de caixa e comissões			

Liquidez

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o ativo circulante foi superior ao passivo circulante em R\$ 6.655.502 mil e R\$ 10.621.347 mil, respectivamente, representando índice de liquidez corrente de 1,93 em 31 de dezembro 2024 e 2,81 em 31 de dezembro de 2023, sendo também positivo quanto ao índice de liquidez geral 31 de dezembro de 2024 e de 2023 nos dois exercícios em questão, correspondentes a 1,17 e 1,33, respectivamente.

Garantir uma estrutura de capital com liquidez é importante para a segurança de nosso modelo de negócios integrado e flexível. A Diretoria entende que a Companhia possui capacidade de adaptação às mudanças trazidas pela economia e pelo setor, sendo capaz de responder de forma ágil.

b) Estrutura de capital

Para financiar suas operações, a Companhia utiliza tanto capital próprio como capital de terceiros. Com base nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta um percentual de 15% (quinze por cento) de capital próprio sobre o ativo total e 70% (setenta por cento) do capital de terceiros sobre o ativo total.

O capital de terceiros é composto por financiamentos captados no mercado financeiro e de capitais, substancialmente para a manutenção de seu ativo imobilizado, novos investimentos e alongamento do perfil da dívida. O endividamento da Companhia tem o seguinte perfil:

Endividamento (R\$ mil)	31/12/2024	31/12/2023
Curto prazo	2.397.261	1.560.843
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	1.813.049	1.560.843
Instrumentos financeiros derivativos	584.212	-
Longo prazo	39.485.481	29.346.939
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	37.891.188	29.780.401
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo	1.594.293	452.332
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo	-	(885.794)
Endividamento bruto¹	41.882.742	30.907.782
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(7.530.208)	(10.714.831)



Endividamento líquido	34.352.534	20.192.951
Patrimônio líquido consolidado	8.637.200	13.732.530

Nota: (1) considera hedge de exposição líquida de caixa e comissões.

O capital próprio é constituído por ações da Companhia, representando o capital de seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado da Companhia era de R\$ 6.075.624.836,00 (seis bilhões, setenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e quatro mil e oitocentos e trinta e seis reais), dividido em 6.179.682.031 (seis bilhões, cento e setenta e nove milhões, seiscentas e oitenta e duas mil e trinta e uma) ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 2.289.901.455 (dois bilhões, duzentos e oitenta e nove milhões, novecentas e uma mil, quatrocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 3.889.780.576 (três bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, setecentas e oitenta mil, quinhentas e setenta e seis) ações preferenciais.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia, além das previstas na legislação societária.

A Diretoria da Klabin acredita que a estrutura de capital atual é adequada para a continuidade de suas atividades. A Companhia segue buscando diversificar suas fontes de captação de recursos, garantindo um nível equilibrado, de modo a otimizar sua estrutura financeira.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Diretoria acredita que a Companhia apresenta liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, seja a partir de sua posição de caixa atual ou do caixa gerado por suas operações, podendo, inclusive, ser complementado pelo saque de financiamentos já contratados e ainda não sacados, sem necessidade de contratação de financiamentos adicionais.

A Companhia conta com robusta situação de caixa e perfil de dívida alongado, com posição de caixa, em 31 de dezembro de 2024, suficiente para amortizar 39 (trinta e nove) meses de seu endividamento financeiro a vencer. O prazo médio de vencimento da dívida encerrou o ano de 2024 em 87 (oitenta e sete) meses..

O risco de crédito da Companhia é constantemente analisado e revisado por agências de classificação de risco. O objetivo da referida revisão é demonstrar aos credores e investidores a solidez financeira e patrimonial da Companhia. Na data deste documento, a Companhia detinha as seguintes classificações de risco de crédito (i) Ba1, com perspectiva estável, conforme relatório emitido por Moody's; (ii) BB+, com perspectiva estável, conforme relatório emitido por Standard & Poor's; e (iii) BB+, com perspectiva estável, conforme relatório emitido por Fitch Ratings.

Caso seja necessário contrair financiamentos para novos investimentos, a Companhia entende ter pleno acesso aos mercados de capitais e bancários local e internacional.



d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Adicionalmente ao caixa gerado por suas operações e pelas operações de suas subsidiárias, a Companhia capta recursos de forma diversificada no mercado doméstico e no exterior por meio de operações bilaterais, sindicalizadas, junto às agências de financiamento e ao mercado de capitais, para financiar capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

Para grandes projetos, a Companhia utiliza-se de linhas de financiamento captadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento (“BNDES”) e agências multinacionais de financiamento, além de contar com a possibilidade de emissão de ações ou títulos nelas conversíveis ou não.

Ao longo do ano de 2024, as principais fontes de financiamento foram oriundas da 15ª emissão de debêntures e saques das linhas vinculadas a ECA e Sulc Florestal.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Klabin honrou integralmente com suas obrigações e compromissos financeiros.

Os Diretores da Companhia acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Os detalhes referentes aos contratos de dívida da Companhia podem ser encontrados no item 2.1.f deste documento.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem enfrentado situação de deficiência de liquidez, conforme demonstrado ao longo deste item 2.1. Na data deste documento, a Companhia entende que as fontes de recursos que tem historicamente utilizado permanecerão sendo suficientes para satisfazer suas necessidades futuras de capital para o desenvolvimento de suas operações e cumprimento de seus compromissos financeiros. Se necessário, a Companhia também poderá avaliar aumentar a sua flexibilidade financeira e cobrir quaisquer possíveis déficits, por meio de acesso ao mercado de capitais, podendo contratar novas linhas de crédito para capital de giro. As fontes de financiamento utilizadas pela Companhia para capital de giro e para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas no item 2.1.f abaixo.



f) Níveis de endividamento e características das dívidas

	Juros anuais	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional			
BNDES - Projeto Puma II	IPCA + 3,58%	3.053.471	3.111.346
BNDES - Outros	TJLP	117.938	137.289
Notas de crédito à exportação	102% do CDI	-	368.324
CRA	98% a 102% do CDI	573.403	1.108.013
Outros	0,76% a 8,5%	152	1.099
Debêntures	99,48% CDI	2.590.619	1.037.628
Custo com captação		(240.679)	(193.942)
		6.094.904	5.569.757
Em moeda estrangeira			
Pré-pagamentos de exportação (PPE) (i)	USD + 5,40%	779.495	608.885
Notas de crédito à exportação (i)	USD + 4,70%	2.075.780	1.870.297
PPE c/ controladas	USD + 5,20% a 8,29%	16.822.333	13.152.351
Term Loan (BID Invest e IFC) (i)	SOFR + 1,88% e 2,18%	5.054.743	3.933.574
Finnvera (i)	SOFR + 0,60% a 0,70 ou USD + 3,38%	3.481.452	1.344.211
CRA vinculado a debênture	USD + 2,45% a USD + 5,20%	5.248.255	4.744.881
ECA (i)	EUR + 0,45%	11.397	15.637
Synd Loan (i)	SOFR + 2,05%	933.155	740.810
Custo com captação		(365.970)	(293.649)
		34.040.640	26.116.997
Total da controladora		40.135.544	31.686.754
Nas Controladas			
Em moeda estrangeira (i)			
Bonds (Notes) (i)	USD + 3,20% a 7,00%	13.682.423	10.705.272
Synd Loan U(i)	USD - SOFR + 2,05%	2.802.222	2.189.633
Custo com captação		(93.619)	(88.064)
		16.391.026	12.806.841
Eliminação de pré-pagamentos com controladas		(16.822.333)	(13.152.351)
Total consolidado		39.704.237	31.341.244

(i) Operação designada como instrumento de hedge, dentro do programa de contabilidade de hedge de fluxo de caixa cambial.



Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento total em moeda nacional da Companhia foi de R\$ 6.094.904, 9,43% superior ao endividamento total em moeda nacional em 31 de dezembro de 2023, que foi de R\$ 5.569.757.

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento consolidado total em moeda estrangeira foi de R\$ 33.609.333, 30,41% superior ao endividamento consolidado total em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2023, que foi de R\$ 25.771.487, devido principalmente à valorização do dólar frente ao real e ao saque da linha Finnvera.

Conforme Fato Relevante divulgado em 29 de outubro de 2024, foi aprovada a nova versão da Política de Endividamento Financeiro da Klabin, reafirmando a transparência e a visão de longo prazo da Companhia, disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.klabin.com.br/>).

i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, era como segue:

Resumo Endividamento

	31/12/2024	31/12/2023
	Total	Total
Em moeda nacional	6.094.904	5.569.757
Em moeda estrangeira	34.040.640	26.116.997
Total da controladora	40.135.544	31.686.754
Nas Controladas Em moeda estrangeira (i)	16.391.026	12.806.841
Eliminação de pré-pagamentos com controladas	-16.822.333	-13.152.351
Total consolidado	39.704.237	31.341.244

BNDES

A Companhia possui contratos com o BNDES que tiveram por finalidade o financiamento de projetos de desenvolvimento industrial, florestal, projetos sociais e o projeto de expansão produtiva de papéis, denominado Projeto Puma II, com liquidação prevista para 2039. A amortização dos financiamentos é realizada mensalmente com os respectivos juros.

Em junho de 2024, foi realizado o desembolso único junto ao BNDES, no valor total de R\$ 328.983 em duas tranches, sendo R\$ 100.462 para pinus e R\$ 228.521 para eucalipto, ao custo de IPCA + 3,45%. Essa linha (SULC Florestal) financiou o plantio dos anos de 2019 e 2020, além da manutenção dessas respectivas áreas nos dois anos subsequentes, para pinus até 2022 e para eucalipto até 2021.



Pré-pagamentos de exportação e notas de crédito à exportação (NCE)

As operações de pré-pagamentos e notas de crédito à exportação (reais (R\$) e dólares americanos (USD)) foram captadas com a finalidade de administração do capital de giro e desenvolvimento das operações da Companhia. A liquidação dos contratos está prevista para até abril de 2029.

Em setembro de 2024, a Companhia realizou a amortização antecipada das notas de crédito à exportação junto ao Banco Safra no valor de R\$ 350.000 mil. O contrato estava previsto para vencimento em janeiro de 2025 com juros anuais de 102% (cento e dois por cento) do CDI.

Bonds (Notes)

A Companhia, por meio de sua subsidiária integral Klabin Austria GmbH (Áustria), emitiu títulos representativos de dívida (*notes*) no mercado internacional com listagem na Bolsa de Luxemburgo (Euro MTF) e na Bolsa de Singapura (SGX) com tipo de emissão *senior unsecured notes* 144^a/Reg S.

Em 31 de dezembro de 2024, os *bonds* em vigência são:

Tipo	Captado	Valor Captado (USD mil)	Prazo	Vencimento	Cupom	Amortização	Recompra	
							Data	Valor (USD mil)
Green Bonds	set/17	500.000	10 anos	2027	4,88%	semestral	2020	10.000
							mar/22	235.000
Bonds	mar/19	500.000	10 anos	2029	5,75%	anual	2020	18.500
Green Bonds	mar/19	500.000	30 anos	2049	7%	anual	-	-
Bonds	jul/19	250.000	10 anos	2029	5,75%	anual	-	-
Bonds	jan/20	200.000	29 anos	2049	7%	anual	-	-
Sustainability Linked Bonds (SLB)	jan/21	500.000	10 anos	2031	3,20%	anual	-	-

Finnvera (agência de crédito de exportação da Finlândia)

Como parte do *funding* necessário para a execução do Projeto Puma II, a Companhia firmou contrato para captação de recursos destinados ao financiamento dos ativos adquiridos. Para o Projeto Puma II foi realizada a captação de USD 67 milhões em 2020 e de USD 165 milhões em março de 2022. Essa linha conta com um custo médio de SOFR acrescida de 0,60% a.a., amortizações semestrais e vencimento em 2031.

Em dezembro de 2021, a Companhia contratou uma linha de crédito ECA de USD 447 milhões com período de desembolso até fevereiro de 2024, taxa flutuante de SOFR acrescida de 0,70% a.a., e vencimento em setembro de 2033. Esse financiamento é garantido pela Finnvera e está relacionado à importação dos equipamentos para a segunda fase do Projeto Puma II. Até 31 de dezembro de 2023 não houve qualquer captação da linha de crédito.



Em fevereiro de 2024, a Klabin realizou o saque da linha de crédito ECA Finnvera - fase II, no montante de R\$ 1.601.184, correspondente a USD 320 milhões (USD 295 milhões referentes à captação) e USD 25 milhões ao pagamento do prêmio com juros anuais de SOFR + 0,70%. O volume foi menor do que o contrato devido às despesas vinculadas ao Projeto não atingirem o limite da linha contratada. Não haverá outros saques referentes a esse contrato.

Term loan (BID Invest, IFC e JICA)

O montante desembolsado desse contrato de financiamento é atualmente de USD 800 milhões divididos em três tranches, sendo a primeira de USD 448 milhões, com juros de SOFR + 1,88% a.a. com vencimento em 2029, a segunda tranche de USD 280 milhões, com juros de SOFR + 2,18% a.a. e vencimento em 2032, e a terceira de USD 72 milhões, com juros de SOFR + 1,83% a.a. e vencimento em 2032.

Debêntures

Em 12 de agosto de 2024, a Companhia aprovou a realização da sua 15ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 séries, no montante total de R\$ 1.5 bilhões. O valor nominal unitário das debêntures será atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Sobre o valor nominal unitário atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,05% ao ano. O prazo de vencimento das debêntures será de 15 anos.

As debêntures foram objeto de operação de *swap*, transformando o indexador do contrato de inflação para juros (IPCA para CDI), com taxa final efetiva de 99,48% do CDI ao ano.

CRA – Certificado de recebíveis do agronegócio

A Companhia emitiu debêntures simples que servem de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), sendo:

Tipo	Emitido	Valor Captado (BRL)	Prazo	Vencimento	Emissor	Periodicidade (Juros)	Juros	Status
CRA III	set/18	350.000	6 anos	jan/25	True Securitizadora	Semestral	102% do CDI	CRA III
CRA IV	abr/19	200.000	7 anos	mar/26	VERT Securitizadora	Semestral	98% do CDI	CRA IV
CRA IV	abr/19	800.000	10 anos	mar/29	VERT Securitizadora	Semestral	IPCA + 4,5081% a.a.	CRA IV
CRA V	jul/19	966.291	12 anos	jun/29	VERT Securitizadora	Semestral	IPCA + 3,5% a.a.	CRA V
CRA VI	jul/22	2.500.000	anos	mai/34	VERT Securitizadora	Semestral	IPCA + 6,7694% a.a.	CRA VI

Emissão de notas comerciais



Em 10 de julho de 2023, a Companhia realizou a 2ª emissão de notas comerciais, por meio da qual foram emitidas 300.000 notas comerciais, sem garantia, em série única, para distribuição privada. Os direitos creditórios oriundos das notas comerciais foram vinculados aos certificados de recebíveis do agronegócio da 65ª emissão, em série única, da TRUE Securitizadora S.A. A data de vencimento das notas comerciais, a contar da data de emissão, ocorrerá em 15 de julho de 2026.

Em 09 de julho de 2024, a Companhia optou por realizar o resgate antecipado de parte dessas notas comerciais remanescentes no montante de R\$ 45.121, devido a sua não conversão em contratos de madeira.

Assim como na primeira emissão, os recursos captados, por meio das notas comerciais serão utilizados exclusivamente para as atividades relacionadas ao agronegócio, sendo direcionados à compra de madeira e serviços de manejo de florestas e de logística integrada de transporte de madeira.

Empréstimo Sindicalizado

Em 3 de outubro de 2023, a Companhia celebrou um contrato de empréstimo sindicalizado no montante de USD 595 milhões pelo prazo de 5 (cinco) anos com amortização integral no vencimento e custo médio equivalente a SOFR + 2,05%.

Revolving Credit Facility (“RCF”)

Em 7 de outubro de 2021, a Companhia contratou uma linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility* ou RCF) no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em outubro de 2026, caracterizada como *sustainability-linked*.

O custo de manutenção (*commitment fee*), caso a linha não seja desembolsada, será entre 0,36% a.a. e 0,38% a.a., e caso a linha seja sacada, entre SOFR +1,20% a.a. e SOFR +1,25% a.a., acrescido do spread de ajuste de crédito (*CAS – Credit Adjustment Spread*) entre Libor e SOFR.

O custo dessa linha de crédito rotativo está vinculado ao desempenho anual do indicador ambiental de aumento na reutilização de resíduos industriais sólidos. O indicador de sustentabilidade utilizado nessa operação faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Klabin (“KODS”) a serem atingidos até 2030.

O quadro abaixo demonstra o cronograma de vencimento dos financiamentos de longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

Ano	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Valor	2.439.591	3.271.082	8.459.082	23.721.433	37.891.188

O prazo médio de vencimento da dívida encerrou em 2024 em 87 meses *versus* 94 meses em 2023.



ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras, com exceção daquelas registradas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos junto ao BNDES são garantidos por terrenos, edifícios, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações da fábrica de Ortigueira/PR, objeto do respectivo financiamento.

Os financiamentos junto ao Finnvera são garantidos pelas plantas industriais de Angatuba (SP), Piracicaba (SP), Betim (MG), Goiana (PE), Otacílio Costa (SC), Jundiá TP e DI (SP), Lages I (SC) e Horizonte (CE). O financiamento junto ao BID Invest, IFC & JICA é garantido pelas plantas industriais de Correa Pinto (SC) e Monte Alegre (PR).

Os empréstimos de crédito de exportação, pré-pagamentos de exportações, *bonds*, Certificados de Recebíveis do Agronegócio e capital de giro não possuem garantias reais.

Note-se ainda que, em eventual falência da Companhia, a classificação dos créditos será definida de acordo com as disposições da Lei nº 11.101/05, a saber: (i) os créditos derivados da legislação do trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidente de trabalho; (ii) os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado; (iii) os créditos tributários, independentemente da sua natureza e do tempo de constituição, exceto os créditos extra concursais e as multas tributárias; (iv) os créditos quirográficos; (v) as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, incluídas as multas tributárias; (vi) os créditos subordinados, tais como definidos em lei, e (vii) os juros vencidos após a decretação da falência.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer contratos de empréstimos ou financiamentos, mantidos na data das referidas demonstrações financeiras, com cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros contábeis ou não contábeis, atrelados a resultado, liquidez e alavancagem sobre as operações contratadas ou que tornem automaticamente exigível o pagamento da dívida.

Apesar de a Companhia não possuir contratos com cláusulas restritivas que determinam a manutenção de índices financeiros contábeis ou não contábeis, os contratos listados no item 2.1.f (i) possuem cláusulas relacionadas às obrigações da Companhia nos casos de: (i) contratação de novas dívidas; (ii) distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio ou quaisquer outros pagamentos aos seus acionistas; (iii) alienação



de ativos; (iv) emissão de novos valores mobiliários, como debêntures; e (v) alienação de controle acionário. Adicionalmente, alguns dos contratos listados possuem cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross default* e *cross acceleration*) relacionados à inadimplência de obrigações contratuais, operações, dívidas ou condenações na esfera judicial, conforme o caso.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, no último exercício social, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

Para mais informações sobre os contratos de empréstimo e financiamentos relevantes, vide item 2.1.f.(i) acima.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía os seguintes financiamentos contratados, vinculados à execução do Projeto Puma II.

Financiamentos contratos - Projeto Puma II (R\$ Mil)					
Instituição Financeira	Valor	Moeda	Taxa	Prazo Total	Outras Informações
BNDES	3.000.000	BRL	IPCA + 3,58% a.a.	20 anos	Carência do principal de 2,5 anos
BID Invest & IFC (A-Loans e Co-Loans)	378.000	USD	SOFR + 1,88% + 2,18% a.a.	13 anos	Carência do principal de 2 anos
BID Invest & IFC (B-Loans)	350.000	USD	SOFR + 1,88% + 2,18% a.a.	10 anos	Carência do principal de 2 anos
JICA	72.000	USD	SOFR + 1,40% + 0,4286% a.a.	13 anos	Carência do principal de 2 anos
ECA (Export Credit Agency) - Finnvera	447.000	USD	LIBOR + 0,40% a.a.	12 anos	Carência do principal de 2 anos
ECA (Export Credit Agency) - Finnvera	245.000	USD	LIBOR + 0,55% a.a.	12 anos	Carência do principal de 1,5 anos

Exceto pelos financiamentos vinculados à execução do Projeto Puma II descritos acima, não há outros financiamentos contratados com limites em aberto no último exercício social.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As demonstrações financeiras consolidadas discutidas a seguir refletem a correta apresentação da posição patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia nas datas ou exercícios a que se referem.

Desembolsos (R\$ Mil)								
Instituição Financeira	Valor	Moeda	2019	2020	2021	2022	2023	% Utilizado
BNDES	3.000.000	BRL	500.000	500.000	-	2.000.000	-	100%



BID Invest & IFC (A-Loans e Co-Loans)	378.000	USD	-	51.923	23.677	302.400	-	100%
BID Invest & IFC (B-Loans)	350.000	USD	-	48.077	37.720	264.203	-	100%
JICA	72.000	USD	-	-	-	14.400	57.600	100%
ECA (Export Credit Agency) - Finnvera	447.000	USD	-	-	-	-	-	0%
ECA (Export Credit Agency) - Finnvera	245.000	USD	-	66.953	-	165.046	-	95%

Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Resumo das demonstrações financeiras consolidadas

Os quadros abaixo apresentam os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado e o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.



BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$ mil)

	31/12/2024		31/12/2023		VARIACÕES
		AV ₍₁₎		AV ₍₁₎	- AH ₍₂₎
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6.736.171	11%	9.558.829	17%	-29,53%
Títulos e valores mobiliários	794.037	1%	1.156.002	2%	-31,31%
Contas a receber de clientes	1.815.129	3%	2.112.722	4%	-14,09%
Estoques	3.215.938	5%	2.665.525	5%	20,65%
Tributos a recuperar	414.462	1%	444.288	1%	-6,71%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	631.518	1%	220.818	0%	185,99%
Outros ativos	211.589	0%	338.904	1%	-37,57%
Total do ativo circulante	13.818.844	23%	16.497.088	30%	-16,23%
Ativos de bens mantidos para venda	-	0%	31.443	0%	-100%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	-	0%	247.024	0%	-100%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	885.794	2%	-100%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	524.572	1%	2.567	0%	20335,22%
Depósitos judiciais	198.561	0%	125.037	0%	58,80%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	192.668	0%	178.391	0%	8,00%
Tributos a recuperar	247.889	0%	332.015	1%	-25,34%
Outros ativos	200.343	0%	82.593	0%	142,57%
Investimentos					
. Participações em controladas	121.819	0%	263.732	0%	-53,81%
. Outros	17.410	0%	14.778	0%	17,81%



Imobilizado	28.965.380	49%	25.386.550	46%	14,10%
Ativos biológicos	12.887.297	22%	9.177.831	17%	40,42%
Ativos de direito de uso	1.787.971	3%	1.901.652	3%	-5,98%
Intangível	428.078	1%	339.638	1%	26,04%
Total do ativo não circulante	45.571.988	77%	38.937.602	70%	17,04%
Total do ativo	59.390.832	100%	55.434.690	100%	7,14%

AV₍₁₎ Análise Vertical

AH₍₂₎ Análise Horizontal



BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$ mil)

	31/12/2024	AV(1)	31/12/2023	AV(1)	VARIA ÇÕES - AH (2)
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	2.101.712	4%	2.075.813	4%	1,25%
Fornecedor risco sacado	601.448	1%	464.324	1%	29,53%
Fornecedor risco sacado florestal	236.661	0%	59.914	0%	295,00%
Passivos de arrendamentos	313.164	1%	298.526	1%	4,90%
Obrigações fiscais	347.744	1%	308.567	1%	12,70%
Obrigações sociais e trabalhistas	527.336	1%	456.083	1%	15,62%
Empréstimos e financiamentos	1.813.049	3%	1.560.843	3%	16,16%
Instrumentos financeiros derivativos	584.212	1%	-	0%	100%
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	67.148	0%	134.648	0%	-50,13%
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio a pagar	223.376	0%	171.000	0%	30,63%
Outras contas a pagar e provisões	347.493	1%	346.023	1%	0,42%
Total do passivo circulante	7.163.343	12%	5.875.741	11%	21,91%
Não circulante					
Fornecedores	35.497	0%	97.091	0%	-63,44%
Fornecedor risco sacado florestal	588.901	1%	397.734	1%	48,06%
Passivos de arrendamentos	1.545.039	3%	1.624.768	3%	-4,91%
Empréstimos e financiamentos	37.891.188	64%	29.780.401	54%	27,24%
Instrumentos financeiros derivativos	1.594.293	3%	452.332	1%	252,46%
Participação de passivo a descoberto de controlada					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	559.186	1%	2.407.078	4%	-76,77%
Contas a pagar - investidores de sociedade em conta de participação	198.520	0%	200.481	0%	-0,98%
Adesão - REFIS					
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	404.740	1%	66.084	0%	512,46%
Provisão do passivo atuarial	497.939	1%	471.818	1%	5,54%
Obrigações fiscais	160.697	0%	216.787	0%	-25,87%
Outras contas a pagar e provisões	114.289	0%	111.845	0%	2,19%



Total do passivo não circulante	43.590.289	85%	35.826.419	65%	21,67%
Total do passivo	50.753.632	85%	41.702.160	75%	21,83%
Patrimônio líquido					
Capital social	6.075.625	10%	4.475.625	8%	35,75%
Reservas de capital	-193.610	0%	-225.642	0%	-30,45%
Ações em tesouraria	-123.421	0%	-135.808	0%	-9,12%
Reserva de reavaliação					
Reservas de lucros	4.242.843	7%	5.626.832	10%	-24,60%
Ajustes de avaliação patrimonial	3.386.252	-6%	1.844.115	3%	283,62%
Ágio em transação de capital	36.668	0%	0	0%	100,00%
Patrimônio líquido dos acionistas de Klabin	6.651.853	11%	11.585.122	21%	-42,58%
Participação dos acionistas não controladores	1.985.347	3%	2.147.408	4%	-7,55%
Patrimônio líquido consolidado	8.637.200	15%	13.732.530	25%	-37,10%
Total do passivo e patrimônio líquido	59.390.832	100%	55.434.690	100%	7,14%

	<u>31/12/2024</u>	AV(1)	<u>31/12/2023</u>	AV(1)	VARIACÕES -	
					AH (2)	
Receita líquida de vendas	19.645.264	1073%	18.023.749	633%		9%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	1.070.557	58%	1.229.441	43%		-131%
Custo dos produtos vendidos	(13.344.298)	-729%	(12.403.744)	-436%		8%
Lucro bruto	7.371.523	403%	6.849.446	241%		10%



Despesas/ receitas operacionais

Vendas	(1.605.943)	-88%	(1.542.318)	-54%	4%
Gerais e administrativas	(1.111.956)	-61%	(1.001.272)	-35%	11%
Outras, líquidas	(181.232)	-10%	(71.334)	-3%	154%
	(2.899.131)	-136%	(2.614.924)	-92%	11%

Resultado de equivalência patrimonial	25.047	1%	14.688	1%	71%
---------------------------------------	--------	----	--------	----	-----

Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos

	4.497.439	246%	4.249.210	149%	6%
--	------------------	-------------	------------------	-------------	-----------

Resultado financeiro

Receitas financeiras	755.678	41%	965.993	-22%	
Despesas financeiras	(2.690.795)	-147%	(1.314.089)	105%	
Variação cambial líquida	(292.642)	-16%	(87.057)	236%	
Resultado Financeiro	(2.227.759)	-122%	(435.153)	412%	

Lucro antes dos tributos sobre o lucro

	2.269.680	124%	3.814.057	134%	-37%
--	------------------	-------------	------------------	-------------	-------------

. Corrente	(227.596)	-12%	(180.037)	-6%	26%
------------	-----------	------	-----------	-----	-----

. Diferido	4.861	0%	(786.632)	-28%	-94%
------------	-------	----	-----------	------	------

Imposto de renda e contribuição social

	(222.735)	-12%	(966.669)	-34%	-77%
--	------------------	-------------	------------------	-------------	-------------

Lucro líquido do exercício

	2.046.945	112%	2.847.388	100%	-28%
--	------------------	-------------	------------------	-------------	-------------



Atribuído aos acionistas de Klabin	1.831.011	100%	2.694.538	95%	-32%
Atribuído aos acionistas não controladores	215.934	12%	152.850	5%	41%

AV₍₁₎ Análise Vertical

AH₍₂₎ Análise Horizontal



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (em milhares de reais)

	31/12/2024 AV (1)		31/12/2023 AV (1)		AH
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	2.269.680		3.814.057		-40%
Ajustes por					
Depreciação e amortização	2.119.388	93%	1.768.782	46%	20%
Exaustão dos ativos biológicos	1.844.166	81%	1.557.800	41%	18%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(1.070.557)	-47%	(1.229.441)	-32%	-13%
Variação do valor justo de Títulos e valores mobiliários	66.367	3%	(140.076)	-4%	-147%
Despesas com Juros e variação monetária	2.659.128	117%	2.909.777	76%	-9%
Despesas com Variação cambial	292.642	13%	87.057	2%	236%
Despesa com Juros de arrendamentos	182.262	8%	143.080	4%	27%
Ajuste valor presente - risco sacado florestal	76.638	3%	76.475	2%	0%
Instrumentos financeiros derivativos (SWAP)	(769.643)	-34%	(1.065.343)	-28%	-28%
Realização da reserva de hedge	28.775	1%	(9.772)	0%	-394%
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(777.584)	-34%	(695.086)	-18%	12%
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(10.122)	0%	(9.253)	0%	9%
Perdas estimadas com estoque	50.177	2%	101.574	3%	-51%
Resultado na alienação de ativos	26.692	1%	(5.438)	0%	-591%
Resultado de equivalência patrimonial	(25.047)	-1%	(14.688)	0%	71%
Provisão para processos judiciais e administrativos	338.656	15%	6.734	0%	4929 %
Outras	122	0%	15.957	0%	-99%
Variações nos ativos e passivos	612.701		(399.179)		-253%
Contas a receber de clientes e partes relacionadas					
	763.051	125%	(50.394)	13%	1614 %
Estoques					
	1.181.607	193%	580.408	-145%	104%
Tributos a recuperar					
	(14.064)	-2%	(132.686)	33%	-89%
Outros ativos					
	383.543	63%	42.410	-11%	804%
Fornecedores					
	(1.908.822)	-312%	(683.961)	171%	179%
Fornecedores risco sacado e risco sacado florestal					
	428.400	70%	(121.520)	30%	-453%
Obrigações fiscais					
	(243.644)	-40%	(107.665)	27%	126%
Obrigações sociais e trabalhistas					
	61.719	10%	(28.963)	7%	-313%
Outros passivos					
	(39.089)	-6%	103.192	-26%	-138%
Caixa gerado nas operações	7.914.441		6.913.017		14%
Imposto de renda e contribuição social pagos					
	(489.114)	-6%	(167.703)	-2%	192%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.425.327		6.745.314		10%
Atividades de Investimento					
Adição de bens do ativo imobilizado e intangível	(2.357.228)	27%	(3.458.882)	110%	-32%
Aquisição de ativos Caetê	(6.371.280)	74%	-	0%	100%
Caixa adquirido – projeto Caetê	96.523	-1%	-	0%	100%
Adição de plantio e compras de madeira em pé	(1.191.181)	14%	(1.256.065)	40%	-5%



Títulos e valores mobiliários	1.200.358	-14%	1.497.528	-48%	-20%
Recebimento na alienação de ativos	5.358	0%	46.747	-1%	-89%
Dividendos recebidos de empresas controladas	13.767	0%	25.173	-1%	-45%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(8.603.683)		(3.145.499)		174%
Atividade de Financiamento					
Captação de empréstimos, financiamentos e debênture	3.224.981	-133%	7.526.918	478%	-57%
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.233.587)	51%	(2.185.019)	-139%	-44%
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.191.872)	90%	(1.890.575)	-120%	16%
Pagamento de passivos de arrendamentos	(525.850)	22%	(533.734)	-34%	-1%
Alienação de ações mantidas em tesouraria	22.567	-1%	29.367	2%	-23%
Aumento de capital em controladas pelos não controladores	50.000	-2%	105.000	7%	-52%
Pagamento dividendos SCPs e SPEs	(216.407)	9%	(120.395)	-8%	80%
Dividendos/Juros sobre capital próprio pagos	(1.562.624)	64%	(1.358.000)	-86%	15%
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(2.432.792)		1.573.562		-255%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(3.611.148)		5.173.377		-170%
Efeito de variação cambial de caixa e equivalentes	788.490	-22%	(298.493)	-6%	-364%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes c/ Caixa adquirido	(2.822.658)		4.874.884		-158%
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	9.558.829		4.683.945		104%
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6.736.171		9.558.829		-30%



COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS APURADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

Receita líquida de vendas

A receita operacional líquida de vendas para o exercício de 2024 foi de R\$ 19.645.264 mil, com aumento de 9% em relação ao exercício de 2023, favorecida pelo avanço no volume de vendas de papéis e embalagens, pela apreciação do dólar frente ao real e pelo aumento do preço de celulose. O volume de vendas (excluindo madeira) totalizou 3.870 mil toneladas em 2024 (3.666 mil toneladas em 2023), 6% acima do volume do exercício anterior. Esse desempenho foi favorecido principalmente pelo crescimento nas vendas de papel-cartão e containerboard, refletindo a melhora na demanda do setor e a expansão para novos mercados, em linha com a estratégia comercial da Companhia, somado ao ramp up dos volumes de produção da MP27 e MP28. Além disso, a evolução da participação de mercado em papelão ondulado, devido à combinação de melhora dos indicadores de consumo e da exposição favorável a segmentos resilientes, apoiou no crescimento do ano.

Variação do valor justo dos ativos biológicos

A variação do valor justo dos ativos biológicos em 2024 corresponde a um ganho de R\$ 1.070.557 mil (R\$ 1.229.441 mil em 2023). A menor variação, em comparação ao trimestre anterior, se dá pela revisão no plano de colheita, pela revisão de taxa de juros e pelas premissas de preço de madeira.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 13.344.298 mil (R\$ 12.403.744 mil em 31 de dezembro de 2023). Os custos se mantiveram devido ao impacto do custo com parada geral de manutenção programada, além do efeito do câmbio e da inflação na base de custos anuais.

Despesas/ receitas operacionais

(i) Vendas

As despesas com vendas em 2024 foram de R\$ 1.605.943 mil o que equivale a 8,17% da receita líquida, igual quando comparados ao ano anterior. O incremento das despesas com vendas reflete o impacto relacionado aos desafios logísticos que compensaram a renovação de contratos de frete marítimo via containers realizado em abril de 2024.

(ii) Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 1.111.956 mil no ano de 2024, 11% (onze por cento) superiores ao ano de 2023, em razão principalmente de maior dispêndio com serviços de TI e consultorias no segmento florestal com a aquisição dos ativos do Projeto Caetê, além do efeito da inflação no período.



(iii) Outras líquidas

As outras receitas / despesas operacionais líquidas resultaram em despesa de R\$ 181.232 mil em 2024.

Resultado financeiro

A receita financeira apurada no exercício de 2024 foi de R\$ 755.678 mil, uma retração de R\$ 210 milhões em relação à 2023, refletindo principalmente o efeito do menor saldo de caixa (R\$ 7,5 bilhões no 4T24 versus R\$ 10,7 bilhões no 4T23), além do impacto da variação da marcação a mercado dos títulos públicos no período.

A despesa financeira em 2024 foi de R\$ 2.690.795 mil, um aumento de R\$ 1,3 bilhão quando comparado ao ano anterior, reflexo do (i) maior saldo de dívida bruta no período; (ii) impacto trazido pelos instrumentos financeiros; e (iii) menor montante de juros capitalizados do Projeto Puma II em 2024 versus 2023.

A variação cambial líquida aumentou para uma despesa de R\$ 292.642 mil, comparada a uma despesa de R\$ 87.057 mil em 2023, em meio à depreciação do real frente ao dólar (8%).

Como resultado do exposto acima, o resultado financeiro aumentou a despesa para R\$ 2.227.759 mil em 2024, comparado a uma despesa de R\$ 435.153 mil em 2023.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Em 2024, a Companhia apurou R\$ 222.735 mil de imposto de renda e contribuição social, impactando negativamente o resultado líquido, decorrente substancialmente do efeito do lucro bruto apurado no exercício.

Em 2023, a Companhia apurou R\$ 966.669 mil de imposto de renda e contribuição social, impactando negativamente o resultado líquido, decorrente substancialmente do efeito do lucro bruto apurado no exercício.

Resultado líquido

O resultado líquido auferido pela Companhia no exercício de 2024 corresponde a um lucro de R\$ 2.046.945 mil, decorrente, principalmente, do forte desempenho operacional baseado no modelo de negócios integrado, diversificado e flexível.

A geração operacional de caixa da Companhia (LAJIDA / EBITDA Ajustado, excluindo efeitos não recorrentes) em 2024 foi de R\$ 7.332.624 mil, contra R\$ 6.258.504 mil em 2023, representando um aumento de 17,16% no período comparativo. Esse crescimento reflete, principalmente, os maiores preços de celulose e containerboard, o maior volume vendido no segmento de papéis e embalagens e a valorização do dólar frente ao real, que beneficiaram as exportações no período. Apesar dos desafios, a Companhia atingiu uma margem EBITDA Ajustada de 37% (trina e sete por cento) em 2024, 2 p.p. acima quando comparado ao ano de 2023.



	31/12/2024	31/12/2023
(=) (Prejuízo) lucro líquido do período	2.046.945	2.847.388
(+) Imposto de renda e contribuição social	222.735	966.669
(+/-) Resultado financeiro líquido	2.227.759	435.153
(+) Amortização, depreciação e exaustão no resultado	3.963.554	3.326.582
LAJIDA (EBITDA)	8.460.993	7.575.792
Ajustes conf. Resol. CVM 156/22		
(+/-) Variação do valor justo dos ativos biológicos	(1.070.557)	(1.229.441)
(+/-) Equivalência patrimonial	(25.047)	(14.688)
(+/-) Realização do <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(32.765)	(9.772)
LAJIDA (EBITDA) - ajustado	7.332.624	6.321.891
(+/-) Ganho não recorrente de venda de ativos	-	-
(+/-) Ganho não recorrente de créditos de PIS/COFINS	-	(63.387)
LAJIDA (EBITDA) - ajustado (excluindo efeitos não recorrentes)	7.332.624	6.258.504

Fluxo de caixa

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 7.425.327 mil, sendo R\$ 680.013 mil maior que o caixa gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, explicado pelo aumento de R\$ 1.011.880 mil nas variações de ativos e passivos, e aumento de R\$ 1.001.424 mil pelo caixa gerado nas operações, parcialmente compensado pelo montante de R\$ 1.544.377 mil de variação no Lucro antes dos tributos sobre o lucro.

Apesar da redução de R\$ 1.544.377 mil no resultado antes dos impostos, a redução no caixa gerado pela operação foi de apenas R\$ 1.001.424 mil, já que parte dos fatores que impactaram negativamente o resultado da Companhia não tem impacto caixa, cujos principais são: (i) redução na variação do valor justo de ativos biológicos, no montante de R\$ 158.884 mil, (ii) aumento na despesa de depreciação, amortização e exaustão em R\$ 636.972 mil, e (iii) redução na despesas com juros e variação monetária (incluindo ajuste a valor presente de risco sacado, e juros de arrendamento) totalizaram R\$ 211.304 mil.

A redução no saldo aplicado nas atividades de investimento decorre da finalização da segunda fase do projeto puma II, ocorrida em junho de 2023.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento ao longo de 2024 foi de R\$ 8.603.683 mil, dos quais R\$ 6.371.280 mil foram investidos no Projeto Caetê, além disso, houve redução de R\$ 206.050 mil do caixa aplicado em adições de plantio e compras de madeira em pé.

O caixa aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 2.432.792 mil (aplicação de R\$ 1.573.562 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023). As captações do exercício totalizaram de R\$ 3.224.981 mil, frente a liquidações de principal e juros que totalizaram R\$ 3.425.459 mil, resultando em uma redução de



caixa no montante de R\$ 200.478 mil, que comparado ao ano anterior resultou em uma redução de R\$ 3.451.324 mil nos saldos de caixa e equivalentes de caixa.

Os desembolsos feitos em operações classificadas como arrendamento totalizaram R\$ 525.850 mil, R\$ 7.884 mil abaixo do valor pago em 2023, decorrentes principalmente de reajuste de contratos de locação e aumento de área locada pelas atividades florestais. O valor dos dividendos pagos para os acionistas minoritários de SCPs e SPEs foi maior em R\$ 204.624 mil, impactados pelo maior EBITDA da Companhia, base para cálculo de proventos.



2.2. Comentários dos Diretores sobre os resultados das operações

a) Resultados das operações da Companhia, em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No mercado doméstico, a Companhia se posiciona principalmente nos segmentos de celulose branqueada (fibra curta, fibra longa e *fluff*), papéis para embalagens (*containerboard* e papel cartão para alimentos, líquidos (refrigerados e lácteos), bebidas (refrigerantes e cervejas), higiene e limpeza, cuidado pessoal e farmacêuticos) e embalagens de papelão ondulado, além de sacos de papel (cimento, argamassa, farinha, sementes e outros).

No mercado externo, as vendas estão voltadas principalmente para o mercado de celulose (fibra curta, fibra longa e *fluff*), papéis para embalagens como papel cartão, a exemplo do *liquid packaging board*, *folding boxboard* (congelados, higiene e limpeza - Europa, EUA e Mercosul), sacos de papel como para ração animal, além de kraftliner, dentre os quais o Eukaliner®, produzido pela primeira máquina de papel do Projeto Puma II (“MP27”). O inovador Eukaliner® é o primeiro kraftliner do mundo produzido 100% (cem por cento) a partir de fibras de eucalipto.

A Companhia comercializou 57% (cinquenta e sete por cento) de seu volume vendido no mercado interno em 2024. O *mix* de vendas entre o mercado interno e o mercado externo é componente importante na formação da receita líquida.

Abaixo é possível verificar o volume de vendas e receita líquida de venda nos dois últimos exercícios sociais:

Volume de Vendas 2023		
	1.000 t	%
Mercado Interno	2.070	56%
Exportação	1.596	44%
Total	3.666	100%

Receita Líquida 2023		
	R\$ milhões	%
Mercado Interno	11.729	65%
Exportação	6.295	35%
Total	18.024	100%

Distribuição da receita líquida por produto 2023		



Florestal	2%
Celulose	32%
Papéis	30%
Embalagem	36%

Volume de vendas 2024		
	<u>1.000 t</u>	<u>%</u>
Mercado Interno	2.220	57%
Exportação	1.651	43%
Total	3.870	100%

Receita líquida 2024		
	<u>R\$ milhões</u>	<u>%</u>
Mercado Interno	12.700	65%
Exportação	6.946	35%
Total	19.645	100%

Distribuição da receita líquida por produto 2024		
Florestal	2%	
Celulose	31%	
Papéis	33%	
Embalagem	34%	

O *mix* de vendas entre regiões também é componente de grande importância na composição da receita da Companhia, uma vez que os preços, valores dos fretes e condições de entrega são diferentes em cada local.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores entendem que os principais fatores que contribuíram para a situação financeira e os resultados operacionais da Klabin, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram especialmente os seguintes:

- (i) Volume de produção:
Os resultados da Klabin são diretamente afetados por sua capacidade e volume de produção realizados no período.
- (ii) Paradas gerais de manutenção:
A Companhia realiza paradas de suas unidades de produção em intervalos entre 12 e 15 meses com o objetivo de realizar grandes manutenções ou inspeções dos equipamentos.
A falta de produção nos dias em que as unidades permanecem paradas impacta diretamente o resultado da Companhia, gerando menor receita e maior custo.



- (iii) **Variação cambial:**
Os resultados das operações e a condição financeira da Klabin são diretamente afetados pela variação do real frente ao dólar norte-americano, dado que a Companhia possui: (i) proporção da receita direcionada para o mercado externo (exportações); (ii) parte dos custos de produção atrelados à moeda americana; e (iii) proporção significativa de sua dívida em moeda estrangeira. Importante ressaltar que os resultados da Companhia, em sua maior parte, estão protegidos por meio de operações de hedge.
- (iv) **Inflação:**
A inflação possui impacto no resultado das operações e na condição financeira da Companhia, dado que seus custos e despesas majoritariamente são incorridos em moeda local e tendem a refletir o movimento da inflação.
Além disso, a inflação possui impacto direto no apetite do consumo da população, afetando indiretamente a venda dos produtos da Companhia.
- (v) **Taxa de juros:**
A exposição à taxa de juros se deve ao perfil do endividamento da Companhia, impactando no resultado financeiro.
- (vi) **Demanda de mercados:**
Os resultados das operações da Companhia dependem da geração de demanda nos mercados em que atua, dentro de todas as frentes de negócios em que a Companhia possui operação. A demanda de mercado em cada um dos negócios está associada, em sua maioria, ao crescimento da economia local e internacional.
- (vii) **Volatilidade de preços:**
A volatilidade de preços exerce papel importante no resultado das operações e, conseqüentemente, nas condições financeiras da Companhia. A variação de preços reflete a dinâmica de cada um dos mercados e seus agentes, levando em consideração a capacidade de oferta disponível, além da demanda.
- (viii) **Outros fatores não citados aqui podem exercer impacto no resultado das operações da Companhia e na sua condição financeira.**

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Conforme mencionado anteriormente, a receita da Companhia é proveniente de quatro unidades de negócios: florestal, celulose, papéis e embalagem.

Alterações relevantes na demanda desses mercados, preços, taxa de câmbio, inflação e introdução de novos produtos afetam os resultados na Klabin de diferentes maneiras.

- **Preços:** Os preços dos produtos da Companhia variam em função do equilíbrio entre a oferta e a demanda nos mercados nacional e internacional. A formação de preço dos produtos é diferente nos diversos segmentos que a Companhia atua e sofre influência do PIB, da inflação, do nível da atividade econômica no Brasil e no mundo, da variação da taxa de juros, da carga tributária, da flutuação do



real com relação às moedas estrangeiras, do preço de celulose de mercado, do preço de aparas de papel, assim como de fenômenos da natureza que impactam a oferta de madeira.

- Câmbio: Os preços dos papéis e de celulose no mercado internacional são, na maioria das vezes, determinados na moeda americana. A Companhia exportou 43% (quarenta e três por cento) do volume de vendas em 2024. Desse modo, a taxa de câmbio é um componente importante na receita líquida. Durante os três últimos anos, foi possível verificar a seguinte variação da taxa de câmbio (venda):

Câmbio	2024	2023	2022	Var 2024/2023
	R\$/USD	R\$/USD	R\$/USD	%
Dólar médio	5,39	5,00	5,16	8%
Dólar final	6,19	4,84	5,22	28%

- Inflação: parte dos contratos de venda da Companhia são corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). A receita da Companhia acaba sendo beneficiada com o incremento desse índice, o que tem efeito contrário no custo atribuído aos produtos vendidos. Também é importante destacar que a inflação em mercados internacionais possui impacto no volume de exportação da Companhia e, conseqüentemente, em sua receita.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os Diretores acreditam que os resultados operacional e financeiro da Companhia são afetados principalmente pela inflação e taxa básica de juros, conforme abaixo:

Para materiais, além do IPCA, é utilizado o componente de variação de preço de algumas commodities, como, por exemplo, o preço do óleo combustível para determinar os reajustes dos fretes.

O resultado das operações da Companhia é influenciado pela inflação e pela variação da taxa de câmbio, uma vez que, em 2024, 35% (trinta e cinco por cento) da receita líquida foi proveniente de vendas no mercado externo.

O resultado financeiro sofre impacto da variação da taxa básica de juros e de outras taxas que afetam as aplicações financeiras da TJLP, que incide sobre a dívida em moeda local, e da taxa de câmbio, que incide sobre os financiamentos em moeda estrangeira e SOFR (*Secured Overnight Financing Rate*).

Variação cambial entre o Real e o Dólar Norte-Americano, taxa de juros, inflação e crescimento econômico

Os resultados das operações e a situação financeira da Companhia, conforme apresentados em suas demonstrações contábeis, são profundamente impactados pelas flutuações do Real em relação ao Dólar Norte-



Americano e, em menor grau, pela inflação brasileira, pelas taxas de juros e pelo crescimento da economia do Brasil.

Volatilidade do Real frente ao Dólar Norte-Americano

As mudanças na taxa de câmbio entre o Real e o Dólar Norte-Americano têm diversos reflexos na situação financeira consolidada da Companhia e nos resultados operacionais consolidados quando expressos em Reais.

As receitas provenientes de exportações, assim como a geração de caixa operacional, são diretamente impactadas pelas oscilações na taxa média de câmbio entre o Real e o Dólar Norte-Americano. A desvalorização do Real resulta no aumento dessas receitas quando convertidas para Reais, enquanto sua valorização reduz os valores das exportações.

Os custos e despesas operacionais da Companhia, como fretes e seguros relacionados às exportações, além de insumos químicos utilizados na produção, também sofrem influência das variações cambiais. Assim, a desvalorização do Real aumenta esses custos quando expressos em Reais, enquanto sua valorização os reduz.

As contas patrimoniais consolidadas, especialmente empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo denominados em moeda estrangeira, disponibilidades no exterior e contas a receber de clientes internacionais, são diretamente afetadas pela taxa de câmbio ao final de cada exercício. Dessa forma, as variações na taxa de câmbio afetam diretamente o endividamento e os resultados financeiros da Companhia.

Taxas de Juros

A exposição da Companhia às variações nas taxas de juros decorre principalmente de:

- Alterações na taxa SOFR (substituta da LIBOR, descontinuada em julho de 2023) em financiamentos em Dólares Norte-Americanos; e
- Oscilações na TJLP, TLP ou CDI em financiamentos e aplicações financeiras em Reais.

As aplicações financeiras da Companhia em Reais utilizam a taxa CDI como referência, enquanto os investimentos financeiros em Dólares estão sujeitos às variações das taxas atreladas aos títulos do Tesouro dos Estados Unidos.

Transição da LIBOR para a SOFR

Em 5 de março de 2021, o FCA, órgão regulador financeiro do Reino Unido, anunciou que a publicação das taxas LIBOR seria encerrada em 30 de junho de 2023. Como parte da transição, o Federal Reserve Board e o *Federal Reserve Bank of New York*, por meio do *Alternative Reference Rates Committee (ARRC)*, recomendaram a taxa SOFR como alternativa.

Embora a adoção da SOFR seja voluntária, a iminente descontinuação da LIBOR tornou essencial que participantes do mercado considerassem a substituição por taxas alternativas, como a SOFR, e ajustassem os contratos existentes que ainda faziam referência à LIBOR. Assim, contratos de derivativos e instrumentos de dívida foram adaptados para refletir essa mudança. Com o encerramento da LIBOR em junho de 2023, a Companhia implementou a SOFR como referência para os contratos anteriormente indexados à LIBOR.



2.3. Comentários dos Diretores sobre:

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis da Companhia.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve opinião modificada ou ênfase nos pareceres da auditoria externa para as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.



2.4. Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social de 2024.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, ocorreram os seguintes eventos societários na Companhia:

I - Closing do Projeto Caetê

Conforme fato relevante divulgado em 16 de julho de 2024, e em continuidade ao fato relevante de 20 de dezembro de 2023, a Companhia realizou o fechamento da operação Caetê, na qual adquiriu por meio de controladas da Companhia, 100% (cem por cento) do capital social da Arauco Florestal Arapoti S.A. (“AFA”) e da Arauco Forest Brasil S.A. (“AFB”) e, indiretamente, 49% (quarenta e nove por cento) do capital social da Florestal Vale do Corisco S.A. (“VdC”) e 100% (cem por cento) da Empreendimentos Florestais Santa Cruz Ltda. (“SC”) (“Operação” ou “Projeto Caetê”). A Companhia utilizou recursos próprios para o pagamento.

Como parte do processo de compra, houve a alteração das razões sociais das Companhias adquiridas, sendo que (i) a AFB teve sua razão social alterada para Jacarandá Reflorestadora S.A. (“Jacarandá”), (ii) a AFA teve sua razão social alterada para Erva Mate Reflorestadora S.A. (“Erva-Mate”) e (iii) a SC teve sua razão social alterada para Paineira Reflorestadora Ltda.

O Projeto Caetê, foco da aquisição da operação florestal, compreendeu a compra de 150 mil hectares de área total, sendo 85 mil hectares de áreas florestais produtivas localizadas substancialmente no Estado do Paraná e 31,5 milhões de toneladas de madeira, além de máquinas e equipamentos florestais.

Com a conclusão do Projeto Caetê, a Companhia completou o programa de expansão de terras para o Puma II, reduzindo o raio médio estrutural do Paraná, além de gerar ganhos significativos com sinergias operacionais e menores investimentos futuros.

II - Incorporação da NIBLAK pela Klabin Irmãos S.A.

Em 30 de setembro de 2024, os acionistas de Klabin Irmãos S.A. (“KISA”) e de Niblak Participações S.A. (“Niblak”) aprovaram, em suas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias, a incorporação da Niblak por KISA (“Incorporação”).



Em razão da Incorporação, KISA passou a ser a única acionista controladora da Klabin, consolidando a participação societária anteriormente detida por Niblak no capital social da Companhia. Adicionalmente, naquela mesma data, o Acordo de Acionistas de KISA e Niblak, originalmente firmado em 30 de dezembro de 2020 e posteriormente aditado em 30 de junho de 2021 (“Acordo Original”), foi aditado e consolidado, com o propósito de refletir os efeitos da Incorporação, passando a ser o Acordo de Acionistas de KISA atualmente em vigor (“Acordo de KISA”). O Acordo de KISA mantém inalteradas as demais cláusulas e condições do Acordo Original, inclusive as relativas ao seu prazo de vigência e ao exercício do poder de controle da Klabin.

Além da consolidação do controle da Klabin em KISA, a Incorporação não promoveu quaisquer outras alterações na estrutura de controle da Companhia e tampouco buscou modificar a sua estrutura administrativa.

III – Projeto Plateau

Em 16 de julho de 2024, foi concluído o processo de aquisição das ações da Erva-Mate Reflorestadora S.A. e Jacarandá Reflorestadora S.A (nova denominação da AFA e AFB, respectivamente), cujos principais saldos se referem a ativos florestais, no âmbito do fechamento do Projeto Caetê, supramencionado.

Essa aquisição foi feita pelas sociedades de propósito específico, controladas pela Companhia, Arapoti Reflorestadora S.A. (“Arapoti”), Itararé Reflorestadora S.A. (“Itararé”), Cambará Reflorestadora S.A. (“Cambará”) e Campo Tenente Reflorestadora S.A. (“Campo Tenente”), que utilizaram recursos advindos de aportes de capital e empréstimos da Klabin S.A.

Após a conclusão da aquisição acima mencionada, os ativos alvo do Projeto Plateau (conforme definido abaixo), descritos a seguir, foram reorganizados, por meio reorganização societária envolvendo cisões parciais e incorporações, entre as sociedades Arapoti, Itararé, Cambará e Campo Tenente. Em outubro de 2024, foi concluída uma nova etapa do plano de reestruturação, com a realização da incorporação reversa da Campo Tenente pela Jacarandá, de modo que as sociedades objeto do Projeto Plateau (conforme definido abaixo) passaram a ser Arapoti, Itararé, Cambará e Jacarandá.

Conforme fato relevante divulgado em 29 de outubro de 2024, foram celebrados acordos com uma Timber Investment Management Organization (“TIMO”) para o investimento conjunto nas sociedades Arapoti, Itararé, Cambará e Jacarandá (“SPEs”). As SPEs são controladas pela Klabin e têm como objetivo a exploração da atividade florestal nos Estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina (“Projeto Plateau”).

O patrimônio das SPEs será constituído, principalmente, por ativos florestais oriundos do Projeto Caetê, e contará com os seguintes aportes:

- Klabin: 23 mil hectares de florestas plantadas e 4 mil hectares de terras produtivas.
- TIMO: Aporte de R\$ 1,8 bilhão, com a primeira parcela a ser paga na data de fechamento do Projeto Plateau e o saldo previsto para o segundo trimestre de 2025.



Além disso, a TIMO poderá realizar aportes adicionais nas SPES, com um valor agregado de até R\$ 0,9 bilhões até o segundo trimestre de 2025. Todos os investimentos estão sujeitos a ajustes conforme os termos acordados.

Os recursos aportados pela TIMO serão utilizados para liquidação das debêntures intercompanhia entre a Klabin S.A. e as adquirentes (Arapoti, Itararé, Cambará e Jacarandá) cujos recursos foram primariamente utilizados para aquisição dos ativos alvo do projeto Caetê.

A participação total da Klabin nas SPES, após o término dos aportes de R\$ 1,8 bilhões será de 57% (cinquenta e sete por cento). A Klabin terá o direito de preferência na compra da madeira produzida pelas SPES.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no exercício social de 2024, além dos já especificados acima.



2.5. Caso a Companhia tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo efeitos não recorrentes

O EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), sigla em inglês usada para denominar o LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é uma medição não contábil utilizada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022.

A medida, conciliada com as demonstrações financeiras da Klabin, consiste no lucro (prejuízo) do período, acrescido (ou reduzido, conforme o caso) do imposto de renda e contribuição social do resultado financeiro líquido, da depreciação, exaustão e amortização, da variação do valor justo dos ativos biológicos, da equivalência patrimonial e da realização do hedge e fluxo de caixa, além de itens não recorrentes, com a finalidade de apresentar um indicador do seu desempenho econômico-operacional.

O valor do EBITDA Ajustado exclui efeitos não recorrentes, bem como operações sem impacto de caixa, entre outros ajustes, de modo a melhor refletir o potencial de geração operacional de caixa da Companhia, conforme autorizado pelo art. 4º da Resolução CVM nº 156/22. Abaixo, os detalhes sobre os ajustes realizados para fins do EBITDA Ajustado:

(i) Variação do valor justo dos ativos biológicos

A variação do valor justo dos ativos biológicos corresponde aos ganhos ou perdas obtidas na transformação biológica dos ativos florestais até a colocação de tais ativos em condição de uso/venda durante o ciclo de formação.

Por tratar-se de uma expectativa do valor dos ativos refletida no resultado da Companhia, calculada a partir de premissas incluídas em fluxo de caixa descontado, sem o efeito caixa no mesmo momento de seu reconhecimento, a variação do valor justo é excluída do cálculo do EBITDA.

(ii) Equivalência patrimonial e EBITDA Ajustado de controlada em conjunto

A equivalência patrimonial contida no resultado consolidado da Companhia reflete o lucro/prejuízo auferido pela controlada calculado de acordo com seu percentual de participação no investimento.

O lucro/prejuízo da controlada em conjunto está influenciado por itens que são excluídos do cálculo do EBITDA, tais como: resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, amortização, depreciação e exaustão e variação do valor justo dos ativos biológicos. Por este motivo, o resultado de equivalência patrimonial é excluído do cálculo, sendo adicionado o EBITDA gerado na controlada, em



conjunto proporcionalmente à participação da Companhia, e calculado de maneira consistente com os critérios acima.

(iii) Realização do hedge de fluxo de caixa

A Companhia adota política de *hedge accounting*, buscando como estratégia minimizar os efeitos de variação cambial do objeto de hedge, definidos como determinadas receitas futuras de exportação altamente prováveis, designando operações de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira como instrumento de hedge, documentando a relação econômica entre instrumento e objeto de hedge, demonstrando que as mudanças no fluxo de caixa de ambos se compensam de forma efetiva.

Os efeitos de variação cambial (valor justo) dos instrumentos financeiros designados no hedge (empréstimos e financiamentos), têm seu registro contábil no patrimônio líquido, sob a rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial”, líquido dos impostos sobre a renda aplicáveis. Tais valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Receita líquida de vendas”, na medida em que houver o desembolso efetivo dos empréstimos e financiamentos designados, com a geração da respectiva receita de exportação designada no hedge que faça frente ao caixa desembolsado em moeda estrangeira, havendo neste momento o registro da variação cambial do instrumento de hedge no resultado. O valor registrado na receita líquida de vendas está sendo adicionado no EBITDA.

(iv) Ganhos não recorrentes de crédito de PIS/COFINS

Não há ganho não recorrente para o ano de 2024.

O EBITDA, assim como o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado (excluindo efeitos não recorrentes), não são reconhecidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e, portanto, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado de forma isolada como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez. Além disso, essas medidas não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

A Margem (para as três medidas mencionadas) corresponde ao EBITDA (simples, ajustado ou ajustado excluindo efeitos não recorrentes) dividido pela receita operacional líquida da Companhia.

A Companhia aderiu às definições para divulgação do EBITDA, assim como o EBITDA Ajustado (excluindo os efeitos não recorrentes), conforme Resolução CVM nº 156/22, e apresenta a conciliação dos saldos de acordo com as premissas da referida instrução.

Abaixo os valores do EBITDA, EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para o período indicado:



Índices	31/12/2024	31/12/2023
Liquidez corrente	1,93	2,81
Liquidez geral	1,17	1,33
Dívida líquida/ EBITDA Ajustado (alavancagem) em US\$	3,9	3,3
EBITDA Ajustado/ Ativo total	11,40%	12,35%
Resultado Líquido/ PL	27,53%	24,58%

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é uma medição não contábil, elaborada pela Companhia, representada pela soma de empréstimos, financiamentos e debêntures, e arrendamento mercantil (circulante e não circulante), menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa circulante e instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante).

A medição não é reconhecida pelas normas contábeis BR GAAP e IFRS, tampouco possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Abaixo os valores da Dívida Líquida para o período indicado:

Endividamento (R\$ mil)	31/12/2024	31/12/2023
Curto prazo	2.397.261	1.560.843
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	1.813.049	1.560.843
Instrumentos financeiros derivativos	584.212	
Longo prazo	39.485.481	29.346.939
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	37.891.188	29.780.401
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo	1.594.293	452.332
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo	-	(885.794)
Endividamento bruto¹	41.882.742	30.907.782
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(7.530.208)	(10.714.831)
Endividamento líquido	34.352.534	20.192.951
Patrimônio líquido consolidado	8.637.200	13.732.530

Nota: (1) considera hedge de exposição líquida de caixa e comissões



Alavancagem e Alavancagem em moeda estrangeira

A relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado é uma medição não contábil, elaborada pela Companhia, representada pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado demonstrado no item anterior.

Além disso, devido à grande exposição das dívidas da Companhia a moeda estrangeira, a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, é calculada também em moeda estrangeira.

As medições não são reconhecidas pelas normas contábeis BR GAAP e IFRS, tampouco possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Abaixo os valores das relações Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em moeda estrangeira para o período indicado:

Alavancagem	dez-24	dez-23
Dívida Líquida/EBITDA (UDM - US\$)	3,9x	3,3x
Dívida Líquida/EBITDA (UDM - R\$)	4,5x	3,2x

Fluxo de caixa livre, fluxo de caixa livre ajustado e *Yield* ajustado

O fluxo de caixa livre é uma medição não contábil, elaborada pela Companhia, representada pelo EBITDA Ajustado menos: (i) Investimentos (CAPEX); (ii) Contratos de arrendamento (IFRS 16); (iii) Serviço da dívida (juros da dívida); (iv) IR/CS (imposto de renda e contribuição social) caixa; (v) Capital de giro; e (vi) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JSCP), chegando no fluxo de caixa livre.

Deste valor, a Companhia realiza ajustes de projetos especiais e expansão, além de dividendos, chegando ao fluxo de caixa livre ajustado.

Por fim, a Companhia calcula o valor do fluxo de caixa livre por Unit emitida (excluindo ações em tesouraria), dividido pelo valor médio do fechamento das ações dos últimos doze meses, chegando à medida de *Yield* ajustado.

No ano de 2024, o fluxo de caixa livre da Companhia foi impactado pelo pagamento do Projeto Caetê, no montante total de R\$ 6,4 bilhões.

Abaixo os valores do fluxo de caixa livre para o período indicado:

R\$ milhões	4T24	3T24	4T23	2024	2023
EBITDA Ajustado ¹	1.823	1.805	1.683	7.333	6.322
(-) Capex ²	(794)	(767)	(1.011)	(3.344)	(4.307)



(-) Contratos de arrendamentos - IFRS 16	(91)	(91)	(85)	(359)	(288)
(-) Juros Pagos/Recebidos	(624)	(333)	(423)	(1.816)	(1.174)
(-) Imposto de Renda e CS	(129)	(175)	(46)	(489)	(168)
(+/-) Variação no Capital de Giro	404	464	269	733	418
Capital de Giro/Receita Líquida (%)	3,3%	6,9%	8,7%	3,3%	8,7%
(-) Dividendos & JCP	(460)	(410)	(319)	(1.563)	(1.358)
(+/-) Outros	(138)	(9)	(27)	(189)	(87)
Fluxo de Caixa Livre	(8)	485	42	305	(643)
Fluxo de Caixa Livre com Projeto Caetê	(34)	(5.860)	42	(6.066)	(643)
Dividendos & JCP	460	410	319	1.563	1.358
Projeto Puma II	69	78	186	365	1.539
Projetos Especiais e de Expansão	123	174	273	805	840
Pagamento Projeto Caetê	26	6.345	-	6.371	-
Fluxo de Caixa Livre ajustado³	644	1.147	820	3.038	3.095
FCL Yield ajustado⁴				11,8%	13,3%

¹ Inclui o efeito não recorrente de crédito extemporâneo de R\$ 63,4 milhões pela exclusão do ICMS na base de PIS/Cofins no 4T23

² Capex visão caixa que não considera investimentos da controladora nas SPEs (Sociedades de Propósito Específico). Não inclui o pagamento do Projeto Caetê no valor de R\$ 6,345 bilhões realizados no 3T24 e R\$ 26 milhões no 4T24

³ Excluídos dividendos e projetos especiais e de expansão.

⁴ FCL Yield Ajustado por unit (excluindo ações em tesouraria) dividido pelo valor médio do fechamento das ações nos UDM (últimos doze meses).

ROIC – Return on Invested Capital

O ROIC (*Return on Invested Capital*), sigla em inglês usada para denominar retorno sobre o capital investido, é uma medição não contábil utilizada pela Companhia.

Para fins de aprimoramento da metodologia do ROIC, a partir de 2023, a Companhia incluiu os ajustes provenientes da CPC29, IFRS16 e CPC27. Para mais detalhes desses efeitos, favor se referir ao Release de Resultados do 4T24, disponível no website de Relações com Investidores da Klabin.

O ROIC da Companhia no ano de 2024 foi de 10,2%, uma redução de 1,5 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior.

O efeito positivo trazido pela melhora operacional da Companhia no período foi compensado pelo aumento do capital investido, dada a incorporação dos ativos florestais do Projeto Caetê, além da capitalização dos Projetos Puma II e Figueira, que iniciaram operação entre os períodos, resultando na imobilização desses ativos.



Abaixo é apresentado o cálculo da medida, conciliada com as demonstrações financeiras da Klabin, para o período indicado:

ROIC (R\$ milhões) - UDM¹	4T24	3T24	4T23
Ativo Total	58.165	57.176	51.918
(-) Passivo Total (ex-dívida)	(10.304)	(10.131)	(9.781)
(-) Obras em Andamento	(2.213)	(2.528)	(4.772)
Capital Investido	45.649	44.517	37.365
(-) Ajuste CPC 29 ²	(3.584)	(3.654)	(3.896)
Capital Investido Ajustado	42.064	40.863	33.469
EBITDA Ajustado	7.333	7.192	6.322
(-) Capex de Manutenção ³	(2.533)	(2.476)	(2.216)
(-) Imposto de Renda e CSLL (caixa)	(489)	(220)	(168)
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	4.311	4.496	3.938
ROIC⁴	10,2%	11,0%	11,8%

¹ Média dos saldos patrimoniais dos 4 últimos trimestres (últimos doze meses)

² Os ajustes se referem a eliminação dos seguintes impactos: (i) CPC 29: valor justo dos ativos biológicos menos o imposto diferido dos ativos biológicos; (ii) IFRS 16: direito de uso, passivo de direito de uso e passivo de arrendamentos e respectivo IR/CS diferido e (iii) CPC 27: custo atribuído imobilizado (terras)

Os ajustes (ii) e (iii) foram aplicados a partir do 4T23 em todos os períodos apresentados"

³ Exclui os efeitos do IFRS 16, ou seja, soma-se o montante referente aos contratos de arrendamento (visão caixa) ao capex de manutenção

⁴ ROIC (últimos doze meses): Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / Capital Investido Ajustado

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Abaixo, apresentamos a conciliação entre os valores apresentados acima e as demonstrações financeiras auditadas da Companhia, para os dois últimos exercícios sociais:

EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo efeitos não recorrentes

Em milhares de R\$	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
(=) Lucro (prejuízo) líquido do período	2.046.944	2.847.388
(+) Imposto de renda e contribuição social	222.735	966.669
(+/-) Resultado financeiro líquido	2.227.760	435.153
(+) Amortização, depreciação e exaustão no resultado	3.963.554	3.326.582
EBITDA	8.460.993	7.575.792

Ajustes conf. Inst. CVM 527/12



(+/-) Variação do valor justo dos ativos biológicos	(1.070.557)	(1.229.441)
(+/-) Equivalência patrimonial	(25.048)	(14.688)
(+/-) Realização do hedge de fluxo de caixa	(32.765)	(9.772)
EBITDA -Ajustado	7.332.625	6.321.891
(+/-) Ganho não recorrente de créditos de PIS/COFINS	-	(63.387)
EBITDA Ajustado (excluindo efeitos não recorrentes)	-	6.258.504

Endividamento e alavancagem em moeda nacional e estrangeira

Endividamento (R\$ milhões)	dez/24	Part. %	dez/23	Part. %
Curto Prazo				
Moeda Local	563	1%	496	2%
Moeda Estrangeira	1.138	3%	1.065	3%
Total Curto Prazo	1.138	4%	1.561	5%
Longo Prazo				
Moeda Local	4.609	11%	4.043	13%
Moeda Estrangeira	34.517	85%	25.304	82%
Total Longo Prazo	39.126	96%	29.347	95%
Endividamento Bruto	40.827		30.908	
Dívida Líquida/EBITDA (UDM - US\$)	3,9x		3,3x	
Dívida Líquida/EBITDA (UDM - R\$)	4,5x		3,2x	

Fluxo de caixa livre, fluxo de caixa livre ajustado e Yield ajustado

R\$ MM	2024	2023
EBITDA Ajustado	7.333	6.322
Capex	(9.715)	(4.307)
Contratos de arrendamentos - IFRS 16	(359)	(288)
Juros Pagos/Recebidos	(1.816)	(1.174)
IR/CS	(489)	(168)
Variação Capital de Giro	733	418
Dividendos + JCP	(1.563)	(1.358)



Outros	(189)	(87)
Fluxo de Caixa Livre	(6.066)	(643)
Dividendos	1.563	1.358
Projetos Especiais	142	840
Projeto Figueira	663	
Caetê	6.371	
Puma II	365	1.539
Fluxo de Caixa Livre Ajustado	3.038	3.095

ROIC – Return on Invested Capital

ROIC (R\$ milhões) - UDM ¹	4T24	3T24	4T23
Ativo Total	58.165	57.176	51.918
(-) Passivo Total (ex-dívida)	(10.304)	(10.131)	(9.781)
(-) Obras em Andamento	(2.213)	(2.528)	(4.772)
Capital Investido	45.649	44.517	37.365
(-) Ajuste CPC 29 ²	(3.584)	(3.654)	(3.896)
Capital Investido Ajustado	42.064	40.863	33.469
EBITDA Ajustado	7.333	7.192	6.322
(-) Capex de Manutenção ³	(2.533)	(2.476)	(2.216)
(-) Imposto de Renda e CSLL (caixa)	(489)	(220)	(168)
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	4.311	4.496	3.938
ROIC⁴	10,2%	11,0%	11,8%

¹ Média dos saldos patrimoniais dos 4 últimos trimestres (últimos doze meses)

² Os ajustes se referem a eliminação dos seguintes impactos: (i) CPC 29: valor justo dos ativos biológicos menos o imposto diferido dos ativos biológicos; (ii) IFRS 16: direito de uso, passivo de direito de uso e passivo de arrendamentos e respectivo IR/CS diferido e (iii) CPC 27: custo atribuído imobilizado (terras)

Os ajustes (ii) e (iii) foram aplicados a partir do 4T23 em todos os períodos apresentados"

³ Exclui os efeitos do IFRS 16, ou seja, soma-se o montante referente aos contratos de arrendamento (visão caixa) ao capex de manutenção

⁴ ROIC (últimos doze meses): Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / Capital Investido Ajustado

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo efeitos não recorrentes

A Diretoria da Companhia utiliza o EBITDA Ajustado como medida de desempenho e entende que a sua apresentação, além de oferecer aos investidores uma medida adicional, é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira da Companhia, pois trata-se de uma medida prática para aferir o



desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que estas possam calculá-lo de maneira distinta.

O LAJIDA (EBITDA) ajustado demonstra o desempenho da Companhia sem a influência de fatores ligados, dentre outros, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento e flutuações de taxas de câmbio no resultado financeiro; (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social; (iii) à sua despesa com depreciação, exaustão e amortização sobre seu elevado saldo ativo de imobilizado e ativos biológicos; (iv) à variação do valor justo dos ativos biológicos, que não afeta o caixa da Companhia; e (v) à exclusão de itens não recorrentes que afetam pontualmente o resultado para que o indicador possa ser comparado em bases iguais entre os períodos destacados.

Essas características, no entendimento da Companhia, tornam o LAJIDA (EBITDA) ajustado uma medida mais prática e apropriada de seu desempenho, apurando o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades.

Dívida Líquida

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento da Companhia e importante para cálculo da alavancagem.

Alavancagem e Alavancagem em moeda estrangeira

A Companhia entende que as medições da Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, em moeda local e estrangeira, são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e nível de alavancagem em relação à capacidade de geração de caixa. A medição em moeda estrangeira é útil principalmente pela exposição da carteira de dívida da Companhia ao mercado internacional.

Fluxo de caixa livre, fluxo de caixa livre ajustado e *Yield* ajustado

A Companhia entende que a medição do fluxo de caixa livre é útil na avaliação do recurso disponível após pagamento de todas as obrigações para tomada de decisão, como por exemplo, a definição sobre pagamentos de dividendos adicionais, investimentos, entre outros.

ROIC – *Return on Invested Capital*

A Companhia entende que o ROIC indica o desempenho operacional efetivo da empresa realizado no passado, e deve ser utilizado com outras métricas para se estabelecer vetores estratégicos e operacionais para o futuro, estabelecendo metas e monitorando o desempenho ao longo do tempo. Ele é útil na avaliação de quão bons são os investimentos realizados pela empresa e se os investimentos geram retornos acima do custo de financiá-los, além de avaliar os futuros investimentos e qual deve ser o excedente de retorno esperado.



2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas para sua divulgação em 26 de fevereiro de 2025. Após o encerramento do exercício se sucederam os eventos abaixo, que merecem destaque:

I. Closing Projeto Plateau

Conforme Fato Relevante divulgado em 03 de fevereiro de 2025, em cumprimento ao disposto no § 4º do Artigo 157 da Resolução CVM nº 44, e em continuidade ao Fato Relevante datado de 29 de outubro de 2024, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral o fechamento da operação com uma *Timber Investment Management Organization* (“TIMO”) (“Operação” ou “Projeto Plateau”). Com isso, os seguintes ativos e recursos foram aportados para compor o patrimônio das 4 (quatro) sociedades de propósito específico (“SPEs”):

- i. Klabin: 23 mil hectares de florestas plantadas e 4 mil hectares de terras produtivas; e
- ii. TIMO: aporte de R\$ 0,8 bilhões em caixa, com o restante do montante previsto para o segundo trimestre de 2025, totalizando R\$ 1,8 bilhões.

A conclusão do Projeto Plateau foi efetivada após a verificação das condições suspensivas, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

II. Distribuição de dividendos

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 25 de fevereiro de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos para as ações representativas do capital social da Companhia, no valor de R\$ 54 milhões, correspondente à R\$ 0,00888263585 por ação ordinária ou preferencial e R\$ 0,04441317926 por Unit.

O pagamento dos dividendos será realizado em 14 de março de 2025 e as ações passaram a ser negociadas *ex-dividendos* a partir de 06 de março de 2025.



2.7. Comentários dos Diretores sobre a destinação dos resultados sociais, indicando:

Exercício Social	31/12/2024
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>A destinação dos resultados sociais da Companhia observa o previsto no Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, bem como o disposto na legislação e regulamentação aplicável, cabendo à Administração submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta para destinação do lucro líquido do exercício.</p> <p>Nos termos do referido Artigo do Estatuto Social, além das reservas previstas em lei, a Companhia apresenta uma “Reserva para Investimentos e Capital de Giro”, constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, bem como uma “Reserva de Ativos Biológicos”, cujo valor é limitado ao saldo da conta “Lucros e Prejuízos Acumulados” após a constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar. Informações sobre essas reservas estatutárias encontram-se abaixo.</p>
a.i. Valores das Retenções de Lucros	<p>A Administração da Companhia propõe à AGO a retenção de parte do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 1.831.010.223,83 (um bilhão, oitocentos e trinta e um milhões, dez mil, duzentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos), conforme as seguintes destinações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reserva Legal: R\$ 91,296 milhões • Reserva de Investimento e Capital de Giro: R\$ 128,802 milhões
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>Caso aprovada a proposta da Administração para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos acima, os saldos registrados à conta de (i) Reserva Legal e (ii) Reserva de Investimento e Capital de Giro representarão os seguintes percentuais do lucro líquido do referido exercício:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reserva Legal: 5% • Reserva para Investimentos e Capital de Giro: 7,03%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Atribuição aos acionistas, em cada exercício, de um dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei e ainda ajustado pela</p>



	constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da Reserva de Ativos Biológicos e da realização da conta de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Como regra geral, os acionistas da Companhia terão direito de receber dividendos anualmente, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária. A Companhia ainda poderá levantar balanços e demonstrações financeiras intermediárias, semestrais, trimestrais ou em períodos menores, competindo ao Conselho de Administração a deliberação sobre a distribuição de dividendos, ou juros sobre capital próprio, com base no lucro do exercício em curso, apurado em demonstrações financeiras intermediárias ou, ainda, com base na conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário, nos termos das normas aplicáveis.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há atualmente restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos e decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia possui uma Política de Dividendos e Capital Próprio aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de outubro de 2024, disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.klabin.com.br/) e da CVM (cvm.gov.br).

Informações adicionais à tabela acima

a) Regras sobre retenção de lucros

Constituição de outras reservas:

- formação de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída por parcela variável de 5% (cinco por cento) a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no Artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente e acréscimos de capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamentos de capital, podendo seu saldo ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário; na distribuição de dividendos, a qualquer momento; em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, quando autorizadas no Estatuto, ou para incorporação ao capital social;



- formação da Reserva de Ativos Biológicos, para alocação dos efeitos de ajustes ao valor justo dos ativos biológicos, enquanto não realizados financeiramente, pela destinação do resultado do período pelo que estiver nele contido, líquido dos efeitos tributários, de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos próprios e de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos de controladas, contida no resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora, sendo limitado ao saldo da conta "Lucros ou Prejuízos Acumulados" após a constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e Lucros a Realizar, e não poderá exceder o valor do capital social da Companhia;
 - no caso de despesas por redução do valor justo de ativos biológicos (próprios e de controladas incluídas no resultado de equivalência patrimonial) contidas no resultado do exercício, o respectivo valor, líquido dos efeitos tributários, será revertido da Reserva de Ativos Biológicos para “Lucros ou Prejuízos Acumulados”;
 - a realização da Reserva de Ativos Biológicos corresponderá ao valor da exaustão do valor justo dos ativos biológicos (próprios e de controladas incluídas no resultado de equivalência patrimonial) apurada no resultado de cada exercício, líquido dos efeitos tributários. A realização dos saldos de resultados existentes na Reserva de Ativos Biológicos provocará a reversão dos respectivos valores para “Lucros ou Prejuízos Acumulados”, para destinação;
 - a Reserva de Ativos Biológicos não poderá exceder o valor do capital social;
 - no caso de prejuízo no exercício, e se após as realizações e reversões tratadas acima, permanecer saldo negativo em “Lucros ou Prejuízos Acumulados”, serão utilizados saldos das reservas de lucro para compensar tal saldo negativo na forma da lei, sendo a Reserva de Ativos Biológicos a penúltima a ser utilizada para esse fim e a Reserva Legal a última. Permanecendo saldo negativo, Reservas de Capital poderão ser utilizadas para esse fim; e
- a Assembleia Geral Ordinária da Companhia decidirá sobre o destino a ser dado ao eventual saldo do lucro líquido apurado no exercício.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

O ajuste do lucro líquido, base para a distribuição de dividendos, pela constituição, realização e reversão da Reserva de Ativos Biológicos é previsto no Estatuto Social e se faz necessário para adequar os procedimentos da Companhia aos princípios que norteiam a adoção do padrão contábil internacional – IFRS, principalmente no que se refere ao reconhecimento de ativos biológicos. O ajuste tem efeito em seu resultado, mais especificamente nas receitas e despesas derivadas do ajuste ao valor justo dos ativos biológicos, os quais não provocam entrada ou saída de caixa no mesmo período em que elas são reconhecidas.

Todos os titulares de ações e/ou Units, na data em que o dividendo for declarado, farão jus ao seu recebimento. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias, a contar



de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento. Em qualquer hipótese, o pagamento de dividendos deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que eles tenham sido declarados. Os acionistas têm um prazo de 3 (três) anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio referentes às suas ações, após esse prazo, o valor dos dividendos não reclamados será revertido em favor da Companhia.

Como regra geral, os acionistas da Companhia terão direito de receber dividendos anualmente, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária. A Companhia ainda poderá levantar balanços e demonstrações financeiras intermediárias, semestrais, trimestrais ou em períodos menores, competindo ao Conselho de Administração a deliberação sobre a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro do exercício em curso, apurado em demonstrações financeiras intermediárias ou, ainda, com base na conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário, nos termos das normas aplicáveis.

c) Política de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (“Política”)

Adicionalmente às regras societárias definidas pela Lei nº 6.404/76 e contempladas no Estatuto Social da Companhia, em 29 de outubro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou nova versão da Política de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio da Companhia, estabelecendo as diretrizes que deverão ser observadas nas propostas de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio e definindo os parâmetros e target para distribuição. A versão anterior da Política era datada de 24 de junho de 2020.

Observadas as regras referentes ao dividendo obrigatório, conforme disposto no Estatuto Social e legislação societária, o Conselho de Administração da Companhia terá como objetivo propor dividendos e/ou juros sobre capital próprio de modo que o valor total de dividendos e juros sobre capital corresponda a um percentual alvo entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do EBITDA Ajustado. Sem que isso, contudo, limite a discricionariedade do Conselho de Administração de, extraordinariamente, deliberar distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio fora do target definido nesta política, considerando a conjuntura macroeconômica, as condições econômico-financeiras da Companhia (atuais e projeções), bem como a situação dos mercados em que a Companhia atua e respeitadas as demais políticas da Companhia.



2.8. Descrição de itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iii. contratos de construção não terminada; iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não estejam consolidadas na Companhia ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos resultados da Companhia ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há quaisquer itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.



2.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;**
- b) natureza e propósito da operação;**
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.**

Não há quaisquer itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.



2.10. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para efeitos comparativos, a análise trimestral pode apresentar efeitos calendário que impactam a análise. Sendo assim, avaliando o ano de 2024, a Klabin investiu R\$ 3,3 bilhões em suas operações e em projetos de expansão, uma redução de 22% (vinte e dois por cento) em relação a 2023 e em conformidade com o guidance previamente fornecido pela Companhia em Fato Relevante publicado em 10 de dezembro de 2024. Este montante não considera o pagamento do Projeto Caetê, no valor de R\$ 6,4 bilhões, realizado no segundo semestre de 2024. Do montante total investido, R\$ 845 milhões foram destinados a silvicultura, 5% (cinco por cento) superior em relação a 2023, devido ao maior desembolso com manutenção de novas florestas advindas do Projeto Caetê. Adicionalmente, R\$ 988 milhões foram destinados à continuidade operacional das fábricas, 12% (doze por cento) superior a 2023, devido ao avanço do ramp-up das máquinas MP27, MP28 e Piracicaba II (Projeto Figueira) e à inflação.

R\$ milhões	2024	2023	%
Silvicultura	845	808	5%
Continuidade Operacional	988	879	12%
Compra de Madeira em pé / Expansão Florestal	200	290	-31%
Projetos Especiais	802	785	2%
Modernização de Monte Alegre	144	7	n/a
Projeto Puma II	365	1.539	-76%
Total	3.343	4.307	-22%

Importante mencionar que a Companhia possui uma projeção pública de investimentos para o ano de 2025. Mais detalhes podem ser encontrados no item 3 do Formulário de Referência.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores entendem que a Companhia possui as seguintes fontes para financiamento de seus investimentos:

- (i) recursos próprios, provenientes de suas operações;
- (ii) empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras locais e internacionais; e
- (iii) acesso ao mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos



Não existem desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos comunicados ao mercado.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia possui uma projeção pública de investimentos para o ano de 2025. Mais detalhes podem ser encontrados no item 3 do Formulário de Referência. Abaixo, trazemos os principais destaques:

Projeto Horizonte

O projeto de ampliação da unidade de conversão de papelão ondulado, localizado em Horizonte no Ceará, iniciou as operações em 6 de março de 2023 e possui capacidade de produção total de papelão ondulado de 100 mil toneladas por ano. O projeto contempla a aquisição de uma onduladeira e uma impressora, além da transferência de duas impressoras da Unidade Goiana (PE). O investimento totaliza R\$ 143.319 mil que foram desembolsados até 31 de dezembro de 2024 (R\$ 132.850 mil foram desembolsados até 31 de dezembro 2023).

Projeto Figueira (Unidade Piracicaba II)

A Companhia, em 22 de abril de 2024, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, o início das operações da nova unidade de papelão ondulado (“Piracicaba II”) localizada na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo. A nova planta possui capacidade total de produção de papelão ondulado de 240 mil toneladas por ano (“Projeto Figueira”).

O investimento total previsto no Projeto Figueira é de R\$ 1.500.000 mil, incluindo cerca de R\$ 170.000 mil de impostos recuperáveis. O desembolso acontecerá entre os anos de 2022 e 2025 e será financiado pelo caixa da Companhia. Foi desembolsado o montante de R\$ 1.328.785 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 665.666 mil em 31 de dezembro de 2023).

Closing do Projeto Caetê

Conforme fato relevante divulgado em 16 de julho de 2024, a Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM nº 44/21, e em continuidade ao fato relevante de 20 de dezembro de 2023, realizou o fechamento do Projeto Caetê, no valor total de R\$ 6.371.280 mil, sendo pagos R\$ 6.345.192 mil em 16 de julho de 2024 e R\$ 26.088 mil em 17 de outubro de 2024, após a verificação das condições suspensivas acordadas, inclusive a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). Foram adquiridos, por meio de controladas da Companhia, 100% (cem por cento) do capital social da Arauco Florestal Arapoti S.A. (“AFA”) e da Arauco Forest Brasil S.A. (“AFB”) e, indiretamente, 49% (quarenta e nove por cento) do capital social da Florestal Vale do Corisco S.A. (“VdC”) e 100% (cem por cento) da Empreendimentos Florestais Santa Cruz Ltda. (SC) (“Operação” ou “Projeto Caetê”). A Companhia utilizou recursos próprios para o pagamento.

Como parte do processo de compra, houve a alteração dos nomes empresariais das Companhias adquiridas, sendo que a AFB teve sua razão social alterada para Jacarandá Reflorestadora S.A., a AFA foi alterada para Erva-Mate Reflorestadora S.A. e a Empreendimentos Florestais Santa Cruz Ltda. alterada para Paineira Reflorestadora Ltda.



As operações do projeto Caetê, foco da aquisição da operação florestal, compreendeu a compra de 150 mil hectares de área total, sendo 85 mil hectares de áreas florestais produtivas localizadas substancialmente no Estado do Paraná e 31,5 milhões de toneladas de madeira, além de máquinas e equipamentos florestais.

Com a conclusão do Projeto Caetê, a Companhia completou o programa de expansão de terras para o Puma II, reduzindo o raio médio estrutural do Paraná, além de gerar sinergias operacionais e menores investimentos futuros.

A Companhia aplicou o teste de concentração do valor justo de acordo com o CPC15 (R1) / IFRS 3 e concluiu que a operação deve ser contabilizada como compra de ativos, uma vez que os ativos principais (ativo imobilizado e ativo biológico) concentra, substancialmente, todo o valor justo do conjunto de ativos adquiridos. Não há aquisição de um processo.

	Nota explicativa	Projeto Caetê	Vale do Corisco	Total (R\$)
Ativo biológico	16.2	2.940.340	-	2.940.340
Imobilizado – Terras	14.2	3.165.913	188.470	3.354.383
Imobilizado – Outros	14.2	354	367	721
Direito de uso	17.1	79.251	-	79.251
Passivo de Arrendamento	17.1	(87.966)	-	(87.966)
Outros ativos e passivos líquidos		190.595	(52.727)	137.869
Caixa adquirido		82.793	13.730	96.523
Total		6.371.280	149.841	6.521.121

Com a aquisição da AFB, que possuía 49% (quarenta e nove por cento) das ações da VdC, a Companhia passou a deter o controle da investida e, conseqüentemente, consolidar suas Demonstrações Financeiras em agosto de 2024. Os saldos apresentados acima referem-se à parcela detida pela Companhia antes da aquisição.

O total de R\$ 6.371.280 mil refere-se ao valor pago até 31 de dezembro de 2024, e o saldo de R\$ 6.521.121 mil refere-se ao valor de aquisição dos ativos do Projeto Caetê e 51% (cinquenta e um por cento) dos ativos da VdC que passaram a ser consolidados.

A Companhia seguiu com um plano de reestruturação societária dos ativos adquiridos, onde determinadas áreas e florestas foram cindidas da Companhia para Arapoti Reflorestadora S.A., Cambará Reflorestadora S.A. e Itararé Reflorestadora S.A. em setembro de 2024.

Em outubro de 2024, foi concluída uma nova etapa do plano de reestruturação com a realização de duas incorporações reversas, sendo a Campo Tenente Reflorestadora S.A. incorporada pela Jacarandá Reflorestadora S.A. e a Jatobá Reflorestadora S.A. incorporada pela Erva Mate Reflorestadora S.A.

c. novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços



A evolução da competitividade da Klabin, desde a performance de suas florestas e de seus processos produtivos até a gestão do impacto de seus produtos, está intrinsecamente ligada aos investimentos constantes em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Em 2024 entre Pesquisas e Desenvoltimentos, a Companhia desembolsou R\$ 6.441 mil divididos em industrial, florestal e inovação.

O P&D Industrial possui dois pilares importantes para a Aspiração Klabin:

- Reforçar os negócios atuais, por meio de projetos de qualidade da madeira, melhoria dos processos de produção de celulose e papel e desenvolvimento de novos produtos; e
- Explorar novos segmentos, através do uso múltiplo da madeira, desenvolvendo novos produtos de base florestal que irão compor o portfólio da Companhia no futuro.

O portfólio de aproximadamente 80 projetos do Centro de Tecnologia passou por uma reestruturação durante o ano de 2024. O foco em P&D esteve relacionado aos projetos de curto e médio prazo, bem como um maior suporte aos desafios dos negócios da Klabin. Destaca-se também a evolução de iniciativas em andamento, tais como o contínuo programa de qualidade da madeira e barreiras. No programa de qualidade da madeira, estrategicamente, em 2024 foram avaliadas mais de 80 (oitenta) amostras de madeira, considerando a atual e futura base florestal de pinus e eucalipto, nos estados do PR, SC e SP. Estes testes vão desde a qualidade da madeira até a performance do produto final. Para o desenvolvimento de barreiras, em média foram realizados dois testes industriais por semana, buscando novos produtos em Kraftliner, Sack kraft e Cartões.

Na busca por alternativas renováveis ao combustível fóssil utilizado nos fornos de cal de Monte Alegre, testes com Bio-óleo foram conduzidos com resultados promissores. Com a homologação desta substituição, em andamento em 2024, deve ser obtida uma redução importante de emissão de gases de efeito estufa (GEE) e benefícios financeiros.

Na busca de novas oportunidades aos negócios existentes e futuros da Companhia, foram conduzidas mais de 15 (quinze) provas de conceitos com diversas startups do mundo, principalmente nos temas de barreiras e novos produtos.

A planta piloto do Centro de Tecnologia forneceu para a MP7, máquina que produz papel-cartão da unidade de Monte Alegre, cerca de 1.500 toneladas de MFC (celulose microfibrilada) em suspensão para a produção do Klamulti Premium Carrier, papel-cartão carrierboard utilizado para embalagens de cerveja e outras bebidas. A Klabin segue comercializando MFC para o segmento de cosméticos, em pequenos volumes. Além dessas aplicações já consolidadas, a empresa segue em busca de novos usos para este produto.

Destaca-se no negócio de lignina, também produzida na planta piloto do Centro de Tecnologia, a parceria comercial com a empresa Caldic, reconhecida distribuidora global de químicos para diversos segmentos industriais. O produto está sendo comercializado para o setor de borrachas, substituindo componentes de base fóssil. Também foram identificadas oportunidades para o uso da lignina em processos internos da Klabin, confirmados com testes industriais na Klabin Embalagens.



A provocação para a geração de novos negócios (Lignina, MFC e Pine Chemicals) com os recursos existentes continua focada em múltiplos mercados e deve se intensificar nos próximos anos.

Já na P&D Florestal existem os seguintes projetos inseridos em diferentes linhas de pesquisa:

- Melhoramento genético de eucalipto
- Melhoramento genético de pinus
- Clonagem
- Biotecnologia Florestal
- Fitossanidade
- Nutrição e Silvicultura
- Ecofisiologia
- Qualidade da madeira

Destaques em 2024:

- Continuidade nos trabalhos de melhoramento genético de pinus, com seleção e recomendação operacional de novas famílias de Pinus Taeda, que apresentam maior potencial produtivo em fibras;
- Recomendação de novos clones híbridos de eucalipto para plantios operacionais, que apresentam maior potencial produtivo em fibras;
- Expansão da base experimental de Eucalyptus e Corymbia em áreas de expansão e novos sítios produtivos, por meio do plantio e análise de novos materiais genéticos visando identificar os superiores para condições adversas/ mudanças climáticas;
- Expansão da base experimental de Pinus tropicais, subtropicais e híbridos, em áreas de expansão e novos sítios produtivos;
- Implementação do monitoramento de doenças em viveiros para suporte na produção de mudas e manejo dos viveiros da Klabin;
- Aprimoramento dos protocolos de embriogênese somática para evolução na geração de novos clones de Pinus Taeda;
- Conclusão da instalação da rede de estações meteorológicas em áreas florestais do PR, SC e SP, com 66 (sessenta e seis) estações meteorológicas que auxiliam nas previsões, garantindo maior assertividade nos processos florestais e melhor planejamento e aderência para abastecimento de fábricas;
- Implementação do protocolo de produção de mudas de Pinus via propagação vegetativa, assim como, início da operacionalização do processo em viveiro de produção de mudas da companhia;
- Início da construção de uma rede de poços piezométricos para monitoramento dos níveis do lençol freático nas plantações florestais da empresa;
- Expansão da rede de monitoramento ambiental do ciclo hidrológico, utilizando sensores instalados em plantações florestais de diferentes materiais genéticos plantados pela empresa; e
- Ampliação dos estudos de biomassa presente nos diferentes componentes dos plantios florestais (madeira, galhos, folhas, raízes, casca), bem como quantificação de teores de carbono presentes neles, focando em diferentes materiais genéticos plantados pela empresa.



d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

- Do ponto de vista de oportunidades provenientes de questões de Sustentabilidade atreladas ao plano de negócio, a Klabin as integra a partir das perspectivas de curto, médio e longo prazo, dentro de seus planos de transição para Clima e Biodiversidade. Dentre as mais relevantes, está o fator de oportunidade de mercado que facilita o acesso a linhas de crédito e financiamentos com melhores custos para empresas *best-in-class*, demonstrando menor risco de investimento para os credores pela capacidade de adaptação e gestão da Companhia;
- Para o fator de oportunidade de “Produtos e Serviços”, as listadas preveem um aumento da demanda de produtos à base de fibra de celulose devido, principalmente, à busca do mercado por soluções com menor pegada de carbono, reciclabilidade e cadeia de valor responsável. Além disso, o desenvolvimento de novos produtos e negócios é facilitado pela integração de iniciativas de pesquisa e desenvolvimento de soluções baseadas em materiais florestais, com investimentos próprios e/ou parcerias com clientes e fornecedores em busca de novas tecnologias em produtos e expansão dos negócios da Companhia;
- Novas tecnologias e investimento em soluções energéticas também são considerados um fator de oportunidade de resiliência, por diversificação de fontes de energia para a matriz, incrementando maior eficiência, menor custo e reduzindo emissões, além de contribuir com a autossuficiência energética e resiliência das operações da Companhia;
- Por fim, a existência do mercado de carbono regulado no Brasil traz como fator de oportunidade a comercialização de excedentes do balanço de carbono. A questão metodológica de cálculo, ainda que em processo de discussão pela ciência global climática, é monitorada e implementada internamente, em seus diversos cenários; e
- Para mais detalhes, favor consultar o Plano de Transição Climática da Klabin: <https://esg.klabin.com.br/documents/946986917/0/Plano+de+Transi%C3%A7%C3%A3o+Clim%C3%A1tica+Klabin.pdf/8952cecf-af53-b50b-b6c3-fb6f8813422c?t=1690550000130>.



2.11. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

A Companhia depende de uma cadeia de suprimentos global para a aquisição de matérias-primas, maquinário e outros insumos essenciais para suas operações. As guerras e conflitos causaram algumas interrupções na logística e no transporte internacional, resultando em atrasos na entrega de materiais. A instabilidade política e econômica em regiões produtoras de commodities, como o Oriente Médio e a Europa Oriental, fez com que os preços do petróleo e do gás natural subissem consideravelmente e, como consequência, aumentassem os custos de frete.

Sanções econômicas de países ocidentais sobre produção russa impulsionaram a demanda por produtos de outras origens, de forma que a Klabin viu aumento da demanda de regiões antes supridas por *players* russos. Além disso, disrupções logísticas no Canal de Suez por conta dos conflitos no Oriente Médio afetaram sobremaneira os *peers* europeus, que viram seus custos subirem acima dos americanos, além de sofrerem com prazos maiores de entregas aos clientes. Dessa forma, novamente a demanda por produtos da Klabin sofreu impacto positivo, com aumento de volumes destinados a alguns clientes antes supridos por competidores europeus.

Impactos climáticos também afetaram a logística mundial, com fechamento de portos e escassez de contêineres ao redor do mundo.

O Congresso Nacional aprovou recentemente a reforma tributária, (“Reforma Tributária”) por meio da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023. A Reforma Tributária ainda não está em vigor, mas a Companhia já estuda os impactos em todas as áreas de seus negócios e nos futuros contratos que eventualmente podem ser firmados a partir da vigência da reforma.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados nos demais itens desta seção.



ANEXO II

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO CONTENDO AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO “A” DA RESOLUÇÃO CVM nº 81/22

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 1.831.010.223,83 (um bilhão, oitocentos e trinta e um milhões, dez mil, duzentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Em 24 de abril de 2024, foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$ 330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais), correspondentes a R\$ 0,05970763088 por ação ordinária ou preferencial ou R\$ 0,29853815440 por *Unit*. O pagamento dos referidos proventos foi realizado no dia 16 de maio de 2024.

Em 29 de julho de 2024, foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$ 410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais), correspondentes a R\$ 0,06743909593 por ação ordinária ou preferencial ou R\$ 0,33719547965 por *Unit*. O pagamento dos referidos proventos foi realizado no dia 15 de agosto de 2024.

Em 4 de novembro de 2024, foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$ 425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de reais), correspondentes a R\$ 0,06990882533 por ação ordinária ou preferencial e R\$ 0,34954412665 por *Unit*. O pagamento dos referidos proventos foi realizado no dia 21 de novembro de 2024.

Em 11 de dezembro de 2024, foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$ 258.000.000,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões de reais), correspondentes a R\$ 0,04243910304 por ação ordinária ou preferencial e R\$ 0,21219551520 por *Unit*. O pagamento dos referidos proventos foi realizado no dia 12 de março de 2025.

Em 25 de fevereiro de 2025, foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a distribuição de dividendos complementares no montante total de R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro



milhões de reais), correspondentes a R\$ 0,0,00888263585 por ação ordinária ou preferencial e R\$ 0,04441317926 por *Unit*. O pagamento dos referidos proventos foi realizado em 14 de março de 2025.

Portanto, o montante global de proventos distribuídos à conta de parte dos resultados do exercício social de 2024 foi de R\$ 1.477.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e setenta e sete milhões de reais) que corresponde a R\$ 0,24837729118 por ação ordinária ou preferencial e a R\$ 1,24188645490 por *Unit*.

Todos os valores estão de acordo com a Política de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio da Klabin.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A Companhia distribuiu percentual equivalente a 80,67% do seu lucro líquido relativo ao exercício social de 2024, isto é, R\$ 1.477.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e setenta e sete milhões de reais).

Em milhares de reais	Controladora	
	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas de Klabin	1.831.011	2.694.538
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais	(5.095)	(145.758)
(-) Constituição de reserva legal (5% do lucro líquido – reserva de incentivos fiscais)	(91.296)	(127.439)
(+) Realização da reserva de ativos biológicos - próprios	186.954	387.226
(-) Constituição da reserva de ativos biológicos - próprios	(332.706)	(174.043)
(+) Realização da reserva de ativos biológicos - controladas	16.934	28.050
(=) Lucro Base para distribuição do dividendo obrigatório	1.605.802	2.662.574
(=) Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social (25%)	401.451	665.644
(=) Total de proventos distribuídos	1.477.000	1.148.000
(-) Constituição da reserva de investimento e capital de giro	(128.802)	(1.322.574)

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, uma vez que não houve distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.



5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável, uma vez que não haverá qualquer distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, adicional àquelas descritas no item 2 acima, a ser submetida à aprovação da AGO.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, uma vez que não haverá qualquer distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, adicional àquelas descritas no item 2 acima, a ser submetida à aprovação da AGO.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável, uma vez que não haverá qualquer distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, adicional àquelas descritas no item 2 acima, a ser submetida à aprovação da AGO.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

O montante de dividendos já declarados e pagos pela Companhia com base no lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 totaliza R\$ 1.477.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e setenta e sete milhões de reais). As informações sobre a declaração e o pagamento desses dividendos estão discriminadas acima no item 2 deste Anexo.



b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Descrição	Declarado em	Pago em	Valor bruto por ação	Montante global
Dividendos	24/04/2024	16/05/2024	R\$0,05970763088	R\$330.000.000,00
Dividendos	29/07/2024	15/08/2024	R\$0,06743909593	R\$410.000.000,00
JCP	04/11/2024	21/11/2024	R\$0,06990882533	R\$425.000.000,00
JCP	11/12/2024	12/03/2025	R\$0,04243910304	R\$258.000.000,00
Dividendos	25/02/2025	14/03/2025	R\$0,00888263585	R\$54.000.000,00

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2024	2023	2022
Lucro Líquido do exercício	R\$ 1.831.010.223,83	R\$ 2.694.539.252,99	R\$4.461.250.475,18
Lucro Líquido por ação ON (em reais)	R\$ 0,31	R\$0,49	R\$0,81
Lucro Líquido por ação PN (em reais)	R\$ 0,31	R\$0,49	R\$0,81

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2024	2023	2022
Valor global dos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	R\$ 1.477.000.000,00	R\$1.340.000.000,00	R\$1.628.000.000,00
Valor dos dividendos por ação ON/PN (em reais)	R\$ 0,24	R\$ 0,24	R\$0,30



8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 destinado à reserva legal será de R\$ 91.296.000,00 (noventa e um milhões e duzentos e noventa e seis mil reais).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Foi aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício social de 2024, na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto



Nos termos do Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, após a constituição da reserva legal e da constituição, realização e reversão da Reserva de Ativos Biológicos e da realização da conta de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, do saldo remanescente, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento de dividendos obrigatórios.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, o dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável.



d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Nos termos do Artigo 28, item v, do Estatuto Social da Companhia, o valor para constituição da Reserva de Ativos Biológicos será limitado ao saldo da conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados” após a constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar, com a finalidade de alocação dos efeitos de ajustes ao valor justo dos ativos biológicos enquanto não realizados financeiramente, pela destinação do resultado do período pelo que estiver nele contido, líquido dos efeitos tributários, de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos próprios e de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos de controladas contida no resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela controladora.

Ainda, nos termos do Artigo 28, item iv, do Estatuto Social da Companhia, observados os limites impostos pelo Artigo 199 da Lei nº 6.404/76, poderá ser constituída Reserva para Investimentos e Capital de Giro por parcela variável de 5% (cinco por cento) a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, acréscimos de capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamentos de capital, podendo seu saldo ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, quando autorizadas na forma prevista no Estatuto Social, ou para incorporação ao capital social.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Foi destinado à Reserva de Investimento e Capital de Giro o montante de R\$ 128.802.000,00 (cento e vinte e oito milhões, oitocentos e dois mil reais).

Descrever como o montante foi calculado



O valor destinado à Reserva para Investimento e Capital de Giro está em conformidade com os parâmetros estabelecidos no Estatuto Social da Companhia, bem como com o orçamento dos investimentos para o exercício social de 2025, que totaliza o montante de R\$ 128.802.000,00 (cento e vinte oito milhões, oitocentos e dois mil reais).

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

O montante destinado a reserva de incentivos fiscais foi de R\$ 5.095.000,00 (cinco milhões e noventa e cinco mil reais).

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.



ANEXO III

INDICAÇÃO DE CANDIDATOS PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Definição do número de membros do Conselho de Administração da Companhia:

A acionista controladora propõe que a composição do Conselho de Administração da Companhia, para o mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025, seja de 13 (treze) membros efetivos e igual número de suplentes. Não obstante, a acionista controladora preserva o direito de alterar sua proposta, inclusive durante os trabalhos da AGO, de forma a aumentar o número de membros do Conselho de Administração em caso de adoção do processo de voto múltiplo ou eleição em separado, observado sempre o limite máximo estabelecido no Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e o disposto no Artigo 141, Parágrafo 7º da Lei nº 6.404/76.

Candidatos ao Conselho de Administração da Companhia

Para o mandato que durará até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, a acionista controladora indicou chapa composta pelos seguintes membros, dos quais 4 (quatro) titulares se declaram como membros independentes, conforme os termos do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22:

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Alberto Klabin	Maria Silvia Bastos Marques
Amanda Klabin Tkacz	Daniel Miguel Klabin
Amaury Guilherme Bier	Victor Borges Leal Saragiotto
Celso Lafer	Paulo Roberto Petterle
Francisco Lafer Pati	Luis Eduardo Pereira de Carvalho
Horacio Lafer Piva	Eduardo Lafer Piva
Lilia Klabin Levine	João Adamo Junior
Marcelo Mesquita de Siqueira Filho	Marcelo de Aguiar Oliveira
Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho	Maria Eugênia Lafer Galvão
Roberto Luiz Leme Klabin	Marcelo Bertini de Rezende Barbosa
Vera Lafer	Antonio Sergio Alfano
Wolff Klabin	Pedro Silva de Queiroz



Não houve deliberação do Conselho de Administração acerca da independência dos candidatos à eleição a ser realizada na Assembleia Geral Ordinária. Os acionistas informaram que os candidatos ora apresentados estão em condições de apresentar declaração de desimpedimento, nos termos dos Artigos 2 e 3 do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22.

Procedimento para eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia

A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrerá pelo sistema de votação por chapa, onde cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber o maior número de votos.

Alternativamente, a eleição poderá ocorrer pelo procedimento de voto múltiplo, caso acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia solicitem a sua adoção, nos termos do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e da Resolução CVM nº 70/22. Nesse caso, serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos forem os assentos a serem preenchidos no Conselho de Administração pelo procedimento de voto múltiplo, podendo os acionistas alocarem cada ação livremente seus votos entre os candidatos, sendo eleitos os candidatos que receberem o maior número de votos.

Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos. Será divulgado durante a AGO o número de votos necessários para garantir a eleição de ao menos 1 (um) membro do Conselho de Administração, com base no número de ações detidas pelos acionistas nela presentes.

Adicionalmente, a maioria dos acionistas titulares de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia terá o direito de eleger em separado 1 (um) membro do Conselho de Administração e seu respectivo suplente. Igual direito terá a maioria dos acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social. Caso os titulares de ações com direito a voto e os titulares de ações preferenciais não perfaçam tais quóruns, a maioria dos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais que, em conjunto, representem no mínimo 10% (dez por cento) do capital social, terá o direito de eleger 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente para o Conselho de Administração. Somente poderão exercer tais direitos os acionistas que detiverem a titularidade ininterrupta da participação acionária exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da AGO.

As ações ordinárias cujos direitos de voto forem exercidos pelos acionistas em votação em separado não terão direito a voto na eleição majoritária, seja por chapa ou por voto múltiplo.

A chapa proposta pela acionista controladora contém 12 (doze) candidatos, no pressuposto de que haverá 1 (um) membro do Conselho de Administração que será eleito em votação em separado, totalizando um Conselho de Administração composto por 13 (treze) membros. Nada obstante, a acionista controladora



preserva o direito de alterar sua proposta, inclusive durante os trabalhos da AGO, de forma a aumentar o número de membros do Conselho de Administração, em caso de adoção de procedimento de voto múltiplo ou, ainda, se houver mais de 1 (um) membro eleito em votação em separado, até o número necessário para acomodar a eleição de todos os candidatos da chapa indicada pela acionista controladora e os candidatos eleitos em separado ou por meio de voto múltiplo, conforme o caso, observado o limite máximo estabelecido no Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e o disposto no Artigo 141, Parágrafo 7º da Lei nº 6.404/76.

Os demais acionistas poderão indicar outras chapas para participarem da eleição majoritária dos membros do Conselho de Administração, bem como eventuais candidatos para participarem de votação em separado nos termos do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76, devendo, nestes casos, encaminhar à Companhia as informações completas dos candidatos, devidamente acompanhadas dos documentos exigidos pela lei e regulamentação aplicáveis.

Eleição do Conselho Fiscal

Nos termos do Artigo 27, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, o seu Conselho Fiscal funciona em caráter permanente, sendo composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Para compor o Conselho Fiscal no seu próximo mandato, a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária que irá aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2025, a acionista controladora indicou a chapa composta pelos seguintes candidatos:

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Igor Lima	Antonio Marcos Vieira Santos
Pedro Guilherme Zan	Vivian do Valle Souza Leão Mikui
Sergio Ladeira Furquim Werneck Filho	Raul Ricardo Paciello

O Artigo 161, § 4º, alínea 'a', da Lei nº 6.404/76, assegura a eleição em separado de 1 (um) membro titular do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente aos acionistas (i) titulares de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito; e (ii) minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto. Caso sejam eleitos membros em separado nesses termos, o Conselho Fiscal poderá ser composto por até 5 (cinco) membros.



INFORMAÇÕES DOS ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA EM RELAÇÃO AOS INDICADOS

Apresentamos a seguir as informações relativas aos integrantes da chapa indicada pela acionista controladora para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, na forma dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência.



7.3. Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal:

Candidatos a Membros Titulares do Conselho de Administração:

Nome	Data de Nascimento	Nacionalidade	Profissão	CPF	Cargo a ser ocupado	Data Prevista para Eleição	Data Prevista para Posse	Prazo do Mandato	Outros cargos ou funções na Companhia	Indicado pelo Acionista Controlador	Membro independente	Data de Início do primeiro mandato
Alberto Klabin	11/06/1951	brasileiro	Engenheiro Mecânico	261.062.567-72	Membro titular do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	Não	18/04/2001
Amanda Klabin Tkacz	15/08/1978	brasileira	Administradora	047.868.957-84	Membro titular do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Coordenadora do Comitê de Pessoas e Cultura	Sim	Não	28/12/2001
Amaury Guilherme Bier	25/05/1960	brasileiro	Economista	013.102.298-99	Membro titular do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Membro do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas	Sim	Sim	30/04/2019
Celso Lafer	07/08/1941	brasileiro	Advogado	001.913.298-00	Membro titular do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	Sim	27/04/2005
Francisco Lafer Pati	10/05/1973	brasileiro	Advogado	256.483.558-90	Membro titular do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	Não	28/12/2001
Horacio Lafer Piva	30/05/1957	brasileiro	Economista	038.613.618-17	Membro titular do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Presidente do Conselho de Administração	Sim	Não	18/04/2001



Nome	Data de Nascimento	Nacionalidade	Profissão	CPF	Cargo a ser ocupado	Data Prevista para Eleição	Data Prevista para Posse	Prazo do Mandato	Outros cargos ou funções na Companhia	Indicado pelo Acionista Controlador	Membro independente	Data de Início do primeiro mandato
Líliá Klabin Levine	24/08/1939	brasileira	Empresária	300.825.448-91	Membro titular do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	Não	18/04/2001
Marcelo Mesquita de Siqueira Filho	20/12/1969	brasileiro	Economista	951.406.977-34	Membro titular do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	Sim	05/04/2023
Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho	17/07/1960	brasileiro	Administrador	040.443.368-57	Membro titular do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	Não	18/04/2001
Roberto Luiz Leme Klabin	15/07/1955	brasileiro	Advogado	988.753.708-00	Membro titular do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Membro do Comitê de Sustentabilidade	Sim	Sim	18/04/2001
Vera Lafer	03/10/1936	brasileira	Industrial	380.289.138-49	Membro titular do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	Não	18/04/2001
Wolff Klabin	11/05/1973	brasileiro	Empresário	018.376.457-95	Membro titular do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	Não	18/04/2001

Cada um dos candidatos da chapa da acionista controladora declarou, individualmente, que: nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de



Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado na esfera judicial ou decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.



CURRICULUM DOS MEMBROS TITULARES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

• ALBERTO KLABIN

Formação acadêmica: graduado em Engenharia Mecânica de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ e em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá e pela Escola Superior de Guerra.

Experiências atuais: (i) diretor-adjunto nas empresas Glimdas Participações S.A. e Kassa Ida Participações Ltda.; (ii) membro do Conselho de Administração da Klabin Irmãos S.A.

Experiências anteriores: (i) *relationship manager* no Chemical Bank, em Nova York; e (ii) *relationship manager* no Banco Norchem S.A., no Rio de Janeiro.

Outras informações relevantes: -

• AMANDA KLABIN TKACZ

Formação acadêmica: graduada em Administração de Empresas pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC; cursou os programas *Owners Presidents Management (OPM)*, *Families in Business*, *Authentic Leadership Program* e *Audit Committee Program* pela *Harvard Business School*; o programa *Private Wealth Management* pela *Wharton Business School*; e *EP Singularity University*.

Experiências atuais: (i) membro do Conselho de Administração da Klabin S.A.; (ii) coordenadora do Comitê de Pessoas e Cultura da Klabin S.A.; (iii) sócia e diretora da Daro Participações S.A.; (iv) membro suplente do Conselho de Administração da Klabin Irmãos S.A.; (v) sócia e diretora da Daram Participações Ltda.; (vi) sócia e diretora da Damaro Comercial Agropecuária Ltda.; (vii) sócia fundadora da Galt Capital Consultoria de Investimentos Ltda.; e (viii) sócia Fundadora da Bait INC, incorporadora carioca.

Experiências anteriores: (i) Presidente do Conselho de Administração da Klabin S.A. (2023); e (ii) membro do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas de Klabin S.A. (2020/2021 e 2022/2023).

Outras informações relevantes: competência reconhecida em planejamento estratégico de negócios, fusões e aquisições e gestão de riscos.

• AMAURY GUILHERME BIER

Formação acadêmica: bacharel em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA – USP (1982); Programas de Mestrado e Doutorado em economia da FEA – USP (1983-1985, sem defesa de Tese); Programa de Formação Interdisciplinar do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP (1985-1986).

Experiências atuais: (i) membro do Comitê de Investimentos e sócio responsável pela área de investimentos em participações (*private equity*) (2014) da Gávea Investimentos; (ii) membro do Conselho de Administração da Klabin S.A.; (iii) membro do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas da Klabin S.A.; (iv) membro do Conselho de Administração da ARMAC S.A.; e (v) membro do Conselho de Administração da Natural One S.A.

Experiências anteriores: (i) Presidente (2007-2022) da Gávea Investimentos e sócio responsável pela área de gestão de patrimônio (2004-2007); (ii) Diretor-Executivo do Banco Mundial (World Bank), IFC e MIGA (2002-2003); (iii) Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda (1999-2002); (iv) Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (1998-1999) e Economista-Chefe



do Ministério do Planejamento (1996-1998); (v) Economista-Chefe do Citibank Brazil (1994-1996); (vi) Associado da empresa de consultoria Kandir & Associados (1992-1994); (vii) Coordenador da Coordenação de Política Monetária e Financeira da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (1990-1991); (viii) Economista Sadia S.A. (1990); (ix) Economista Copersucar (1989); e (x) professor na FEA – USP (1985-1986).

Outras informações relevantes: membro de diversos Conselhos de Administração desde 1997, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, IRB – RE, Itaipu Binacional, Americanas, Camil, Laboratório Hermes Pardini, Grupo GPS, Grupo São Francisco, entres outros.

- **CELSO LAFER**

Formação acadêmica: PhD em Ciência Política pela Universidade de Cornell (EUA); bacharel, livre-docente de Direito Internacional Público e titular de Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo – USP.

Experiências atuais: jurista, estudioso dos direitos humanos, especialista em relações internacionais e comércio externo. Atualmente, é presidente do Conselho da Fundação Fernando Henrique Cardoso, e preside a Fundação Ema Klabin e o Conselho Consultivo do Hospital Albert Einstein. Membro do Conselho de Administração da Klabin S.A.

Experiências anteriores: em 1992, foi Ministro de Estado das Relações Exteriores e vice-presidente *ex-officio* da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Na sua segunda gestão no Itamaraty (2001-2002), chefiou a delegação brasileira à Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Doha. Foi Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (1999) e embaixador-chefe da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e à Organização Mundial do Comércio em Genebra (1995-1998). Em 1996, presidiu o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC e, em 1997, o Conselho Geral da mesma entidade. Foi Presidente do Conselho de Administração da Metal Leve S.A. Indústria e Comércio (1993-1995), e presidente da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (2007-2015).

Outras informações relevantes: professor emérito da Universidade de São Paulo, do seu Instituto de Relações Internacionais e da sua Faculdade de Direito. Nela lecionou Direito Internacional e Filosofia do Direito de 1971 a 2011. Integra o Conselho da Klabin desde 2005. É membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Paulista de Letras e da Academia Brasileira de Ciências. Autor de diversos livros, entre eles: A reconstrução dos direitos humanos, um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt (1988); Comércio, desarmamento, direitos humanos – reflexões sobre uma experiência diplomática (1999); Norberto Bobbio, trajetória e obra (2013); Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira, pensamento e ação (2018). Recebeu, entre várias outras, as seguintes honrarias: Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Título de Doutor Honoris Causa na Argentina: da Universidade de Buenos Aires, da Universidade de Cordoba e da Universidade Tres de Febrero – UNTREF; na França: da Université Jean Moulin Lyon 3; na Inglaterra: da Universidade de Birmingham; em Israel: da Universidade de Haifa; no Brasil: da UNESP e da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Em 2006, foi titular da cátedra “Países e Culturas do Sul”, do Centro John W. Kluge da Biblioteca do Congresso dos EUA.

- **FRANCISCO LAFER PATI**



Formação acadêmica: graduado em Direito e em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; pós-graduado em Direito Societário pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Experiências atuais: (i) diretor da VFV Participações S.A.; (ii) membro do Conselho de Administração da Klabin Irmãos S.A.; e (iii) membro do Conselho de Administração da Klabin S.A.

Experiências anteriores: atuação nas áreas de contencioso cível, societário e contratos.

Outras informações relevantes: diretor de empresa voltada para atividades de comunicação audiovisual.

- **HORACIO LAFER PIVA**

Formação acadêmica: graduado em Economia e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Experiências atuais: (i) membro suplente do Conselho de Administração da Klabin Irmãos S.A.; e (ii) presidente do Conselho de Administração da Klabin S.A.

Experiências anteriores: (i) presidente da FIESP/CIESP, do SESI/SENAI, do SEBRAE – SP e do Conselho Temático de Economia da CNI – Confederação Nacional da Indústria; (ii) membro do Programa Comunidade Solidária do governo Fernando Henrique Cardoso e do CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo Lula. Atuou como presidente da BRACELPA – Associação Brasileira de Papel e Celulose, do Conselho da AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente, do Instituto DNA Brasil, da IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores, e da Brain4Care S/A; e (iii) participou dos Conselhos de Administração de Redecard S/A., Martins S/A., BHG S/A., Tarpon S/A., TCP S/A., BTS S/A, Cataratas S/A, da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, do A.C. Camargo Câncer Center, da Fundação Bienal, da FEK – Fundação Ema Klabin, da FFHC – Fundação Fernando Henrique Cardoso, do Grupo Baumgart.

Outras informações relevantes: membro do Conselho da Fundação OSESP – Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, da EMBRAPPII – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, do IEDI – Instituto de Estudos Industriais, dos Conselhos Consultivos da Brasilpar Serviços Financeiros, da Brainvest Wealth Management, do B20 – Fórum de diálogo empresarial com o G-20, e da liderança da MEI – Mobilização Empresarial pela Inovação.

- **LILIA KLABIN LEVINE**

Formação acadêmica: graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; cursou a Escola de Sociologia e Política de São Paulo e o curso extensivo de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – FGV, em São Paulo.

Experiências atuais: (i) presidente de LKL Participações S.A.; (ii) presidente da Esli Participações S.A.; (iii) membro do Conselho de Administração da Klabin Irmãos S.A.; (iv) diretora da Jack Levine Participações Ltda.; e (v) membro do Conselho de Administração da Klabin S.A.

Experiências anteriores: -

Outras informações relevantes: entrevistadora e apresentadora de programa de televisão. Apoiava e incentiva a Música Popular Brasileira há mais de 20 anos.

- **MARCELO MESQUITA DE SIQUEIRA FILHO**



Formação acadêmica: graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ; cursou Estudos Franceses na Universidade de Nancy II e OPM (Owner President Management Program) na Harvard Business School.

Experiências atuais: (i) Sócio-fundador da Leblon Equities desde 2008, onde atua como cogestor dos fundos da ação e Private Equity; (ii) Fundador e Chairman da TheLysts AG desde 2004; (iii) Membro do Conselho da Tamboro Educacional desde 2012; (iv) Membro do Conselho do Endowment da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ desde 2019; e (v) membro do Conselho de Administração da Klabin S.A..

Experiências anteriores: (i) Trabalhou por 10 anos no UBS Pactual (1998-2008); (ii) trabalhou por 7 anos no Banco Garantia (1991-1998); e (iii) foi membro do Conselho de Administração da Petrobras por 8 anos (2016-2024), eleito pelos minoritários.

Outras informações relevantes: desde 1995, foi considerado por investidores como um dos principais analistas do Brasil segundo várias pesquisas feitas pela revista Institutional Investor. Foi ranqueado “#1 Brazil Analyst” em 2003-2006 (além de #3 em 2002, #2 em 2001 e #3 em 2000). Votado “#1 Estrategista de ações no Brasil” pela “Institutional Investor Magazine Brazil Survey” em 2005, 2004 e 2003.

• PAULO SERGIO COUTINHO GALVÃO FILHO

Formação acadêmica: graduado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e especialização em administração de empresas pela Harvard Business School (OPM).

Experiências atuais: (i) membro do Conselho de Administração da Klabin Irmãos S.A.; (ii) membro do conselho de administração da Klabin S.A.; (iii) membro do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.; (iv) membro do Conselho de Administração do Hospital Israelita Albert Einstein; e (v) membro do Conselho Consultivo, Conselheiros Celulose e Papel da IBÁ, Indústria Brasileira de Árvores.

Experiências anteriores: membro do Conselho de Administração (i) da Bovespa (atual B3), (ii) do Banco Mercantil de São Paulo, (iii) da Fundação Bienal de São Paulo, e (iv) do Masp - Museu de Arte de São Paulo.

Outras informações relevantes: -

• ROBERTO LUIZ LEME KLABIN

Formação acadêmica: advogado, graduado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo – USP; especialização em Administração de empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; cursou programa OPM 31 (Owner President Management) na Harvard Business School.

Experiências atuais: (i) sócio-gerente nas seguintes empresas: KL & KL Participações Ltda.; RK Hotéis e Turismo e Caiman Agropecuária Ltda.; (ii) importante atuação como ambientalista, sendo fundador e atual vice-presidente da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto SOS Pantanal; (iii) membro do Conselho de Administração do Museu Brasileiro de Escultura e Ecologia (Mube); (iv) membro do Conselho do Instituto Talanoa; (v) presidente da Associação Brasileira de Turismo de Luxo (BLTA); (vi) membro do Conselho da Rede Pro Unidades de Conservação; (vii) membro do



Conselho do Instituto 5 P; (viii) presidente do Instituto Life; (ix) membro do Conselho de Administração da Klabin S.A.; e (x) membro do Comitê de Sustentabilidade da Klabin S.A.

Experiências anteriores: foi membro do Conselho Consultivo do Meio Ambiente do Governo de São Paulo; Ex-presidente do Conselho do Museu Brasileiro de Escultura e Ecologia (Mube).

Outras informações relevantes: membro do Conselho Diretor da Fundação Amazônia Sustentável; membro do Conselho Consultivo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio); membro do Conselho de Gestão do Projeto Onçafari; presidente do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE); membro do Conselho Deliberativo do Hospital Israelita Albert Einstein; membro do Conselho Deliberativo do Museu Judaico.

- **VERA LAFER**

Formação acadêmica: -

Experiências atuais: (i) membro do Conselho de Administração da Klabin S.A.; (ii) membro do Conselho de Administração da Klabin Irmãos S.A.; (iii) diretora-presidente da Jacob Klabin Lafer Adm. e Participações S.A.; (iv) diretora da VL Participações Ltda.; (v) diretora da Novo Horizonte Agropecuária Ltda.; (vi) diretora da Kvel Participações Ltda.

Experiências anteriores: bailarina de renome, destaca-se por seu trabalho de apoio à cultura, arte e educação. Foi uma das criadoras do Studio3 Espaço de Dança, para formação e aperfeiçoamento de bailarinos.

Outras informações relevantes: no Espaço Cultural Vera Lafer, em Telêmaco Borba, no Paraná, o programa Passo Certo, realizado em parceria com o Studio3, ensina dança contemporânea e capoeira a crianças e adolescentes da comunidade e filhos de colaboradores da Klabin S.A., com idades entre 6 e 17 anos. Entre outros reconhecimentos públicos, recebeu homenagem da Câmara de Vereadores de São Paulo por sua atuação social.

- **WOLFF KLABIN**

Formação acadêmica: graduado pela Universidade de Harvard; cursou o Owner President Management Program – OPM 43 na Harvard Business School.

Experiências atuais: (i) sócio fundador da gestora de recursos 4K Investimentos desde 2013; (ii) fundador e sócio da Alexia Ventures, fundo de Venture Capital desde 2019; (iii) membro do Conselho de Administração da Klabin S.A.; e (iv) membro do Conselho de Administração da Klabin Irmãos S.A.

Experiências anteriores: (i) atuação na área de fusões e aquisições do Banco JP Morgan; (ii) sócio da Gestora de Recursos Jardim Botânico Investimentos.

Outras informações relevantes: cofundador das organizações sociais: Prep Estudar Fora, da Fundação Estudar; RenovaBR e Movimento União Rio. Presidente do Conselho da Escola ORT Brasil, membro do Conselho do David Rockefeller Center for Latin American Studies da Universidade de Harvard e do Instituto Igarapé.



Candidatos a Membros Suplentes do Conselho de Administração:

Nome	Data de Nascimento	Nacionalidade	Profissão	CPF	Cargo a ser ocupado	Data Prevista para Eleição	Data Prevista para Posse	Prazo do Mandato	Outros cargos ou funções na Companhia	Indicado pelo Acionista Controlador	Membro independente	(Data de início do primeiro mandato)
Antonio Sergio Alfano	08/09/1952	brasileiro	Administrador	875.349.248-04	Membro Suplente do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	Não	24/03/2021
Daniel Miguel Klabin	11/05/1929	brasileiro	Engenheiro	008.143.777-34	Membro Suplente do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	Não	18/04/2001
Eduardo Lafer Piva	18/12/1958	brasileiro	Administrador	029.198.238-76	Membro Suplente do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	Não	10/03/2016
João Adamo Junior	29/12/1969	brasileiro	Advogado	132.904.408-85	Membro Suplente do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Coordenador do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas	Sim	Não	05/04/2023
Luis Eduardo Pereira de Carvalho	10/06/1948	brasileiro	Engenheiro	384.060.808-25	Membro Suplente do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Membro do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas	Sim	Não	05/04/2023
Marcelo Bertini de	26/09/1963	brasileiro	Economista	813.071.527-91	Membro Suplente do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Membro do Comitê de	Sim	Sim	20/03/2014

Nome	Data de Nascimento	Nacionalidade	Profissão	CPF	Cargo a ser ocupado	Data Prevista para Eleição	Data Prevista para Posse	Prazo do Mandato	Outros cargos ou funções na Companhia	Indicado pelo Acionista Controlador	Membro independente	(Data de início do primeiro mandato)
Rezende Barbosa									Pessoas e Cultura			
Marcelo de Aguiar Oliveira	10/04/1974	brasileiro	Economista	016.747.037-08	Membro Suplente do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	Sim	05/04/2023
Maria Eugênia Lafer Galvão	07/08/1962	brasileira	Jornalista	076.308.458-12	Membro Suplente do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Coordenadora do Comitê de Sustentabilidade	Sim	Não	24/03/2021
Maria Sílvia Bastos Marques	27/12/1956	brasileira	Administradora	459.884.477-91	Membro Suplente do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	Não	16/04/2024
Paulo Roberto Petterle	21/02/1949	brasileiro	Engenheiro	175.309.207-82	Membro Suplente do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Membro do Comitê de Sustentabilidade	Sim	Sim	05/04/2023
Pedro Silva de Queiroz	29/06/1988	brasileiro	Engenheiro	124.581.687-01	Membro Suplente do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	Não	16/04/2024
Victor Borges Leal Saragiotto	18/07/1988	brasileiro	Economista	731.847.131-72	Membro Suplente do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	Sim	05/04/2023



Cada um dos candidatos da chapa da acionista controladora declarou, individualmente, que: nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado na esfera judicial ou decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CURRICULUM DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- **ANTONIO SERGIO ALFANO**

Formação Acadêmica: graduado em Administração de Empresas, com MBA em Administração na Business School São Paulo, com período na Toronto University no Canadá; cursou Finanças Internacionais pelo *Institut européen d'administration des affaires* (INSEAD) em Fontainebleau, na França; cursou Management pelo International Institute for Management Development (IMD), em Lausanne na Suíça. Cursos de extensão universitária: Corporate Finance and Value Creation na University of California, Berkeley; Update in Organizational Behavior August 1995 and Update in Finance in September 1995, ambos na The Wharton School, University of Pennsylvania.

Experiências atuais: membro suplente no Conselho de Administração de Klabin S.A..

Experiências anteriores: (i) ingressou nas empresas do Grupo Klabin em 1974, atuando nas áreas de Estudos Econômicos, Vendas e Marketing; (ii) diretor superintendente da Klabin Export; (iii) diretor financeiro da Norske Skog Klabin; (iv) diretor financeiro da Klabin Bacell; (v) diretor de planejamento da Klabin S.A.; e (vi) diretor financeiro e de relações com investidores da Klabin S.A.

Outras informações relevantes: -

- **DANIEL MIGUEL KLABIN**

Formação acadêmica: graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Experiências atuais: (i) diretor-presidente da Daro Participações S.A.; (ii) diretor presidente da Daram Participações Ltda.; (iii) diretor-presidente da Damaro Comercial Agropecuária Ltda.; e (iv) membro suplente no Conselho de Administração de Klabin S.A..

Experiências anteriores: (i) vivenciou os principais ciclos de crescimento da Klabin S.A., na posição de conselheiro. Presidiu o Conselho de Administração em seis ocasiões (exercícios de 1981, 1987, 1993, 1999, 2005 e 2011); (ii) foi membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério das Relações Exteriores; (iii) foi membro do Comitê Estratégico do Capítulo Brasileiro do Conselho de Empresários da América Latina (CEAL), (iv) foi membro do Conselho Superior e benemérito da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ); (v) larga experiência em posições de liderança. Fundador e primeiro presidente (1998) do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), sendo atualmente vice-presidente Emérito.

Outras informações relevantes: doutor *honoris causa* da Academia Brasileira de Filosofia e agraciado com a Medalha Tiradentes da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) em dezembro de 2023, entre outros.

- **EDUARDO LAFER PIVA**

Formação acadêmica: cursou economia na Fundação Armando Alvares Penteado; possui ampla experiência em empreendimentos agropecuários de alta tecnologia.

Experiências atuais: (i) diretor da Presh S.A.; (ii) membro do Conselho de Administração da Klabin Irmãos S.A., holding do Grupo Klabin; (iii) diretor da Hlp Assessoria Empresarial; (iv) diretor da Fazenda Emyreio, situada em Leme (SP); e (v) superintendente da Santângelo Agropecuária Ltda.

Experiências anteriores: membro do Conselho de Administração da Klabin S.A..

Outras informações relevantes: -

• **JOÃO ADAMO JUNIOR**

Formação acadêmica: graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo – USP; e Administração de Empresas pela FGV-EAESP.

Experiências atuais: (i) membro do Comitê Executivo e de Investimentos da Cadence Gestora de Recursos; (ii) coordenador do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas da Klabin S.A.; e (iii) membro suplente do Conselho de Administração da Klabin Irmãos S.A..

Experiências anteriores: mais de 30 anos de experiência no mercado financeiro. Atuou em diversos cargos de direção em renomadas instituições como Deutsche Bank em Nova Iorque; fundador e CEO da joint-venture Maxblue do Deutsche Bank com o Banco do Brasil; head de produtos de Wealth Management no UBS Pactual; tendo atuado ano de 2006 como executivo sênior na integração do Banco Pactual com a plataforma mundial do UBS; diretor executivo das Assets Vision Brazil Investments, Mainstay Asset Management – vendida para o Banco Pátria e Cadence Gestora de Recursos. Foi membro do Conselho das empresas Net Comunicações S.A., Aceco-TI S.A. e Linx S.A..

Outras informações relevantes: gestor credenciado perante a CVM.

• **LUIS EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO**

Formação acadêmica: graduação em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; MBA em Business/Finanças pela London Business School.

Experiências atuais: (a) 30 anos de experiência como consultor: (a.i) Setape Assessoria Econômica Ltda., onde é sócio-diretor desde 1998; e (a.ii) Boucinhas & Campos Consultores Ltda.; (b) 21 anos de experiência como executivo em empresas de grande porte como: (b.i) Camargo Corrêa S.A.; (b.ii) Delta Metal Overseas; (b.iii) PZM Comercial, Agrícola e Construtora Ltda.; (b.iv) Carlos Pereira Indústrias Químicas; (c) membro do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas da Klabin S.A.; (d) membro suplente do Conselho de Administração da Klabin S.A..

Experiências anteriores: membro do Conselho de Administração da Klabin S.A..

Outras informações relevantes: -

• **MARCELO BERTINI DE REZENDE BARBOSA**

Formação acadêmica: graduado em Economia pela Faculdade Candido Mendes e pós-graduado em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ; participou do OPM (Owner/President Management Program) da Harvard Business School.

Experiências atuais: (i) presidente da Cinemark Brasil há 17 anos, sendo um dos responsáveis pela abertura da empresa no Brasil; (ii) *angel investor* e conselheiro de *startups* de educação, mídia e saúde; (iii) presidente da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas (Abraplex) operadoras da Multiplex; (iv) presidente do Conselho de uma Startup de Educação; (v) conselheiro de empresas nos setores de saúde, educação e máquinas e equipamentos (investida da Rio Bravo); (vi) conselheiro da Fundação Coca Cola; (vii) conselheiro do Instituto George Mark Klabin; (viii) membro do Comitê de Pessoas e Cultura da Klabin S.A.; e (ix) membro suplente do Conselho de Administração da Klabin S.A..

Experiências anteriores: IBM Brasil e McKinsey, com foco em finanças, estratégia e M&A, em setores como Energia, Varejo e Serviços Financeiros.

- **MARCELO DE AGUIAR OLIVEIRA**

Formação acadêmica: graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ e pós-graduado em Administração Financeira na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro – FGV-RJ.

Experiências atuais: membro suplente do Conselho de Administração da Klabin S.A..

Experiências anteriores: possui mais de 26 anos de experiência, tendo trabalhado cinco anos no Bozano Simonsen/Santander (1999-2003), quatro no Merrill Lynch (2004-2006) e oito no Goldman Sachs (2007-2015). Também trabalhou no departamento financeiro da Latasa (atual Rexam) por cinco anos (1994-1998), antes de iniciar sua carreira como analista de ações, cobrindo, principalmente, empresas latino-americanas dos setores de Mineração & Siderurgia e de Papel & Celulose.

Outras informações relevantes: foi ranqueado diversas vezes na revista Institutional Investor, incluindo #1 na América Latina para Mineração & Siderurgia e para Papel & Celulose em 2006 e #3 do Brasil no setor de Recursos Naturais em 2007. Além disso, ele foi eleito pela revista Exame o #2 entre analistas com o maior retorno baseado em recomendações de ações no período de 2004-2006.

- **MARIA EUGÊNIA LAFER GALVÃO**

Formação acadêmica: graduada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; pós-graduada em Jornalismo pela Columbia University - NY (EUA).

Experiências atuais: (i) diretora da GL Holdings S.A.; (ii) membro suplente do Conselho de Administração da Klabin Irmãos S.A.; (iii) diretora da GL Investimentos e Participações Ltda., da GL Agropecuária Ltda. e da Gepel Rural Ltda.; (iv) coordenadora do Comitê de Sustentabilidade da Klabin S.A.; e (v) membro suplente do Conselho de Administração da Klabin S.A..

Experiências anteriores: -

Outras informações relevantes: coordenadora do Instituto Jaborandi, organização sem fins lucrativos, que desenvolve projetos sob medida para instituições, criando projetos educacionais com uso da informática educativa, redes públicas de ensino e empresas.

- **MARIA SILVIA BASTOS MARQUES**

Formação acadêmica: graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro – FGV-RJ; mestre e doutora em Economia pela FGV-RJ.

Experiências atuais: (i) Secretária Especial de Gestão de Projetos da Prefeitura do Rio de Janeiro; e (ii) membro suplente do Conselho de Administração da Klabin S.A..

Experiências anteriores: (i) presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; (ii) membro dos Conselhos de Administração de diversas empresas, entre as quais Vale S.A., Souza Cruz, Petrobras, Anglo American plc, Grupo Pão de Açúcar, Light S.A., Arcelor Brasil, Embratel Participações S.A., Marsh McLennan Companies Inc.; (iii) CEO da Empresa Olímpica Municipal; (iv) CEO da Icatu Seguros S.A.; (v) CEO Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); (vi) membro do Conselho de Administração da Fundação Brasileira Desenvolvimento Sustentável; (vii) secretária de finanças do Município do Rio de Janeiro; (viii) professora do Departamento de

Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; (ix) membro do Conselho de Administração e do Comitê de Investimentos da Iguá Saneamento.

Outras informações relevantes: única mulher na lista TIME dos doze melhores executivos do mundo (1997); Líder Global do Futuro – Fórum Econômico Mundial – Davos – Suíça (1999); Executiva de Valor – Valor Econômico (2001 e 2002); Medalha Visconde de Mauá – Associação Comercial do Rio de Janeiro.

- **PAULO ROBERTO PETTERLE**

Formação acadêmica: graduado em Engenharia Industrial Mecânica pela Universidade Federal Fluminense – UFF; cursou Engenharia Econômica no Instituto de Administração e Gerência – IAG da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ; Administração, IMEDE Lausanne – Suíça; e Administração pela Fundação Getúlio Vargas.

Experiências atuais: (i) atua na Petterle Consultoria Eireli desde 2015; (ii) consultoria regular para as empresas DARAM, DAWOJOJE e GLIMDAS; (iii) membro do Comitê de Sustentabilidade da Klabin S.A.; e (iv) membro suplente do Conselho de Administração da Klabin S.A..

Experiências anteriores: Klabin S.A. (1970-2015), iniciou na empresa como Engenheiro de Produção na fábrica de Papelão Ondulado – Del Castilho Dezembro 1970. Passou por vários cargos até ser diretor regional de Embalagens (Papelão Ondulado e Papel Reciclado) e diretor superintendente Klabin Embalagens. Com aquisição da Igaras no ano 2000, diretor responsável Klabin Papéis e Cartões. Acumulou a Diretoria de Sacos Industriais em 2004, da Klabin Argentina. Foi diretor de Operações de 2008 a 2015.

- **PEDRO SILVA DE QUEIROZ**

Formação acadêmica: graduado em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ.

Experiências atuais: (i) diretor na 4K Investimentos; e (ii) membro suplente do Conselho de Administração da Klabin S.A..

Experiências anteriores: (i) sócio na BC Engenharia (2017-2018); (ii) trainee (2013-2015); e (iii) coordenador (2015-2017) na Odebrecht Óleo e Gás.

Outras informações relevantes: curso de extensão Formação Finanças pela COPPEAD; analista financeiro credenciado (ID # 6817079) pelo CFA Institute; Curso de extensão Venture Capital Program pelo The Wharton School San Francisco; Gestor de Carteiras CVM; Certificação de Gestores (CGA) pela Anbima.

- **VICTOR BORGES LEAL SARAGIOTTO**

Formação acadêmica: graduado em Economia pela Universidade de São Paulo – USP.

Experiências atuais: (i) possui mais de 10 anos de experiência em mercado de capitais; (ii) diretor de Finanças e Planejamento Estratégico da FINC Empreendimentos, empresa com foco em incorporação imobiliária; e (iii) membro suplente do Conselho de Administração da Klabin S.A..

Experiências anteriores: diretor responsável por diversos setores no banco Credit Suisse com foco em empresas com exposição à América Latina, avaliadas em mais de 500 bilhões de reais a valor de mercado.

Candidatos a Membros Titulares do Conselho Fiscal

Nome	Data de Nascimento	Nacionalidade	Profissão	CPF	Cargo a ser ocupado	Data Prevista para Eleição	Data Prevista para Posse	Prazo do Mandato	Cargos e outras funções exercidas na Companhia	Indicado pelo Acionista Controlador	(Data de início do primeiro mandato)
Igor Lima	26/02/1985	brasileiro	Economista	098.812.327-40	Membro Titular do Conselho Fiscal	24/04/2025	25/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	16/04/2024
Pedro Guilherme Zan	29/06/1960	brasileiro	Contador	010.972.568-98	Membro Titular do Conselho Fiscal	24/04/2025	25/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	05/04/2023
Sergio Ladeira Furquim Werneck Filho	13/08/1965	brasileiro	Administrador	653.590.036-34	Membro Titular do Conselho Fiscal	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	05/04/2023

Cada um dos candidatos da chapa da acionista controladora declarou, individualmente, que: nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado na esfera judicial ou decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.



CURRICULUM DOS MEMBROS TITULARES DO CONSELHO FISCAL

• IGOR LIMA

Formação acadêmica: Mestre em Economia e Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ e graduado em Engenharia da Computação pelo Instituto Militar de Engenharia (IME). Possui certificação CGA.

Experiências atuais: (i) diretor de investimentos da Galt Capital; e (ii) membro do Conselho Fiscal da Klabin S.A..

Experiências anteriores: possui mais de 17 anos de experiência no mercado de capitais. Iniciou sua carreira nas gestoras Opportunity e JGP, tendo em seguida trabalhado como executivo do Banco Credit Suisse como corresponsável pelas coberturas *sell side* de diversas empresas no Brasil e América Latina. Também atuou como executivo da área de Planejamento Financeiro e Avaliação de Projetos na PDG. Foi sócio em cargos de gestão e análise de investimentos em renda variável nas gestoras Canepa Asset e Trafalgar Investimentos.

Outras informações relevantes: -

• PEDRO GUILHERME ZAN

Formação acadêmica: graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas Alvares Penteado – FECAP, pós-graduado em Sistemas pela mesma instituição e MBA Executivo pelo Insper.

Experiências atuais: (i) sócio da KMG Apoio Administrativo, prestando serviços de reorganização em controladoria, informações gerenciais, fusões e aquisição, planejamento tributário e financeiro, abertura de filiais no exterior e planejamento estratégico com efetiva implementação e gerenciamento; (ii) membro do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Finanças da Raia Drogasil; (iii) membro do Conselho Fiscal da ABME; e (iv) presidente do Conselho Fiscal da Klabin S.A..

Experiências anteriores: atuou como membro do Comitê de Finanças da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP).

Outras informações relevantes: -

• SERGIO LADEIRA FURQUIM WERNECK FILHO

Formação acadêmica: graduado em Administração de Empresas pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Tem Mestrado em Administração de Empresas com ênfase em Estratégia e Finanças pela MIT Sloan School of Management.

Experiências atuais: (i) membro do Conselho Fiscal da Klabin S.A.; (ii) membro suplente do Conselho de Administração da BrasilAgro (AGRO3); e (iii) Sócio Cofundador e Diretor de Investimentos da Café Consultoria e Gestão de Patrimônio LTDA..



Experiências anteriores: (i) membro do Conselho de Administração da Blandpaper Security Papéis Especiais S.A.; (ii) presidente do Conselho de Administração da Granja Werneck S.A.; (iii) conselheiro consultivo do Grupo GNT; (iv) conselheiro suplente da Eletropaulo S.A.; (v) CEO da Opersan Resíduos Industriais S.A.; (vi) diretor de business development do braço de infraestrutura do Banco Pátria; (vii) diretor de estratégia e planejamento financeiro da AES no Brasil; (viii) diretor de serviços de suporte (melhoria contínua, suprimentos, gestão de frotas e gestão de ativos imobiliários não elétricos) da AES no Brasil; (ix) consultor de gestão, gerente de projetos e associate partner na Bain & Company; (x) consultor na McKinsey & Company; (xi) sócio da FMB Investimentos; (xii) sócio-fundador da Sabiá Fomento Mercantil Ltda.; (xiii) sócio cofundador Floramar Empreendimentos Comerciais S.A.; e (xiv) sócio da CMS Investimentos.

Outras informações relevantes: -



Candidatos a Membros Suplentes do Conselho Fiscal

Nome	Data de Nascimento	Nacionalidade	Profissão	CPF	Cargo a ser ocupado	Data Prevista para Eleição	Data Prevista para Posse	Prazo do Mandato	Outros cargos e outras funções exercidas na Companhia	Indicado pelo Acionista Controlador	(Data de início do primeiro mandato)
Antonio Marcos Vieira Santos	17/03/1964	brasileira	Economista	053.610.478-64	Membro Suplente do Conselho Fiscal	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	28/12/2001
Raul Ricardo Paciello	05/04/1966	brasileira	Economista	773.617.257-91	Membro Suplente do Conselho Fiscal	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	08/03/2018
Vivian do Valle Souza Leão Mikui	03/04/1962	brasileira	Advogada	088.036.718-03	Membro Suplente do Conselho Fiscal	24/04/2025	24/04/2025	AGO de 2026	Não	Sim	24/03/2021

Cada um dos candidatos da chapa da acionista controladora declarou, individualmente, que: nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado na esfera judicial ou decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.



CURRICULUM DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

- **ANTONIO MARCOS VIEIRA SANTOS**

Formação acadêmica: graduado em Ciências Econômicas pela Universidade São Judas Tadeu, em São Paulo e técnico em contabilidade.

Experiências atuais: (i) membro suplente do Conselho Fiscal da Klabin S.A.; e (ii) administrador de holdings do grupo KISA.

Experiências anteriores: atuação na área contábil desde 1985 e na área financeira há aproximadamente 30 anos, tendo ocupado cargos intermediários e de chefia em empresas como Siemens e McCann Erickson Publicidade e holdings do grupo KISA.

Outras informações relevantes: -

- **RAUL RICARDO PACIELLO**

Formação acadêmica: graduado em Economia pela Universidade Gama Filho; mestrado em Administração e MBA em Finanças Corporativas pelo IBMEC; pós-graduação em Engenharia Econômica e Administração Industrial pela Escola Nacional de Engenharia da UFRJ.

Experiências atuais: (i) Diretor Financeiro da SONY Music Publishing Brazil; e (ii) membro suplente do Conselho Fiscal da Klabin.

Experiências anteriores: diretor de Risco, Compliance e PLD da Gestora de Recursos Charles River; diretor Financeiro da EMI Music, empresa inglesa do ramo fonográfico. Ocupou diversas posições de gestão, planejamento e controle em diferentes multinacionais de variados setores, tais como: Embalagens, Óleo e Gás, Tecnologia, Higiene Pessoal e Tabaco. Foi gerente de Governança, Risco e Compliance da Monteiro Aranha.

Outras informações relevantes: -

- **VIVIAN DO VALLE SOUZA LEÃO MIKUI**

Formação acadêmica: bacharel em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU (1988); formada em Administração de Empresas pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie (1998).

Experiências atuais: (i) membro suplente do Conselho Fiscal da Klabin S.A.; (ii) membro suplente do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A.; e (iii) sócia do escritório de advocacia Leão e Tohmé Advogados Associados, há 26 anos.

Experiências anteriores: (i) membro suplente do Conselho de Administração da Klabin S.A.; (ii) membro efetivo do Conselho Fiscal da Klabin S.A.

Outras informações relevantes: -



7.4. Membros dos comitês estatutários, comitê de auditoria, comitê de risco, comitê financeiros e comitê de remuneração:

Dentre os candidatos à eleição do Conselho de Administração e à eleição do Conselho Fiscal a ser realizada na AGO, atualmente (i) o Sr. Amaury Guilherme Bier, o Sr. João Adamo Junior e o Sr. Luis Eduardo Pereira de Carvalho, integram o Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas; (ii) o Sr. Marcelo Bertini de Rezende Barbosa, a Sra. Amanda Klabin Tkacz e o Sr. Roberto Diniz Junqueira Neto, integram o Comitê de Pessoas e Cultura; e (iii) o Sr. Roberto Luiz Leme Klabin, o Sr. Paulo Roberto Petterle e a Sra. Maria Eugênia Lafer Galvão, integram o Comitê de Sustentabilidade.



7.5. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre (i) administradores da Companhia; (ii) administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia; (iii) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; e (iv) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Administrador do emissor ou controlada		Pessoa Relacionada		Tipo de parentesco
Nome:	Amanda Klabin Tkacz	Nome:	Daniel Miguel Klabin	Pai (1º grau por consanguinidade)
Nome do emissor ou controlada:	KLABIN S.A.	Nome do emissor ou controlada:	KLABIN S.A.	
Cargo:	Membro do Conselho de Administração	Cargo:	Suplente do Conselho de Administração	
Observação (pessoa relacionada):	Membro do Conselho de Administração - Klabin Irmãos S.A - CNPJ: 60.485.034/0001-45			

Administrador do emissor ou controlada		Pessoa Relacionada		Tipo de parentesco
Nome:	Amanda Klabin Tkacz	Nome:	Daniel Miguel Klabin	Pai (1º grau por consanguinidade)
Nome do emissor ou controlada:	KLABIN IRMÃOS S.A.	Nome do emissor ou controlada:	KLABIN IRMÃOS S.A.	
Cargo:	Suplente do Conselho de Administração	Cargo:	Membro do Conselho de Administração	
Observação (pessoa relacionada):	Suplente do Conselho de Administração - Klabin S.A - CNPJ: 89.637.490/0001-45			

Administrador do emissor ou controlada	Pessoa Relacionada	Tipo de parentesco
--	--------------------	--------------------



Nome:	Vera Lafer	Nome:	Francisco Lafer Pati	Filho (1º grau por consanguinidade)
Nome do emissor ou controlada:	KLABIN S.A.	Nome do emissor ou controlada:	KLABIN S.A.	
Cargo:	Membro do Conselho de Administração	Cargo:	Membro do Conselho de Administração	
Observação (pessoa relacionada):	Membro do Conselho de Administração - Klabin Irmãos S.A - CNPJ: 60.485.034/0001-45			

Administrador do emissor ou controlada		Pessoa Relacionada		Tipo de parentesco
Nome:	Vera Lafer	Nome:	Francisco Lafer Pati	Filho (1º grau por consanguinidade)
Nome do emissor ou controlada:	KLABIN IRMÃOS S.A.	Nome do emissor ou controlada:	KLABIN IRMÃOS S.A.	
Cargo:	Membro do Conselho de Administração	Cargo:	Membro do Conselho de Administração	
Observação (pessoa relacionada):	Membro do Conselho de Administração - Klabin S.A - CNPJ: 89.637.490/0001-45			

Administrador do emissor ou controlada		Pessoa Relacionada		Tipo de parentesco
Nome:	Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho	Nome:	Maria Eugênia Lafer Galvão	Irmã (1º grau por consanguinidade)
Nome do emissor ou controlada:	KLABIN S.A.	Nome do emissor ou controlada:	KLABIN S.A.	
Cargo:	Membro do Conselho de Administração	Cargo:	Suplente do Conselho de Administração	



Observação (pessoa relacionada):	Suplente do Conselho de Administração - Klabin Irmãos S.A - CNPJ: 60.485.034/0001-45
----------------------------------	--

Administrador do emissor ou controlada		Pessoa Relacionada		Tipo de parentesco
Nome:	Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho	Nome:	Maria Eugênia Lafer Galvão	Irmã (1º grau por consanguinidade)
Nome do emissor ou controlada:	KLABIN IRMÃOS S.A.	Nome do emissor ou controlada:	KLABIN IRMÃOS S.A.	
Cargo:	Membro do Conselho de Administração	Cargo:	Suplente do Conselho de Administração	
Observação (pessoa relacionada):	Suplente Conselho de Administração - Klabin S.A - CNPJ: 89.637.490/0001-45			



7.6. Relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, entre administradores da Companhia e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Administrador		Pessoa Relacionada		Tipo de relação com administrador
Nome:	Francisco Amaury Olsen	Nome:	Klabin Irmãos S.A.	Prestação de Serviço
Nome do emissor ou controlada:	KLABIN IRMÃOS S.A.	Tipo de pessoa relacionada:	Controlador Direto	
Cargo:	Suplente do Conselho de Administração	Cargo:	Conselho de Administração	
Observação:	Eleito como Diretor no exercício de 2022 até 2023.			

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Administrador		Pessoa Relacionada		Tipo de relação com administrador
Nome:	Francisco Amaury Olsen	Nome:	Klabin Irmãos S.A.	Prestação de Serviço
Nome do emissor ou controlada:	KLABIN IRMÃOS S.A.	Tipo de pessoa relacionada:	Controlador Direto	
Cargo:	Suplente do Conselho de Administração	Cargo:	Conselho de Administração	
Observação:	Eleito como Diretor no exercício de 2022 até 2023.			



Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, entre administradores da Companhia e sociedades controladas, direta ou indiretamente, e a controladora.



ANEXO IV

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS FISCAIS, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 13, I, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22

Nos termos do Artigo 13, inciso I, da Resolução CVM nº 81/22, apresentamos a proposta de remuneração global anual para os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e para os membros do Conselho Fiscal da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de março de 2025.

Desta forma, para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, propomos como remuneração (a) dos administradores o montante global de **R\$ 105.856.274,59** (cento e cinco milhões oitocentos e cinquenta e seis mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos) (“Remuneração Global dos Administradores”); e (b) dos conselheiros fiscais o montante global de até **R\$ 1.796.165,81** (um milhão, setecentos e noventa e seis mil, cento e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos).

A Remuneração Global dos Administradores inclui os valores referentes a salário/pró-labore, benefícios, remuneração variável e premiações reconhecidos no resultado da Companhia, ficando a cargo do Conselho de Administração fixar as remunerações individuais e, se for o caso, aprovar a concessão de verbas de representação e benefícios de qualquer natureza, conforme o Artigo 152 da Lei nº 6.404/76.

A Administração esclarece que a Remuneração Global dos Administradores foi determinada em função da grande experiência dos administradores e do alto grau de conhecimento exigido em relação às atividades e operações da Companhia, tendo sido considerada, ainda, a sólida reputação dos administradores no mercado, assim como a necessidade de manutenção e valorização de talentos individuais da Klabin, inserida em um mercado cada vez mais competitivo.

Quanto à remuneração a ser atribuída ao Conselho Fiscal, ela não será inferior, para cada membro, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor Estatutário da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos resultados e premiações, conforme Artigo 162, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

A Administração também esclarece que a majoração do montante da Remuneração Global dos Administradores proposta para 2025, quando comparada à remuneração global relativa a 2024, se deve, preponderantemente, (i) projeção para 2025 da Diretoria Estatutária foi feita para 7 membros a partir de maio do ano corrente; (ii) conforme feito nos anos anteriores, o valor da remuneração



previsto para o ano de 2025 considera o valor máximo do orçamento, o que não necessariamente irá ser realizado.



ANEXO V

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS FISCAIS, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 13, II, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22

8.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a Política de Remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia considera, na definição da remuneração, as práticas de mercado, levando em consideração as funções e responsabilidades exercidas por cada membro.

As práticas de remuneração da Companhia têm como objetivo:

- Alinhar os interesses dos colaboradores com a estratégia de longo prazo da Klabin e de seus acionistas;
- Permitir que a compensação de nossos colaboradores seja competitiva e atraente quando comparada ao mercado;
- Reconhecer o resultado dos profissionais de alta performance da Klabin, estimulando uma cultura meritocrática, além de atrair e manter talentos na Companhia; e
- Fazer com que a remuneração dos executivos reflita os resultados de curto e longo prazo da Companhia, além do desempenho individual de cada executivo.

A Política de Remuneração da Diretoria Estatutária foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de dezembro de 2023. As práticas de remuneração fixa e variável da Companhia não fazem distinção entre gênero, raça, religião ou quaisquer outros aspectos não relacionados à performance individual ou corporativa. Além disso, toda a liderança da Companhia possui metas relacionadas à Segurança e aos KODS (Objetivos Klabin de Desenvolvimento Sustentável).

A remuneração global anual dos Administradores é aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a partir de proposta do Conselho de Administração, e cabe a este órgão a aprovação da divisão da remuneração global entre os órgãos da Administração, nos termos sugeridos na Proposta da Administração para a AGO, bem como entre os membros de cada órgão da Administração. As atas



de AGO e demais documentos e informações relacionados à remuneração global dos Administradores podem ser acessados na íntegra nos *websites* da CVM (cvm.gov.br), da B3 (b3.com.br) e de Relação com Investidores da Companhia (<https://ri.klabin.com.br/>), na aba “Governança Corporativa”, no ícone “Assembleias e Reuniões” e na aba “Divulgações e Resultados”, no ícone “Documentos entregues à CVM”, ou clicando diretamente em <https://ri.klabin.com.br/governancacorporativa/assembleias-e-reunioes/> e <https://ri.klabin.com.br/informacoes-financeiras/documentos-entregues-a-cvm/>.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global anual da Administração da Companhia é estabelecida pela Assembleia Geral Ordinária, a partir de proposta do Conselho de Administração, ficando o Conselho de Administração responsável pela divisão da remuneração global entre os órgãos da Administração, bem como pela fixação da remuneração individual dos membros de cada órgão da Administração. O Conselho de Administração também define e aprova a remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento da Companhia.

Nesse contexto, o Conselho de Administração conta com o assessoramento do Comitê de Pessoas e Cultura, que é responsável por examinar e discutir as diretrizes da remuneração global da Administração da Companhia e, em particular, a remuneração dos membros da Diretoria, incluindo os critérios de remuneração (fixa e variável) e benefícios, zelando para que tais diretrizes estejam compatíveis com a Política de Gestão de Riscos, com as metas e com a situação financeira da Companhia.

As competências do Comitê de Pessoas e Cultura estão descritas no Regimento Interno do Comitê de Pessoas e Cultura, incluindo, dentre outras matérias:

- Avaliar as políticas, programas e diretrizes de gestão de talentos, sucessão, estrutura organizacional e remuneração propostas pela administração da Companhia, com foco principal nas posições de Diretoria;
- Examinar e discutir as diretrizes de remuneração dos membros da Diretoria Estatutária a serem submetidas ao Conselho de Administração, incluindo os critérios de retenção e remuneração (fixa e variável), benefícios e demais programas de reconhecimento ou premiação, levando em consideração as melhores práticas de mercado;



- Avaliar proposta da Diretoria sobre o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido ao Conselho de Administração;
- Avaliar e recomendar para o Conselho de Administração o modelo de remuneração dos Diretores da Companhia; e
- Zelar para que as diretrizes de remuneração de Diretores da Companhia estejam permanentemente compatíveis com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e projetada da Companhia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A Companhia procura manter a competitividade de sua prática de remuneração e, anualmente, avalia as práticas de remuneração em relação ao mercado para identificar eventuais necessidades de reajustes salariais. Para isso, contrata consultorias renomadas como Korn & Ferry do Brasil e Willis Towers Watson, para realizar as pesquisas salariais, elaborando um painel comparativo entre empresas com características similares à Klabin e reconhecidas no mercado (“Pesquisa Salarial”).

Em relação ao mercado selecionado na Pesquisa Salarial, a Companhia entende que a remuneração fixa dos executivos deve estar alinhada à mediana do mercado, e a remuneração direta total, que corresponde à soma entre a remuneração fixa e as remunerações variáveis de curto e longo prazo, deve estar alinhada ao terceiro quartil do mercado (que representa o ponto em que 25% (vinte e cinco por cento) dos dados estão acima e 75% (setenta e cinco por cento) dos dados estão abaixo da amostra), fortalecendo a relação entre a remuneração e o crescimento saudável e sustentável da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A adequação da prática de remuneração é avaliada anualmente. Cabe ao Comitê de Pessoas e Cultura submeter ao Conselho de Administração o parecer e recomendação de eventuais ajustes na proposta de remuneração global da Administração, que é submetida à Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

c) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles



Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia recebem honorários mensais fixos.

Para participações em comitês é oferecida uma remuneração adicional, conforme descrito abaixo.

Comitês de Assessoramento

Os membros dos Comitês de Assessoramento recebem um valor fixo de honorários mensais. Caso tais membros sejam também conselheiros de administração, o valor referente à participação em Comitês de Assessoramento é somado ao valor que recebem como membros do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária

A remuneração da Diretoria Estatutária da Companhia é composta por honorários mensais, incentivos de curto e de longo prazo.

Para a remuneração fixa (honorários mensais), buscamos um alinhamento à mediana do mercado selecionado na Pesquisa Salarial, bem como alinhamento às práticas adotadas no pacote de benefícios dessas empresas.

Para a remuneração variável (incentivos de curto e de longo prazo), buscamos um posicionamento no terceiro quartil de mercado (que representa o ponto em que 25% (vinte e cinco por cento) dos dados estão acima e 75% (setenta e cinco por cento) dos dados estão abaixo da amostra), fortalecendo a relação entre a remuneração e o crescimento saudável e sustentável da Klabin, onde são estabelecidos indicadores alinhados à estratégia e ciclo do negócio, que permitem maior alinhamento com os acionistas.

Diretoria não estatutária

A remuneração da Diretoria não estatutária da Companhia é composta por honorários mensais, incentivos de curto e de longo prazo. Além disso, a remuneração da Diretoria não estatutária também conta com os direitos trabalhistas previstos na legislação (como férias, décimo terceiro salário e FGTS).



A estratégia da Companhia para a remuneração fixa e para os incentivos de curto e de longo prazo é a mesma estabelecida para a Diretoria Estatutária.

Outros benefícios

Adicionalmente, membros da Diretoria Estatutária e da Diretoria não estatutária recebem benefícios adicionais (seguro de vida, assistência médica, farmácia, vale refeição, vale alimentação, assistência odontológica e *check-up*) e benefícios pós emprego (plano de previdência privada). É disponibilizado aos membros do Conselho de Administração os benefícios de assistência médica e seguro de vida. Membros do Conselho Fiscal que recebiam os benefícios de assistência médica e seguro de vida seguem fazendo jus a tais benefícios.

✓ **Objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

No curto prazo, a Companhia busca o alinhamento por meio de salários e remuneração variável competitivos e um pacote de benefícios compatível com as práticas de mercado, possibilitando a atração e retenção de profissionais qualificados e de alta performance.

Incentivo de Curto Prazo (ICP): Vinculados a indicadores de desempenho financeiro (tais como EBITDA, Custo Total da Madeira, Custo Caixa, Receita Líquida, e Capital de Giro), indicadores de negócios, indicadores coletivos de Segurança e KODS (Objetivos Klabin de Desenvolvimento Sustentável) e metas individuais que medem o desempenho de cada colaborador.

Além do programa anual de ICP, os executivos também podem ser elegíveis ao recebimento de premiações por projetos específicos em que tenham relevante participação. As diretrizes sobre premiação de projetos estão previstas na Política de Premiação por Projetos. Ademais, nos termos dessa política, os projetos específicos sujeitos ao recebimento de premiações por Diretores Estatutários são sujeitos à aprovação do Conselho de Administração.

Incentivo de Longo Prazo (ILP): O alinhamento com os objetivos de longo prazo é realizado através do: (i) Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Units, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2011, e alterado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de março de 2022 (“*ILP Matching*”); e (ii) Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Units Virtuais dos Diretores Estatutários e não estatutários, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual foi iniciado em 2018 (“*ILP Performance*”). O *ILP Matching* é baseado em ações e requer um investimento inicial por parte do participante, com uma contrapartida da Companhia e sujeito a um período de carência, e o *ILP Performance* alinha a remuneração dos executivos com a valorização e a rentabilidade da Companhia no longo prazo.



Segue abaixo mais informações sobre os planos de incentivo de longo prazo existentes na Companhia:

- *ILP Matching*: estendido a todos os colaboradores da Klabin, neste plano os indicadores de desempenho de curto prazo são levados em consideração indiretamente, pois a quantidade de ações outorgada ao participante depende do valor investido por ele ao se inscrever no plano, correspondente a um percentual de seu ICP. Ademais, a Companhia outorga usufruto econômico de suas ações em tesouraria ao participante, na mesma proporção da quantidade de ações adquiridas pelo participante de acordo com o valor por ele investido. Após a outorga, os indicadores não mais impactam a remuneração do participante. Cumprido o período de carência de 3 (três) anos, as ações da Companhia em usufruto econômico em benefício do participante têm sua propriedade transferida pela Companhia ao participante, passando este a ser titular dessas ações. Para mais informações sobre o plano, vide item 8.4 deste documento; e
- *ILP Performance*: neste plano, os Diretores Estatutários e não estatutários fazem jus a uma determinada quantidade de Units Virtuais da Companhia, atreladas às metas de desempenho de longo prazo. Até a outorga de 2022, o resultado era mensurado pelo atingimento do TSR (Retorno Total do Acionista) e Ke (custo do capital próprio). A partir da outorga de 2023, o resultado do plano considera (i) a posição relativa entre o TSR (Retorno Total do Acionista) da Companhia e o TSR do grupo de empresas selecionadas (*Peer Group*); e (ii) a comparação entre o ROIC (Retorno Sobre o Capital Investido) e WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) anuais médios da Companhia. O *ILP Performance* tem um período de carência de 5 (cinco) anos. Para mais informações sobre o plano, vide item 8.4 deste documento.

Os objetivos destes planos são (i) permitir a atração e retenção de executivos de alto desempenho para a Klabin; e (ii) incentivar o alinhamento entre os interesses econômicos de longo prazo de tais executivos e dos acionistas da Companhia.

✓ **Proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**



	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:		
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>	2024	2023	2022
1. Remuneração fixa			
(a) Honorários	93,1%	94,1%	93,5%
2. Benefícios	6,9%	5,9%	6,5%
3. Remuneração variável			
(a) Curto prazo	0,0%	0,0%	0,0%
(b) Longo prazo	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	100%	100%	100%

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
<u>DIRETORIA ESTATUTÁRIA</u>	2024	2023	2022
1. Remuneração fixa			
(a) Honorários	20,4%	29,0%	27,2%
2. Benefícios	4%	5,2%	4,8%
3. Remuneração variável			
(a) Curto prazo	48,6%	44,5%	64,1%
(b) Longo prazo	27%	21,3%	3,9%
TOTAL	100%	100%	100%

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
<u>CONSELHO FISCAL</u>	2024	2023	2022
1. Remuneração fixa			
(b) Honorários	92,9%	93,5%	93,1%
2. Benefícios	7,1%	6,5%	6,9%
3. Remuneração variável			
(c) Curto prazo	0,0%	0,0%	0,0%
(d) Longo prazo	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	100%	100%	100%

A proporção de cada elemento da remuneração da Diretoria Estatutária, informada no quadro acima, representa a posição contábil do item 8.2 do Formulário de Referência. Considerando os targets de



cada componente da remuneração da Diretoria Estatutária e não Estatutária, temos a seguinte proporção:

<u>DIRETORIA ESTATUTÁRIA</u>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:		
	2024	2023	2022
1. Remuneração fixa			
(a) Honorários	23,6%	26,6%	29,7%
2. Benefícios	4,8%	5,1%	5,5%
3. Remuneração variável			
(a) Curto prazo	34,5%	36,9%	36,5%
(b) Longo prazo	37,1%	31,4%	28,3%
TOTAL	100%	100%	100,00%

<u>DIRETORIA NÃO ESTATUTÁRIA</u>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:		
	2024	2023	2022
1. Remuneração fixa			
(a) Honorários	32%	31,7%	34,5%
2. Benefícios	6%	6,0%	6,1%
3. Remuneração variável			
(a) Curto prazo	30,5%	30,7%	33,8%
(b) Longo prazo	31,5%	31,6%	25,6%
TOTAL	100%	100%	100%

✓ **Metodologia de cálculo e reajuste**

O montante anual empregado na remuneração global dos Administradores (Conselheiros e Diretores Estatutários) é fixado em Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia.

Além disso, o cálculo e os reajustes salariais acompanham as análises descritas no item 8.1.b) ii do Formulário de Referência.

✓ **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

As metas corporativas, assim como as individuais, são contratadas no início de cada ano, e a apuração do atingimento de tais metas é realizada no final de cada ano.



O programa anual de ICP (Incentivo de Curto Prazo) utiliza como parâmetro metas corporativas e metas individuais que medem o desempenho de cada executivo, sendo as metas corporativas atreladas:

- **Indicadores financeiros:** tais como EBITDA, Custo Total da Madeira, Custo Caixa, Receita Líquida e Capital de Giro;
- **Indicadores de negócios:** tais como volume de produção vendável, *market share*, CAPEX, Preço e Segurança Cibernética;
- **Segurança:** indicadores reativos e proativos;
- **Indicadores de ASG:** tais como redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa (GHG), redução do uso específico de água nas indústrias, mulheres na Liderança e índice de aceitação da Comunidade e sempre observando o KODS; e
- **Metas individuais:** metas individuais de cada colaborador relacionadas aos objetivos da Companhia e desenvolvimento individual.

Em relação aos planos de ILP, no ILP *Matching* há uma correlação, ao menos indireta, entre os indicadores de ICP acima descritos e a quantidade outorgada ao participante, uma vez que o valor a ser recebido depende do valor investido por ele ao se inscrever no plano e corresponde a um percentual do ICP. No ILP *Performance*, por sua vez, o resultado do plano considera (i) a posição relativa entre o TSR (Retorno Total do Acionista) da Companhia e o TSR do grupo de empresas selecionadas (Peer Group); e (ii) a comparação entre o ROIC (Retorno Sobre o Capital Investido) e WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) anuais médios da Companhia.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

Honorários/remuneração fixa: a Companhia tem como diretriz o posicionamento de referência salarial na mediana de mercado (P50), com a finalidade de manter-se competitiva. Assim, a Companhia fortalece a relação entre a remuneração e o seu crescimento saudável e sustentável.

Remuneração variável de curto prazo: contribui para tornar o pacote de remuneração mais competitivo em comparação ao mercado. Tem como objetivo alavancar o resultado de curto prazo da Companhia, sempre buscando o alinhamento com os interesses da Companhia. A estratégia da Companhia para este componente é o posicionamento no terceiro quartil (P75) de mercado. Além disso, é base para a participação do colaborador no ILP *Matching*.

Remuneração variável de longo prazo: a parcela variável de longo prazo busca forte alinhamento dos interesses dos colaboradores aos dos acionistas e faz parte da estratégia de retenção e atração de



talentos, pois depende da permanência do participante na Companhia por períodos de 3 (três) a 5 (cinco) anos e um bom desempenho das ações da Klabin. Possui o potencial de aumentar a remuneração dos participantes consideravelmente e a estratégia para este componente é posicionamento no terceiro quartil (P75) de mercado.

Benefícios: os benefícios são importantes para manter a competitividade do pacote de remuneração da Klabin, assim como garantir qualidade de vida para os colaboradores e seus dependentes. A estratégia para este componente é o posicionamento alinhado às boas práticas de mercado.

iii. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia possui uma Política de Premiação para Projetos, aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece diretrizes para eventual concessão de premiação a colaboradores diretamente envolvidos em projetos específicos, que podem incluir eventos societários. A escolha do projeto e as métricas utilizadas para a concessão da premiação dependem de prévia deliberação do Conselho de Administração, sempre que envolver diretores estatutários.

Em caso de reorganização societária da Companhia, as outorgas em período de carência do ILP *Performance* podem ser antecipadas na assinatura no evento societário.

No que diz respeito ao ILP *Matching*, em caso de reorganização societária envolvendo a Companhia, o Conselho de Administração tem ampla discricionariedade para determinar o tratamento a ser conferido às Units outorgadas, inclusive para tomar as seguintes medidas, dentre outras: (i) substituir as Units objeto dos contratos de outorga por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; ou (ii) antecipar ou postergar o período de carência e, conseqüentemente, o direito dos participantes a receber as Units outorgadas pela Companhia em seus respectivos contratos de outorga.



8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração prevista para o Exercício Social corrente até 31 de dezembro de 2025– Valores Anuais				
(em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	15,00	6,66	5,00	26,66
Nº de membros remunerados	15,00	6,66	5,00	26,66
Esclarecimento caso o nº de membros remunerados seja igual a 0	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	-
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	R\$ 12.236.661,77	R\$ 14.768.766,35	R\$ 1.665.558,94	R\$ 28.670.987,06
Benefícios diretos e indiretos	R\$ 1.970.134,41	R\$ 838.911,12	R\$ 130.606,87	R\$ 2.939.652,40
Participações em comitês	R\$ 1.083.000,00	0	0	R\$ 1.083.000,00
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	0	R\$ 49.864.530,61	0	R\$ 49.864.530,61
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0



Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	R\$ 2.112.373,76	0	R\$ 2.112.373,76
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	R\$ 22.981.896,57	0	R\$ 22.981.896,57
Observação	<p>O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Embora o acionista controlador tenha proposto a fixação do número de membros do Conselho de Administração em 13, o número de membros do órgão considerado para fins deste item da Proposta de Administração foi correspondente ao número atual de membros do órgão. Os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de</p> <p>O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de</p> <p>O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de</p>			



	remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.			
Total da remuneração	R\$ 15.289.796,18	R\$ 90.566.478,41	R\$ 1.796.165,81	R\$ 107.652.440,39
Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024 – Valores Anuais				
(em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	14,75	6,00	5,00	25,75
Nº de membros remunerados	14,75	6,00	5,00	25,75
Esclarecimento caso o nº de membros remunerados seja igual a 0	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	R\$ 12.273.165,74	R\$ 13.234.237,68	R\$ 1.670.527,52	R\$ 27.177.930,94
Benefícios diretos e indiretos	R\$ 995.585,51	R\$ 704.089,43	R\$ 128.429,73	R\$ 1.828.104,67
Participações em comitês	R\$ 1.058.999,94	0	0	R\$ 1.058.999,94
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	0	R\$ 31.464.563,73	0	R\$ 31.464.563,73
Participação de resultados	0	0	0	0



Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	R\$ 1.871.131,09	0	R\$ 1.871.131,09
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	R\$ 17.476.811,29	0	R\$ 17.476.811,29
Observação	<p>O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.</p> <p>O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.</p> <p>O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.</p>			
Total da remuneração	R\$ 14.327.751,19	R\$ 64.750.833,22	R\$ 1.798.957,25	R\$ 80.877.541,66



Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023 – Valores Anuais				
(em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	14,00	5,42	5,00	24,42
Nº de membros remunerados	14,00	5,42	5,00	24,42
Esclarecimento caso o nº de membros remunerados seja igual a 0	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	R\$ 12.139.746,09	R\$ 12.313.217,96	R\$ 1.643.801,27	R\$ 26.096.765,32
Benefícios direto e indireto	R\$ 820.221,76	R\$ 553.814,81	R\$ 113.659,89	R\$ 1.487.696,46
Participações em comitês	R\$ 1.027.333,28	0	0	R\$ 1.027.333,28
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	0	R\$ 18.870.103,35	0	R\$ 18.870.103,35
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras	0	0	0	0



remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	R\$ 1.652.949,81	0	R\$ 1.652.949,81
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	R\$ 9.053.860,21	0	R\$ 9.053.860,21
Observação	<p>O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.</p> <p>O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.</p> <p>O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.</p>			
Total da remuneração	R\$ 13.987.301,13	R\$ 42.443.946,13	R\$ 1.757.461,16	R\$ 58.188.708,42



Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022 – Valores Anuais				
(em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	13,75	4,00	5,00	22,75
Nº de membros remunerados	13,75	4,00	5,00	22,75
Esclarecimento caso o nº de membros remunerados seja igual a 0	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	R\$ 12.220.644,69	R\$ 8.814.605,76	R\$ 1.660.945,00	R\$ 22.696.195,45
Benefícios diretos e indiretos	R\$ 848.546,93	R\$ 356.611,16	R\$ 123.108,56	R\$ 1.328.266,65
Participações em comitês	R\$ 870.000,00	0	0	R\$ 870.000,00
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	0	R\$ 20.760.526,41	0	R\$ 20.760.526,41
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0



Pós-emprego	0	R\$ 1.190.939,26	0	R\$ 1.190.939,26
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	R\$ 1.246.866,78	0	R\$ 1.246.866,78
Observação	<p>O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.</p> <p>O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.</p> <p>O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.</p>			
Total da remuneração	R\$ 13.939.191,62	R\$ 32.369.549,37	R\$ 1.784.053,56	R\$ 48.092.794,55



8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (até 31/12/2025)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho fiscal	Total
Nº de membros	15,00	6,66	5,00	26,66
Nº de membros remunerados	0,00	6,66	0,00	6,66
Esclarecimento caso o nº de membros remunerados seja igual a 0	Nos termos das informações prestadas no item 8.1 deste documento, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é composta 100% por remuneração fixa.	Não aplicável	Nos termos das informações prestadas no item 8.1 deste documento, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é composta 100% por remuneração fixa.	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	R\$ 6.037.457,21	0	R\$ 6.037.457,21
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	R\$ 49.864.530,61	0	R\$ 49.864.530,61
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atendidas	0	R\$ 31.724.691,39	0	R\$ 31.724.691,39
Valor efetivamente reconhecido do exercício social	0	0	0	0



Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ¹	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido do exercício social	0	0	0	0

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho fiscal	Total
Nº de membros	14,75	6,00	5,00	25,75
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00
Esclarecimento caso o nº de membros remunerados seja igual a 0	Nos termos das informações prestadas no item 8.1 deste documento, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é 100% composta por remuneração fixa.	Não aplicável	Nos termos das informações prestadas no item 8.1 deste documento, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é 100% composta por remuneração fixa.	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	R\$ 8.456.577,00	0	R\$ 8.456.577,00



Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	R\$ 42.725.495,24	0	R\$ 42.725.495,24
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atendidas	0	R\$ 35.077.081,98	0	R\$ 35.077.081,98
Valor efetivamente reconhecido do exercício social	0	R\$ 31.464.563,73	0	R\$ 31.464.563,73
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido do exercício social	0	0	0	0

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho fiscal	Total
Nº de membros	14,00	5,42	5,00	24,42
Nº de membros remunerados	0,00	5,42	0,00	5,42
Esclarecimento caso o nº de	Nos termos das informações prestadas	Não aplicável	Nos termos das informações prestadas	



membros remunerados seja igual a 0	no item 8.1 deste documento, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é 100% composta por remuneração fixa.		no item 8.1 deste documento, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é 100% composta por remuneração fixa.	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	R\$ 9.257.777,41	0	R\$ 9.257.777,41
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	R\$ 39.768.571,32	0	R\$ 39.768.571,32
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atendidas	0	R\$ 26.356.249,22	0	R\$ 26.356.249,22
Valor efetivamente reconhecido do exercício social	0	R\$ 18.870.103,35	0	R\$ 18.870.103,35
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente	0	0	0	0



reconhecido do exercício social				
---------------------------------	--	--	--	--

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho fiscal	Total
Nº de membros	13,75	4,00	5,00	22,75
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento caso o nº de membros remunerados seja igual a 0	Nos termos das informações prestadas no item 8.1 deste documento, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é 100% composta por remuneração fixa.	Não aplicável	Nos termos das informações prestadas no item 8.1 deste documento, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é 100% composta por remuneração fixa.	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	R\$ 4.575.196,67	0	R\$ 4.575.196,67
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	R\$ 26.337.729,35	0	R\$ 26.337.729,35
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atendidas	0	R\$ 17.344.661,79	0	R\$ 17.344.661,79
Valor efetivamente reconhecido do exercício social	0	R\$ 20.760.526,41	0	R\$ 20.760.526,41



Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido do exercício social	0	0	0	0



8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a) Termos e condições gerais

ILP Matching

O *ILP Matching* confere aos participantes o direito de investir parte da sua remuneração variável de curto prazo na aquisição de Units da Companhia mantidas em tesouraria (“Units Matching”). A parcela investida no *ILP Matching* é definida pelo participante aderente por meio de plataforma própria da Companhia, mediante a escolha de opções de percentuais de investimento da remuneração variável de curto prazo, que variam a depender do cargo do participante, no caso da Diretoria Estatutária, entre 15% (quinze por cento) e 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável de curto prazo. Após a adesão, o percentual escolhido é descontado da remuneração variável de curto prazo do participante, que recebe o correspondente em Units Matching.

Em contrapartida, para cada Unit Matching adquirida, o participante tem direito a receber 1 (uma) Unit adicional da Companhia (“Units Adicionais”). As Units Adicionais se mantêm em propriedade da Companhia e têm o seu usufruto econômico outorgado pela Companhia ao participante durante o período de carência do *ILP Matching*, correspondente a 3 (três) anos. Após o período de carência e cumpridas as condições previstas no plano, nos programas e no respectivo contrato de outorga do participante, as Units Adicionais passam a ser de propriedade do participante, em conformidade com os termos e condições de seus respectivos contratos de outorga, os quais formalizam a participação dos participantes no Plano.

Em razão da instituição de usufruto das Units Adicionais pela Companhia, os participantes fazem jus a dividendos e juros sobre o capital próprio relativos às Units Adicionais durante o período de carência correspondente a 3 (três) anos.

O *ILP Matching*, também chamado de “ILP para Todos”, abrange, atualmente, todos os colaboradores da Klabin. Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, bem como os membros dos Comitês de Assessoramento (inclusive os externos), não participam desse plano.

O principal objetivo do plano é incentivar a participação dos colaboradores da Companhia no seu capital social, ou seja, encorajando-os a se tornarem acionistas da Klabin, visando o alinhamento de interesses de longo prazo entre acionistas e colaboradores, por meio do compartilhamento de geração de valor e riscos dos negócios e aumento de engajamento.



ILP Performance

O ILP *Performance* é voltado aos Diretores Estatutários e não estatutários da Companhia, oferecendo-lhes a possibilidade de incrementar a sua remuneração variável, por meio do recebimento de Units Virtuais, caso a Klabin atinja metas de desempenho de longo prazo previamente estabelecidas, as quais estão alinhadas à geração de valor e retorno aos acionistas. O referido plano não se aplica aos demais colaboradores da Klabin, aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento.

Nos termos do plano, será outorgada a cada participante uma quantidade de Units Virtuais da Companhia, a ser definida com base no “valor de referência” de cada Participante – isto é, o produto da multiplicação entre o valor bruto do seu salário mensal no ano de referência e o percentual alvo definido pelo Conselho de Administração no âmbito de cada programa.

A cada declaração de proventos realizada pela Companhia durante o período de *vesting*, além das Units Virtuais, o executivo fará jus, a título de rendimento adicional ao ILP *Performance*, ao recebimento de novas Units Virtuais, equivalente aos dividendos e/ou juros sobre capital próprio distribuídos pela Klabin aos acionistas, multiplicado pela quantidade de Units Virtuais detidas pelo executivo no momento da distribuição de proventos. Os valores convertidos em Units Virtuais ao longo desses 5 (cinco) anos do período de *vesting* são acumulados em conta gráfica. Ao final do período de carência, mediante o cumprimento das condições do contrato de outorga, a Companhia transfere ao executivo o valor correspondente às Units Virtuais por ele detidas.

O ILP *Performance* tem como objetivo fortalecer o alinhamento entre interesses dos Diretores e dos acionistas da Companhia e recompensar adequadamente os seus executivos de acordo com os resultados obtidos no longo prazo, permitindo a atração e retenção de profissionais de alta performance.

Tanto o ILP *Matching* quanto o ILP *Performance* se inserem na estrutura de remuneração da Companhia como incentivos de longo prazo de natureza variável.

b) Data de aprovação e órgão responsável

ILP Matching

O ILP *Matching* foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2011, e alterado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de março de 2022.



ILP Performance

Os termos e condições do plano de remuneração baseado em ações denominado *ILP Performance*, o qual foi iniciado em 2018, são aprovados pelo Conselho de Administração.

c) Número máximo de ações abrangidas

ILP Matching

O *ILP Matching* compreende a outorga de até 24.592.975 (vinte e quatro milhões, quinhentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e cinco) Units aos seus participantes.

ILP Performance

Não aplicável, pois trata-se de um programa com liquidação exclusivamente financeira.

d) Número máximo de opções a serem outorgadas

O *ILP Matching* e o *ILP Performance* não compreendem a outorga de opções.

e) Condições de aquisição de ações

ILP Matching

Nos termos do plano, os seus participantes poderão investir uma parcela da sua remuneração variável de curto prazo (PPR) na aquisição de Units Matching, em conformidade com os percentuais que vierem a ser definidos pelo Conselho de Administração em cada programa. Em contrapartida, o participante terá o direito de receber 1 (uma) Unit Adicional da Companhia para cada Unit Matching adquirida nos termos do plano. As Units Adicionais serão de propriedade da Companhia e terão o seu usufruto econômico outorgado pela Companhia ao participante, durante o período de carência do *ILP Matching*, correspondente a 3 (três) anos. Após o período de carência, as Units Adicionais passam a ser de propriedade do participante, desde que devidamente cumpridas as condições previstas no plano, nos programas e no respectivo contrato de outorga do participante.

Segundo o plano, para fazer jus às Units Adicionais, o participante deverá, durante o período de carência (correspondente a 3 (três) anos), (i) cumprir integralmente as disposições do plano, do programa aplicável e de seu respectivo contrato de outorga; (ii) permanecer vinculado profissionalmente à Klabin como administrador ou empregado, em regime de dedicação integral,



observadas as hipóteses de desligamento previstas no plano; e (iii) manter ininterruptamente a titularidade das Units Matching, abstendo-se de alienar a sua propriedade ou quaisquer direitos que recaiam sobre elas.

ILP Performance

Não se trata de aquisição de ações por ser um plano com liquidação exclusivamente financeira. Entretanto, o recebimento da remuneração está condicionado, além do cumprimento do período de carência (correspondente a 5 (cinco) anos), ao atingimento dos objetivos de performance de longo prazo, sendo por meio dos indicadores de TSR (Retorno Total do Acionista) e Ke (custo do capital próprio) até 2022, e a partir de 2023 por meio (i) da posição relativa entre o TSR (Retorno Total do Acionista) da Companhia e o TSR do grupo de empresas selecionadas (*Peer Group*); e (ii) da comparação entre o ROIC (Retorno Sobre o Capital Investido) e WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) anuais médios da Companhia.

f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

ILP Matching

A quantidade de Units Matching que o participante faz jus a receber da Companhia ao investir uma parcela de sua remuneração variável de curto prazo (PPR), no âmbito do ILP *Matching*, é calculada a partir do “Valor de Cotação” das Units, isto é, o menor valor entre (a) a cotação média das Units nos pregões da B3 realizados nos 60 (sessenta) pregões anteriores à data de corte pré-definida; e (b) a cotação de fechamento das Units no último pregão da B3 imediatamente anterior a esta mesma data.

ILP Performance

Para efeito de pagamento do ILP *Performance*, desde que atingidos os objetivos de Performance, a quantidade de Units Virtuais referentes a cada programa será convertida em valores pela cotação das Units, considerando a cotação média das Units nos últimos 30 (trinta) pregões da B3 realizados no ano anterior ao da outorga das Units Virtuais até o ano de 2022 e a cotação média das Units nos últimos 60 (sessenta) pregões da B3 realizados no ano anterior ao da outorga das Units Virtuais para os programas a partir do ano de 2023.

g) Critérios para fixação do prazo de exercício



Nos termos do ILP *Matching* e do ILP *Performance*, compete ao Conselho de Administração da Companhia definir o período de carência aplicável ao recebimento, pelos respectivos beneficiários, das Units ou do pagamento em dinheiro previstos, ali compreendidos.

h) Forma de liquidação

ILP Matching

A remuneração oriunda do ILP *Matching* é liquidada mediante a transferência das Units Adicionais ao beneficiário, observado o período de carência definido na regra do plano.

ILP Performance

A remuneração oriunda do ILP *Performance* é liquidada mediante a transferência de recursos em moeda corrente nacional ao beneficiário, observado o período de carência definido na regra do plano.

i) Restrições à transferência das ações

ILP Matching

Como condição para o recebimento das Units Adicionais, os participantes devem se abster de alienar as Units adquiridas no âmbito do plano pelo período de carência aplicável, conforme estipulado no respectivo programa e no contrato de outorga do participante.

ILP Performance

Não aplicável.

j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

ILP Matching

Em caso de operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, envolvendo a Companhia, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, determinar, independentemente da anuência dos participantes do ILP *Matching*, e sem prejuízo de outras medidas que o Conselho de Administração possa vir a adotar: (i) a substituição das Units objeto dos contratos de outorga por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão



da sociedade sucessora da Companhia; ou (ii) a antecipação ou postergação do período de carência e, conseqüentemente, do direito dos participantes a receber as Units Matching outorgadas pela Companhia em seus respectivos contratos de outorga.

Adicionalmente, nos termos do ILP *Matching*, qualquer alteração significativa da legislação ou regulamentação aplicáveis às companhias, da legislação trabalhista ou dos efeitos fiscais que impactem o regramento do ILP *Matching* poderá, a critério do Conselho de Administração, levar à revisão integral ou extinção do plano.

ILP Performance

Na hipótese de uma mudança de controle da Companhia, o participante fará jus a receber o maior dos dois valores entre: (i) o Valor de Referência, corrigido pelo IPCA desde a data de assinatura de seu respectivo contrato de outorga até a data da mudança de controle; ou (ii) o valor das Units Virtuais calculado com base na meta de performance apurada até o momento da mudança de controle.

Em caso de operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, envolvendo a Companhia, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, determinar, independentemente da anuência dos participantes do plano, e sem prejuízo de outras medidas que o Conselho de Administração possa vir a adotar: (i) que as Units Virtuais sejam liquidadas com a entrega de ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; ou (ii) a antecipação ou postergação do período de carência e, conseqüentemente, do direito dos participantes a receber a quantidade de Units correspondentes às Units Virtuais outorgadas pela Companhia em seus respectivos contratos de outorga, bem como o valor de proventos (conforme metodologia de cálculo definida no respectivo programa) e o valor de gross up (correspondente ao imposto sobre a renda devido pelo participante) apurados à época.

Adicionalmente, nos termos do plano, qualquer alteração significativa da legislação ou regulamentação aplicáveis às companhias, da legislação trabalhista ou dos efeitos fiscais que impactem o regramento do plano e do programa poderá, a critério do Conselho de Administração, levar à revisão integral ou extinção do plano e do programa.

k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

ILP Matching



Nas hipóteses em que o participante seja desligado da Companhia (i) sem justa causa que lhe seja atribuível; ou (ii) em razão de aposentadoria; então o participante poderá optar por (a) manter em vigor o seu contrato de outorga, permanecendo obrigado aos seus termos e a observar todas as condições, exceto a obrigação de permanecer profissionalmente vinculado à Companhia, mantendo o direito de receber as Units Adicionais ao fim do período de carência, ou (b) denunciar o contrato de outorga, liberando as suas Units Matching das obrigações impostas naquele instrumento e, conseqüentemente, deixando de ter o direito de receber qualquer Unit Adicional.

Na hipótese de se verificar a invalidez permanente ou falecimento do participante, o participante ou seu espólio ou sucessor, conforme o caso, terá direito de receber as Units Adicionais. Em tal hipótese, as restrições impostas sobre as Units Matching deixarão de vigorar, as Units Matching ficarão livres para serem negociadas e o contrato de outorga será extinto de pleno direito.

Caso o participante se desligue da Companhia por iniciativa própria, ou seja, desligado por justa causa que lhe seja atribuível, o usufruto será extinto e o participante não fará jus ao recebimento de nenhuma Unit Adicional.

O Conselho de Administração poderá estabelecer condições diferentes das descritas acima para determinados participantes, em casos específicos que as justifiquem, inclusive no caso de um processo sucessório que seja ou possa vir a ser acordado com a Companhia.

ILP Performance

Caso o participante se desligue da Companhia por iniciativa própria, ou seja, desligado por justa causa que lhe seja atribuível, o participante perderá automaticamente a totalidade de suas Units Virtuais, deixando de fazer jus ao recebimento de qualquer Unit ou qualquer parcela do valor de proventos (conforme metodologia de cálculo definida no respectivo programa) e do valor de gross up (correspondente ao imposto sobre a renda devido pelo participante).

Nas hipóteses em que seja desligado da Companhia sem justa causa que lhe seja atribuível ou em razão de sua aposentadoria, o participante manterá o direito de liquidar as suas Units Virtuais ao término do período de carência, caso se verifique o atingimento da meta de desempenho prevista no programa e cumpridas as condições do contrato de outorga, exceto a obrigação de permanecer profissionalmente vinculado à Companhia.

Caso se verifique a invalidez permanente ou falecimento do participante, o seu espólio ou sucessor, conforme o caso, terá direito de receber o valor de referência corrigido pelo IPCA, na forma prevista no respectivo programa.



O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério e no melhor interesse da Companhia, estabelecer condições diferentes em relação à perda total ou sujeição a todo o período de carência a serem observadas, em casos específicos que as justifiquem, inclusive no caso de um processo sucessório que seja ou possa vir a ser acordado entre o participante e a Companhia.



8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Justificativa para o não preenchimento do quadro no sistema Empresas.Net:

Este item não é aplicável para a Companhia, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações sob forma de opções de compra de ações aprovado nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 e não há previsão para o exercício social corrente. Os planos de remuneração baseada em ações da Companhia compreendem apenas a outorga de Units e o pagamento em moeda corrente.



8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Este item não é aplicável para a Companhia, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações sob forma de opções de compra de ações aprovado nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 e não há previsão para o exercício social corrente. Os planos de remuneração baseada em ações da Companhia compreendem apenas a outorga de Units e o pagamento em moeda corrente.



8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Este item não é aplicável para a Companhia, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações sob forma de opções de compra de ações. Os planos de remuneração baseada em ações da Companhia compreendem apenas a outorga de Units e o pagamento em moeda corrente.



8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Este item não é aplicável para a Companhia, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações sob forma de opções de compra de ações aprovado nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022. Os planos de remuneração baseada em ações da Companhia compreendem apenas a outorga de Units e o pagamento em moeda corrente.



8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (até 31/12/2025)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	15	6,66
Nº de membros remunerados	0	6,66
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,111%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	14,75	6
Nº de membros remunerados	0	6
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,086%*

*Considera a bonificação de ações ocorrida em maio/2024, na proporção de 10%, para todos os acionistas.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	14	5,42
Nº de membros remunerados	0	5,42
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,073%



Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	13,75	4
Nº de membros remunerados	0	4
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,042%



8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Outorga de ações prevista para o exercício social corrente (até 31/12/2025)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	15	6,66
Nº de membros remunerados	0	6,66
Data de outorga	N/A	31/03/2025
Quantidade de ações outorgadas	N/A	481.725
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/03/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há restrição à transferência das ações após a entrega.
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 22,20/Unit (valor da ação no dia 22/01/2025)
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 10.694.295,00

Outorga de ações - exercício social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	14,75	6
Nº de membros remunerados	0	6
Data de outorga	N/A	29/02/2024
Quantidade de ações outorgadas	N/A	385.526*
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	26/02/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há restrição à transferência das ações após a entrega.
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 21,66
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$8.350.493,16

*Considera a bonificação de ações ocorrida em maio/2024, na proporção de 10%, para todos os acionistas.



Outorga de ações - exercício social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	14	5,42
Nº de membros remunerados	0	5,42
Data de outorga	N/A	28/02/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	538.830
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	28/02/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há restrição à transferência das ações após a entrega
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 19,01/Unit
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 10.243.158,30

Outorga de ações – exercício social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	13,75	4
Nº de membros remunerados	0,00	4
Data de outorga	N/A	28/02/2022
Quantidade de ações outorgadas	N/A	198.197
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	28/02/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há restrição à transferência das ações após a entrega.
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 23,20
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 4.598.170



8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais:

Entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	14,75	6
Nº de membros remunerados	0	6
Número de ações	N/A	153.918
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$ 6,70/Unit
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 27,05/Unit
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 3.132.231,30

Entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	14	5,42
Nº de membros remunerados	0,00	5,42
Número de ações	N/A	159.598
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$ 6,7/Unit
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 19,33/Unit
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 2.015.722,74



Entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	13,75	4
Nº de membros remunerados	0,00	4
Número de ações	N/A	156.264
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$ 6,70
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 17,56
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 1.697.027,00



8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

As informações solicitadas neste item em relação aos itens 8.5 a 8.8 deste documento não se aplicam, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações sob forma de opções de compra de ações.

As informações solicitadas neste item em relação aos itens 8.9 a 8.11 deste documento seguem abaixo:

ILP Matching

A quantidade de Units que o participante faz jus a receber da Companhia ao investir uma parcela da sua remuneração variável de curto prazo no âmbito do ILP *Matching* é calculada a partir do “Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas” das Units, isto é, o menor valor entre (a) a cotação média das Units nos pregões da B3 realizados nos 60 (sessenta) pregões anteriores à data de corte pré-definida; e (b) a cotação de fechamento das Units no último pregão da B3 imediatamente anterior a esta mesma data.

ILP Performance

A quantidade de Units Virtuais que o participante faz jus a receber da Companhia no âmbito do ILP *Performance* é calculada a partir do quociente da divisão entre o “Valor de Referência” e o “Valor justo das ações na data da outorga” das Units, isto é, a cotação média das Units nos últimos 60 (sessenta) pregões da B3 realizados no ano anterior ao da outorga das Units Virtuais.



8.13. Ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

A tabela abaixo contempla o total de valores mobiliários de emissão da Companhia, em conformidade com o formulário consolidado da Resolução CVM nº 44/21, na data-base de 31 de dezembro de 2024:

Órgão	Quantidade		
	ON	PN	ADR's
Conselho de Administração	42.692.498	130.680.560	444.400
Diretoria	2.430.266	9.721.099	-
Conselho Fiscal	260.546	464.688	-

As participações detidas indiretamente por membros do Conselho de Administração em Klabin Irmãos S.A., sociedade controladora da Companhia, estão disponíveis nos itens 6.1/2 do Formulário de Referência da Companhia.

Não há Administradores ou Conselheiros Fiscais com participação em controladas ou sob controle comum da Companhia.



8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Estrutura vigente em 31 de dezembro de 2024:	
(Valores em milhares de R\$)	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6
Nº de membros remunerados	6
Nome do plano	PACK – Plano de Aposentadoria Complementar Klabin
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	1
Condições para se aposentar antecipadamente	Ter 55 anos de idade
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 17.429.133,44
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 1.871,131,09
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não

O Plano de Aposentadoria Complementar Klabin não é conferido aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento.



8.15. Em forma de tabela, indicar a remuneração individual máxima, mínima e média, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de Membros	6	5,42	4	14,75	14,00	13,75	5	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	6	5,42	4	14,75	14,00	13,75	5	5,00	5,00
Valor da maior remuneração	R\$ 26.417.353,46	R\$ 16.630.631,33	R\$ 13.109.898,70	R\$ 1.391.547,15	R\$ 1.176.193,60	R\$ 1.166.769,61	R\$ 417.859,60	R\$ 397.495,73	R\$ 395.228,58
Valor da menor remuneração	R\$ 7.313.247,86	R\$ 5.545.000,36	R\$ 4.258.066,16	R\$ 840.684,70	R\$ 871.634,56	R\$ 887.098,73	R\$ 334.105,51	R\$ 332.189,00	R\$ 332.189,00
Valor médio da remuneração	R\$ 10.791.805,54	R\$ 7.830.986,37	R\$ 8.092.387,34	R\$ 971.372,96	R\$ 999.092,94	R\$ 1.013.759,39	R\$ 359.791,45	R\$ 351.492,23	R\$ 356.810,71

Observações:



Diretoria Estatutária	
31/12/2024	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses. Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual, a apuração foi efetuada com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2023	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses. Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual, a apuração foi efetuada com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2022	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses. Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual, a apuração foi efetuada com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.



8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

A Companhia mantém apólices de seguro de responsabilidade civil (D&O) para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, tendo por objeto o pagamento de indenização aos administradores da Companhia e de suas Controladas de todas as perdas incorridas por esses em decorrência de atos ou omissões culposas, que tenham sido praticados no exercício de suas funções, nos termos da referida apólice. O limite máximo de garantia da apólice vigente é de R\$ 120.000.000,00.

Adicionalmente, a Companhia também mantém compromissos de indenidade com determinados Administradores, nos termos da Política de Indenidade, aprovada em Reunião do Conselho da Administração de 06 de junho de 2022, que se encontra disponível na íntegra para consulta no site de RI da Companhia [clikando aqui](#). A Política apresenta cobertura complementar às coberturas securitárias das apólices de seguro de responsabilidade civil (D&O).

Para o Diretor Geral há cláusula contratual de indenização por dispensa imotivada antes do término do mandato.

Cabe destacar que, além das diretrizes descritas acima, atualmente, não há contratos pré-acordados de remuneração ou indenização para administradores no caso de destituição do cargo ou aposentadoria.



8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Conselho de Administração				Diretoria Estatutária				Conselho Fiscal			
2022	2023	2024	2025 ⁽¹⁾	2022	2023	2024	2025 ⁽¹⁾	2022	2023	2024	2025 ⁽¹⁾
55,75 %	48,51 %	40,60 %	39,97 %	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

⁽¹⁾ Previsto para o exercício social corrente (2025).



8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não há valores reconhecidos no resultado da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios sociais e não há previsão de valores a serem reconhecidos no resultado da Companhia no exercício social corrente (2025), como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que não a função que ocupam.



8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não há valores reconhecidos no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e não há previsão de valores a serem reconhecidos no resultado do exercício social corrente (2025) da controladora de sociedades sob controle comum e de Controladas da Companhia, como remuneração em função do exercício dos cargos de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia ou em relação à atividades não relacionadas ao exercício de cargo na Companhia.



8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Informações complementares aos itens 8.2 e 8.3

Nos itens 8.2 e 8.3 deste documento, os valores apresentados são valores contábeis, incluindo as despesas da Klabin provisionadas para os planos de remuneração variável. Adicionalmente, a partir de 2021, a Companhia passou a precificar as Units Virtuais subjacentes ao ILP *Performance*, para fins da outorga dos direitos ali previstos aos seus beneficiários, a partir do método de “Monte Carlo” (técnica matemática que utiliza amostras aleatórias para simular resultados possíveis de eventos incertos), em substituição à metodologia de custo amortizado utilizada anteriormente.

INSS ônus da Companhia

Nos termos do entendimento firmado pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do processo nº 19957.007457/2018-10, julgado em 8 de dezembro de 2020, os montantes correspondentes aos encargos sociais de responsabilidade da Companhia deixaram de integrar o montante anual e global da remuneração da Administração. Para o ano de 2022 e seguintes, os valores informados no referido item já não consideram tais encargos.

Benefícios

Especificamente sobre Benefícios pós-emprego, o Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP esclarece que "foram definidos no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/22, nas informações relativas ao assunto, devem ser incluídos os valores relativos a planos de previdência privada."

Anteriormente, o valor de Previdência Privada era considerado, no item 8.2, na linha de benefícios em conjunto com outros benefícios. A partir de 2024, os valores de Previdência Privada foram realocados na linha de pós-emprego. Para manter os valores comparáveis, os exercícios sociais anteriores foram alterados de acordo com esta premissa, sem alteração do número final.

Plano de remuneração baseado em ações

Devido à natureza dos planos de remuneração baseada em ações da Companhia, que não contemplam opções, todos os itens que consideram opções não são aplicáveis.

Obrigação de Propriedade de Ações ou *Stock Ownership Guidelines*

Trata-se de um mecanismo de boa prática de remuneração que tem o objetivo de alinhar ainda mais os interesses dos acionistas com os dos executivos. Por meio dele, especificamente, os Diretores Estatutários e não Estatutários se comprometem a adquirir e manter uma determinada quantidade de ações de emissão da Klabin S/A em cada mandato.



Clawback

O Conselho de Administração aprovou a inclusão de cláusulas de clawback nos contratos dos Diretores em fevereiro de 2024. Essa cláusula permite a recuperação de benefícios, compensações ou prêmios de desempenho de executivos em determinadas circunstâncias, como a descoberta de fraude, erros contábeis, condutas antiéticas, violações de políticas da empresa ou impactos financeiros negativos causados pelo executivo, garantindo a conformidade com leis, regulamentos e padrões éticos aplicáveis, evitando práticas inadequadas ou antiéticas que possam prejudicar a empresa e/ou seus acionistas.

Bonificação de ações

Conforme Fato Relevante publicado em 16 de abril de 2024, a Klabin realizou aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) mediante a capitalização de parte do saldo da “Reserva para Investimentos e Capital de Giro” da Klabin, com a emissão de 561.789.275 (quinhentos e sessenta e um milhões, setecentas e oitenta e nove mil e duzentas e setenta e cinco) novas ações, todas escriturais e sem valor nominal, sendo 208.172.860 (duzentos e oito milhões, cento e setenta e duas mil e oitocentas e sessenta) novas ações ordinárias e 353.616.415 (trezentos e cinquenta e três milhões, seiscentas e dezesseis mil e quatrocentas e quinze) novas ações preferenciais, a serem bonificadas aos acionistas na proporção de 1 (uma) nova ação de cada espécie para cada 10 (dez) ações da mesma espécie detidas pelo acionista, ou seja, à razão de 10% (dez por cento).

Valor mínimo de Bônus

O valor apresentado no item 8.3 como “mínimo previsto no plano de remuneração” de bônus da Diretoria refere-se ao montante mínimo a ser pago aos diretores estatutários, caso seja devido o Incentivo de Curto Prazo (ICP). Contudo, caso não seja atingida a meta corporativa mínima, é possível que nenhum valor seja pago a título de bônus para a Diretoria.